



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

IGOR MASCARENHAS DOS SANTOS COSTA

O DISCURSO BOLSONARISTA PARA A EDUCAÇÃO NO BRASIL

FORTALEZA

2020

IGOR MASCARENHAS DOS SANTOS COSTA

O DISCURSO BOLSONARISTA PARA A EDUCAÇÃO NO BRASIL

Igor Mascarenhas dos Santos Costa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof.^o Dr.^o Luiz Fábio S. Paiva

Linha de pesquisa: Cultura, política e conflitos sociais

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Luiz Fábio S. Paiva (PPGS-UFC)

Profa. Dra. Danyelle Nilin Gonçalves (PPGS-UFC)

Prof. Dr. Fábio Gentile (PPGS-UFC)

Prof. Dr. Joannes Paulus Silva Forte (UVA)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- C1d COSTA, IGOR.
O DISCURSO BOLSONARISTA PARA A EDUCAÇÃO NO BRASIL / IGOR COSTA. –
2020.
138 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades,
Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2020.
Orientação: Prof. Dr. LUIZ FÁBIO SILVA PAIVA.
1. SOCIOLOGIA. 2. CIÊNCIA POLÍTICA. 3. EDUCAÇÃO. 4. BOLSONARISMO. 5.
ESCOLA SEM PARTIDO. I. Título.

CDD 301

AGRADECIMENTOS

Ao CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), pela bolsa de estudos que me possibilitou fazer esta pesquisa;

Ao meu professor e orientador prof. Dr. Luiz Fábio S. Paiva pelas lições que contribuíram para minha formação como pesquisador;

À professora Danyelle Nillin e ao professor Fábio Gentile, que gentilmente aceitaram fazer parte das minhas bancas de qualificação e de defesa de dissertação de mestrado;

Ao professor Joannes Paulus Silva Forte, da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), que gentilmente aceitou fazer parte da banca de defesa desta dissertação de mestrado.

Aos professores do país, principalmente aqueles que passaram por problemas relacionados à perseguição ideológica devido a sua prática docente;

Às minhas amigas Izabel Accioly e Ana Luiza Silva, que me auxiliaram com as correções gramaticais e metodológicas deste trabalho;

Aos meus amigos que me incentivavam na produção desta pesquisa;

Por fim, aos professores do PPGS-UFC (Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará) que me proporcionaram oportunidades de aprender e de evoluir academicamente.

“Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam”

Paulo Freire – Pedagogia do Oprimido

RESUMO

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo compreender o fenômeno de ataques sistemáticos de pessoas, movimentos e instituições que se reconhecem como à direita politicamente, notadamente, uma extrema direita que ganha visibilidade com o discurso de Jair Messias Bolsonaro a professores que atuam no sistema de ensino brasileiro. Para isso, será feita uma análise crítica do discurso sobre pronunciamentos, entrevistas e postagens em redes sociais de Jair Messias Bolsonaro, Abraham Weintraub, e do ideólogo Olavo de Carvalho. Também serão analisados criticamente os discursos do Escola Sem Partido e de seus apoiadores, que retomaram, após a reabertura política, o discurso reacionário do professor como um doutrinador ideológico com o qual se deve tomar cuidado. Ademais, serão apresentados alguns casos emblemáticos de perseguição ideológica e profissional a professores no Brasil e uma pesquisa feita pelo Laboratório de Estudos em Política, Educação e Cidade (LEPEC), que demonstra a percepção de profissionais da educação diante desse quadro relativamente novo no magistério brasileiro, isto é, a da imagem do professor como um doutrinador político-ideológico, que não está mais limitada ao seio dos movimentos de direita, mas que chegou também ao ambiente escolar.

Palavras-chave: Sociologia, Ciência Política, educação, Bolsonarismo, Escola Sem Partido.

ABSTRACT

This master's dissertation intends to understand the phenomenon of systematic attacks by people, movements and institutions that identify themselves politically to the right, notably, an extreme right that gains visibility with the speech of Jair Messias Bolsonaro, to teachers who work in the Brazilian educational system. In this work, a critical speech analysis on statements, interviews and social media posts by Jair Messias Bolsonaro, Abraham Weintraub, and the ideologist Olavo de Carvalho will be made. The speeches of Escola Sem Partido (School Without Party) and its supporters, which resumed, after the political reopening, the professor's reactionary discourse as an ideological indoctrinator one should be careful to reference, will also be critically analyzed. In addition, some emblematic cases of ideological and professional harassment of teachers in Brazil and a survey carried out by the Laboratory of Studies in Politics, Education and the City (LEPEC/UFC) will be presented, demonstrating the perception of education professionals of this relatively new scenario in the Brazilian teaching profession, that is, the image of the teacher as a political-ideological indoctrinator, and is no longer limited to the heart of the right-wing movements, but has also reached the school environment.

Keywords: Sociology, Political Science, Education, Bolsonarismo, School Without Party.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
1.1. Objetivo da pesquisa	7
1.2. Trajetória até o tema	10
1.3. Aspectos metodológicos e teóricos	15
2. O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO	27
2.1. A exposição de professores ao discurso de ódio.....	38
2.2. Considerações teóricas.....	48
3. A CONSTRUÇÃO DAS NOVAS DIREITAS BRASILEIRAS E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS IDEIAS DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO	58
3.1. Educação brasileira e autoritarismo no governo Bolsonaro	73
3.2. O “Olavismo” dentro do Bolsonarismo e do Movimento Escola Sem Partido	86
3.3. A “ala militar” do governo Bolsonaro e sua concepção de doutrinação ideológica dentro da educação	107
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
5. BIBLIOGRAFIA	116
6. ANEXOS	127

1. INTRODUÇÃO

1.1. OBJETIVO DA PESQUISA

Na sociedade brasileira, foi se constituindo um discurso contra professores do sistema de ensino do país, principalmente devido a uma maior visibilidade da direita, desde 2013, com as “jornadas de junho”¹, e a eleição de Jair Messias Bolsonaro, político de extrema-direita, para a Presidência da República. Dessa forma, pretendo compreender o fenômeno de ataques sistemáticos a professores que atuam no sistema de ensino brasileiro de pessoas, movimentos e instituições que se reconhecem como à direita politicamente, notadamente, uma extrema direita que ganha visibilidade com o discurso de Jair Messias Bolsonaro - primeiramente como deputado federal, depois como Presidente da República. Para isso, farei uma análise crítica do discurso (ACD), que mostra

como o discurso é moldado por relações de poder e ideologias e os efeitos construtivos que o discurso exerce sobre as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença, nenhum dos quais é normalmente aparente para os participantes do discurso (FAIRCLOUGH, 2001, 2008, p. 31-32)

Essa ACD será feita sobre pronunciamentos, entrevistas e postagens em redes sociais de Jair Messias Bolsonaro (tanto enquanto deputado federal como quando depois de eleito, para a Presidência da República), Abraham Weintraub, seu ministro da educação mais longo (depois da saída de Ricardo Vélez Rodríguez, seu primeiro ministro da educação, mas que passou poucos meses no cargo) e de seu “guru” ideológico, o ideólogo Olavo de Carvalho. Também serão analisados criticamente os discursos do Escola Sem Partido e

¹ As “Jornadas de Junho”, conhecidas também como “Manifestações dos 20 centavos” ou também “Manifestações de Junho” foram uma série de manifestações populares por todo o país que inicialmente surgiram para protestar contra os aumentos nas tarifas de transporte público em São Paulo. São as maiores mobilizações no país desde as manifestações pelo *impeachment* de Fernando Collor de Mello em 1992. Sobre essas manifestações e a importância delas para o fortalecimento popular da direita brasileira, voltarei em seguida.

de seus apoiadores, que retomaram, após a reabertura política, o discurso reacionário do professor como um doutrinador ideológico com o qual se deve tomar cuidado. Ademais, serão apresentados alguns casos emblemáticos de perseguição ideológica e profissional a professores no Brasil e uma pesquisa feita pelo Laboratório de Estudos em Política, Educação e Cidade (LEPEC), que demonstra a percepção de profissionais da educação diante desse quadro relativamente novo no magistério brasileiro, isto é, a da imagem do professor como um doutrinador político-ideológico, que não está mais limitada ao seio dos movimentos de direita, mas que chegou também ao ambiente escolar.

Pela repercussão desse discurso nas redes sociais, escolhi duas redes sociais para fazer esta análise: o Twitter e Facebook. Este escolhi devido à sua maior utilização do público brasileiro, e aquele pelo uso mais frequente por parte de políticos do governo Bolsonaro ou de “influenciadores digitais” de direita². Esse discurso se dá de tal forma que foi construída uma percepção, por parte dos professores, de que há uma diferença na forma como estes estão sendo vistos e tratados na sociedade, o que é refletido nos discursos de grupos ideológicos e políticos das novas direitas brasileiras, em particular, por pessoas mais identificadas com uma “bolsonarização” (SOLANO, 2019, p. 307). Há, segundo Solano, um anti-intelectualismo que foi bastante destacado na campanha presidencial,

professores e intelectuais, assim como políticos, são intermediadores cujo papel é colocado em questionamento [...] É a negação daqueles que tradicionalmente atuaram como mediadores entre os indivíduos, o conhecimento e a participação política (SOLANO, 2019, p.317).

² Segundo SILVA e TESSAROLO (2016), “influenciador digital se torna um indivíduo capaz de influenciar um determinado nicho em que seja possível fazer um monitoramento por meio de ferramentas e métricas disponíveis nas redes sociais”. Dessa forma, existem diversos influenciadores digitais de direita, desde aqueles que possuem influência direta até sobre indicações de ministros no governo Bolsonaro, como o autointitulado filósofo Olavo de Carvalho (Do qual tratarei, especificamente na dissertação, tanto pela importância do seu pensamento na nova direita brasileira, quanto pela sua grande influência digital, ou seja, nas redes sociais), até políticos, jornalistas e entusiastas de política que se identificam com a direita bolsonarista.

Para ver mais informações sobre “influenciadores digitais”, ver SILVA, Cristiane Rubim Manzina, TESSAROLO, Felipe Maciel. **Influenciadores Digitais e as Redes Sociais Enquanto Plataformas de Mídia**. Trabalho apresentado no GP Conteúdos Digitais e Convergências Tecnológicas do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2016.

Nesse ínterim, há uma polarização cada vez mais forte do debate político na sociedade e a percepção de que existem inimigos públicos a serem combatidos “em nome de Deus e da família brasileira” (sic). O que antes se dava com um movimento como o Escola Sem Partido, que conseguia uma certa capilaridade política, mas não tanta na sociedade civil, agora faz parte do discurso não só de quem está no poder, em especial, do Presidente da República, mas também de polemistas como Olavo de Carvalho e outros influenciadores nas redes sociais, que possuem o discurso em comum de que há uma doutrinação ideológica danosa à família brasileira e, por isso mesmo, à nação, de forma em geral.

É importante, entretanto, perceber que a perseguição ideológica que acontece hoje por causa do Escola Sem Partido não é algo novo nem no nosso país. Schwarz (1992), em seu ensaio “As Ideias Fora do Lugar”, fala do ambiente cultural e político no Brasil, à época da Ditadura civil-militar que durou de 1964 a 1985. Semelhante ao que aconteceu dos anos 1990 aos primeiros anos dos anos 10 do século XXI, a esquerda se fortaleceu, antes de 1964. As ideias associadas a um pensamento de esquerda encontraram, antes do golpe de 1964, um terreno fértil entre a pequena-burguesia, principalmente a universitária, parcela mínima da população brasileira, é bem verdade, mas que era formadora de opinião, já que também formava, além de intelectuais, uma classe artística progressista. No entanto, toda a carga cultural que era reproduzida ainda pela educação formal, pela mídia e pela religião, os aparelhos ideológicos de estado de Althusser (1997) eram ainda conservadores e reacionários. A Marcha da Família com Deus pela liberdade, uma série de eventos que chegaram a juntar 500 mil pessoas contra uma “ameaça comunista”, é só um exemplo de como a sociedade civil brasileira legitimou um movimento de extrema direita que culminou no golpe civil-militar de 1964. Schwarz, fala assim do clima cultural e político da época:

Tesouros da bestice rural e urbana saíram à rua, na forma da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, movimentavam petições contra o divórcio, reforma agrária e comunização do clero, ou ficavam em casa mesmo, rezando o terço da família (...) Deus não deixaria de atender a tamanho clamor, público e caseiro, e de fato, caiu em cima dos comunistas. No pós golpe, a corrente de opinião vitoriosa se avolumou (...) Curiosidades antigas vieram à luz, estimuladas pelo

inquérito policial e militar que esquadrihava a subversão – O professor de Filosofia acreditava em Deus? - O senhor sabe a íntegra do Hino Nacional? (...) (SCHWARZ, 1992, p. 22).

A perseguição aos professores foi uma tônica em todo o regime. No entanto, não se limitou a isso. E tampouco à criação das famosas disciplinas OSPB (Organização Social e Política Brasileira) e Educação Moral e Cívica, trazidas pela ditadura com o decreto-lei número 869, de 12 de setembro de 1969, que tornou Moral e Cívica obrigatória nas escolas de todos os níveis e, naquelas de 2º grau, também OSPB. O controle da educação básica aconteceu também em forma de censura ao conteúdo ensinado, aos livros adotados e até aos termos que podiam ser ditos, como se pode ver hoje, com a tentativa de excluir do discurso público expressões ligadas à sexualidade humana ou a continuidade do uso de palavras ou expressões que não são adequadas por serem preconceituosas, mas que são tachadas simplesmente como politicamente corretas, o que limitaria a liberdade de expressão da pessoa que as quisesse usar, mesmo que eles sejam termos preconceituosos.

Hoje há uma disseminação de um discurso – o do professor como parte importante de um sistema de doutrinação ideológica de esquerda – que afeta diretamente o trabalho do docente no Brasil. Esse discurso aparece nas falas de altas autoridades políticas, como na do Presidente da República, nas respostas a publicações em redes sociais a estes, por parte de seus seguidores, em respostas a reportagens sobre casos de perseguição a professores, em redes sociais organizadas com esse fim e de forma mais presencial, na sala de aula, na escola, seja nas relações com alunos, com pais ou coordenadores e diretores.

1.2. TRAJETÓRIA ATÉ O TEMA

Apesar da primeira referência ao Escola Sem Partido ser de 2004, quando o site foi colocado na internet, eu nunca havia tido conhecimento do programa. Soube, na verdade, primeiramente do projeto de lei alagoano, por meio de jornais de grande circulação. Em 2016, eu estava no meu 3º semestre

da graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Ceará, ainda no começo de minha carreira acadêmica como estudante de Sociologia. No entanto, já lecionava Língua Portuguesa em escolas particulares de Fortaleza, capital do Ceará, já havia 16 anos, ou seja, antes de pensar sociologicamente, eu já pensava como um profissional do magistério para quem a liberdade de expressão e a diferença entre opinião e ciência eram basilares na minha prática docente.

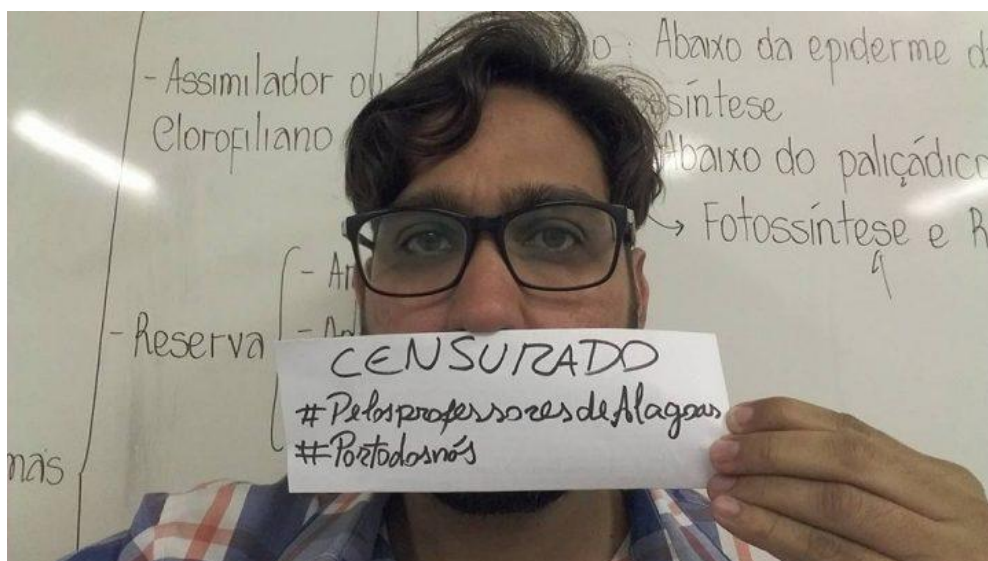
Dessa forma, sem maiores pretensões, enviei uma mensagem em forma de carta aberta para a revista eletrônica Pragmatismo Político, que tem o Facebook como uma das suas principais plataformas de veiculação, contando até agora, dia 02 de julho de 2019, com 1.114.194 pessoas curtindo a página nessa rede social. Nessa carta, eu me identificava como professor da educação básica e falava da minha indignação com o projeto alagoano, que, já à época, eu percebia como um prelúdio para o que viria. A Pragmatismo Político publicou minha carta, sob o subtítulo “Solidariedade”, juntamente a uma reportagem sobre o tema:

Caríssimos, sou professor da educação básica, de Fortaleza-CE.

Estou indignado com o que aconteceu em Alagoas, onde professores estão sendo calados numa atitude fascista da Assembleia Legislativa de lá. Não podemos aceitar isso! Calar professores é gravíssimo e um primeiro passo para a retirada de outros direitos relacionados à livre expressão e pensamento. Gostaria que vocês tirassem um pouco do seu tempo e apoiassem a causa da liberdade de expressão do profissional da educação na sala de aula, que não doutrina e sim, ensina a desconstruir visões de mundo clichês, tradicionais e a construir uma visão crítica da realidade que os cerca. Ajude-nos (*sic*) com sua influência e penetração nas redes sociais. Não podemos deixar as escolas, que deveriam ser o berço da democracia e da cidadania, transformarem-se em reduto fascista. É como disse Darcy Ribeiro: “A crise da educação no Brasil não é uma crise, é um projeto”. Por favor, peça aos seguidores de sua página que tirem fotos como a que vou colocar em seguida, para sensibilizar a opinião pública e a esquerda para esse assunto tão sério.³

³ Professores de Alagoas não podem mais opinar em sala de aula. Pragmatismo Político. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/04/professores-de-alagoas-nao-podem-mais-opinar-em-sala-de-aula.html?fbclid=IwAR2OkjLNGnKtEYLdu98jJhtRnsxMkdvtB5PjVBRkWY6BNNFS-jrr4SuaY6Y>. Acesso em: 02 jul. 2018.

Junto à carta, anexei um autorretrato meu, onde eu aparecia de costas para um quadro branco, em uma escola, segurando um pedaço de papel retangular junto à boca, simulando um lacre, onde escrevi “Censurado. #PelosprofessoresdeAlagoas #Portodosnós”, reforçando, através da performance imagética, o que eu havia dito na carta, isto é, que o projeto de lei era uma censura à atividade docente e que não só os professores de Alagoas passariam por essa limitação da liberdade de expressão, mas os outros professores e a sociedade em geral também.



Também me preocupava muito com um sentimento que estava sendo generalizado, nas redes sociais, principalmente, de que o conhecimento era meramente subjetivo, ou para ser mais evidente, de que o conhecimento não conhecia a objetividade, que a opinião poderia ser levada como algo que poderia invalidar conhecimentos científicos. Nessa perspectiva, tanto o projeto de lei alagoano, como o Programa Escola Sem Partido⁴ viam o professor como um mero propagador de ideologias ou opiniões.

Recebi diversas demonstrações de apoio pela minha mensagem à Pragmatismo Político, por parte tanto de professores como de alguns seguidores da revista eletrônica, que inclusive já demonstravam medo pelo rumo que se desenhava para o Brasil, em julho de 2016. No entanto, já na página, havia

⁴ Uma descrição do Programa Escola Sem Partido será feita adiante.

aqueles que concordavam com o projeto de lei, que acreditavam que o professor é um doutrinador, além dos comentários mais carregados de ódio e xenofobia, dizendo que “é por isso que a região Nordeste é a mais atrasada do país.”

A matéria na Pragmatismo Político foi publicada na sua página no Facebook no dia 28 de abril de 2016. No dia 03 de maio de 2016, ou seja, 5 dias após a reportagem da Pragmatismo Político, a página de extrema direita Revoltados On Line faz um post no qual minha foto que foi publicada na Pragmatismo aparecia com a legenda “Igor, professor comunista de Maceió é contra a lei que proíbe de ensinar (*sic*) comunismo para seu filho nas escolas”. Além disso, trazia o seguinte comentário:

“BUÁ... BUA... BUÁÁÁ MAMÃE DILMA QUERO MAMAR!

BUÁÁÁ... QUERO ENSINAR COMUNISMO PARA SEUS FILHOS NAS ESCOLAS. É ISTO QUE ME DÁ PRAZER SARCÁSTICO”

Só que Não Professor Igor. Nós brasileiros não queremos que vocês Comunistas Carniceiros destruam a cabeça dos nossos filhos nesta ideologia maldita que destruiu a nossa cultura e nossa educação e, levou o país a pior recessão nos últimos 115 anos. Olhando o senhor fazendo “politicalha” com este papel na boca, repetindo ideia manjada de 5 anos atrás sem criatividade alguma. Entendemos porque o Brasil quebrou.

Por ser uma página que propaga discursos cheios de ódio e excludentes, a página Revoltados Online (que já foi retirada do ar várias vezes, por isso hoje tem um pouco mais de 4 mil seguidores) conta com seguidores que propagam o mesmo ódio. Desse modo, diversos comentários a essa publicação foram feitos, todos com reprovações à minha atitude. Vários deles me xingavam e alguns deles chegavam até a defender a violência física. Eis alguns deles:

“Ele quer ensinar o que ele aprendeu na televisão ou ou (*sic*) dos livros que são liberados para vender no Brasil, porque a realidade mesmo ele não conhece, ou é muito burro ou doido”; “Se for pra convencer nossos filhos a serem comunistas, tem que censurar mesmo”; “Vai pra Cuba ou Venezuela, seu bosta. Estamos cheios dessa merda que vocês propagam [...] Bando de ladrões, destruidores da moral e da família, destruidores do Brasil.”; “Tem que descobrir onde esse ‘professor’ trabalha pra evitar matricular o filho lá.”; “Grande babaca, trouxa, retardado”; “Vá se lascar, mequetrefe dos infernos”; “Comunista lixo [...] Esquerdista lixo”; “Se eu pego um professor ensinando comunista

(sic) para o meu filho! Eu meto a porrada e não quero nem saber.”; “Não tem outro nome: este senhor é um filho da puta!”; “Ele sofre de esquizofrenia.”.

Esses discursos, que tem sido chamado de discurso de ódio pelo senso comum e pela academia, não teve a minha pessoa como único alvo. Muitas pessoas têm sido alvo dos chamados “haters” ou “trolls”, pessoas comuns que destilam seu ódio na internet. Com alguns professores e intelectuais não foi diferente.

No entanto, quando isso aconteceu, também recebi manifestações de apoio, tanto por parte de professores e colegas do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC), como também de alunos e ex-alunos.⁵ Também recebi apoio de colegas professores, desconhecidos que me contataram pelas redes sociais e até mesmo das direções das escolas em que eu trabalhava à época, uma das quais colocou, inclusive, à minha disposição, o advogado da instituição de ensino.

Com todos esses fatos acontecendo, imaginei que esse poderia ser um tema de pesquisa. No entanto, apesar do movimento Escola Sem Partido, em 2016, já contar com pelo menos 12 anos, ele ainda estava começando a dar seus primeiros passos politicamente falando. Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), então deputado estadual pelo Rio de Janeiro, foi o primeiro parlamentar a apresentar o Programa Escola Sem Partido como projeto de lei, em 2014. O segundo projeto a ser apresentado com o mesmo conteúdo foi de autoria do irmão de Flávio, o vereador da cidade do Rio de Janeiro, Carlos Bolsonaro, na época, do PSC, hoje no PSL. A partir dessa iniciativa, surgiram vários projetos similares no Brasil. Dessa forma, apesar de um assunto relativamente novo, comecei a entendê-lo como significativo.

⁵ Como demonstração de apoio, os alunos e ex-alunos tiraram fotos com a *hashtag* #SomostodosIgor em quadros brancos das salas de escolas e faculdades, e com papéis à altura da boca nos quais se lia “Censurado”.

1.3. ASPECTOS METODOLÓGICOS E TEÓRICOS

Ampla é a bibliografia sobre o pesquisador e a sua relação com o objeto de pesquisa, nas Ciências Sociais. Mais difundida ainda é a visão de que o indivíduo não deve ter nenhum ponto de encontro emocional com esse objeto de estudo. Contrariando isso, Rodrigues (2001), afirma que o trabalho científico “é um projeto intimamente ligado à trajetória do pesquisador” e

desde que se apresente a possibilidade, o pesquisador buscará incorporar em seu trabalho algo relacionado à própria história, deixando ali marcas de sua individualidade. Com isso, manifestei minha posição pela objetividade científica, considerando-a como algo construído, tanto quanto o próprio trabalho científico. (RODRIGUES, 2001, p. 01).

A autora continua ainda dizendo que estabeleceu um diálogo particular com a Antropologia porque essa disciplina “constituiu-se tendo o estranhamento como princípio, garantia do distanciamento e da objetividade” buscando afirmar que “a distância entre pesquisador e objeto de estudo podem ser construídas no plano intelectual e pelo exercício da autorreflexão” (RODRIGUES, 2001, p. 1), o que vai ao encontro de Peirano (1995), que afirma que “a distância entre pesquisador e pesquisado é sempre psíquica” (PEIRANO, 1995, p. 19-20), ou seja, é construída, o que pode garantir o distanciamento necessário entre esse pesquisador e seu objeto de estudo, necessário à prática da pesquisa.

Wright Mills (1969), por sua vez, afirma que o pensamento sociológico é uma prática criativa, que faz com que o pesquisador também assuma um posicionamento específico na sociedade e que crie relações de sentido entre fatos e situações, percebendo que estes não acontecem por acaso na sociedade. Essa conscientização faz com que o indivíduo relacione sociologicamente o que acontece no seu ambiente pessoal mediato e o ambiente impessoal imediato. No entanto, para Mills, a diferença do pensamento sociológico para o não-sociológico é que a construção dessa relação de sentido ambiente imediato e ambiente mediato é mediada pela construção científica sociológica e, portanto, distanciada de uma perspectiva puramente pessoal e subjetiva somente, que usaria concepções pré-culturais e não distanciadas do

próprio indivíduo. Mills, desse modo, propõe que não só o sociólogo, mas também o indivíduo que não produz sociologia podem relacionar suas autobiografias com o que acontece no mundo, podendo assim tomar decisões mais conscientes. Nessa perspectiva, os indivíduos poderiam perceber o que está acontecendo no mundo, e compreender o que ocorre com eles como minúsculos pontos de cruzamento das suas biografias e da história, na sociedade (MILLS, 1969, p. 14).

Bourdieu (2010) também trata da relação do pesquisador com o mundo social à sua volta. O pesquisador, como todos na sociedade, está sujeito a poderes simbólicos, que são imposições ideológicas da ordem estabelecida. Essas imposições não são sentidas, muitas vezes; na verdade, elas assumem o papel, para o indivíduo, de fazê-lo conhecer o mundo imediato. Dessa forma, os interesses de classes e indivíduos com maior poder simbólico dentro dos campos se apresentam como interesses universais e não particulares. Nessa perspectiva, sistemas de classificação são propagados também como universais. Existe uma

apreensão da ordem estabelecida como natural (ortodoxia) por meio da imposição mascarada (logo, ignorada como tal) de sistemas de classificação e de estruturas mentais objetivamente ajustadas às estruturas sociais". Desse modo, "o efeito propriamente ideológico consiste na imposição de sistemas de classificação políticos sob a aparência legítima de taxonomias filosóficas, religiosas, jurídicas etc. (BOURDIEU, 2010, p. 14)

Pierre Bourdieu, portanto, afirma que o poder simbólico ajusta as estruturas mentais dos indivíduos às estruturas sociais, apresentando-as como naturais ou imanentes à sociedade. Assim, cria-se a sensação de que poderes constituídos hegemonicamente estão lá porque deveriam realmente estar:

[...] o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de "consumidores", devem escolher [...] (BOURDIEU, 2000, p. 164).

A reflexividade faria com que o indivíduo contestasse não só os poderes hegemônicos, mas também percebesse sua posição social dentro

dessas relações simbólicas. Para Bourdieu, o real pode ser conhecido, mas ele é “relacional, pode acontecer que eu nada saiba de uma instituição da qual eu julgo saber tudo, porque ela nada é fora das suas relações com o todo” (BOURDIEU, 2000, p. 31).

Desse modo, há a necessidade do pesquisador ter uma postura ativa de construção e reconstrução do seu objeto, de forma histórica e morfológica, para daí estabelecer as relações que acontecem dentro dele. A essa atitude, Bourdieu chama de “dúvida radical” (BOURDIEU, 2000, p. 34), que significa romper com visões partilhadas de mundo, inscritas na “objetividade” das instituições sociais e portanto tomadas não só como verdade pelo senso comum, mas também geradoras de estruturas cognitivas que, “por sua vez, geram *habitus*”. “O pré-construído está em toda a parte”, sentencia. Nessa perspectiva, é mister pôr em prática a dúvida radical necessária para “pôr em suspenso” os pressupostos que são inerentes ao fato de o pesquisador ser um ser social e socializado. Uma pesquisa pré-científica “é inteiramente atravessada pelo objeto que ela quer conhecer e que não pode realmente conhecer, pelo fato de não se conhecer a si mesma” (BOURDIEU, 2000, p. 35).

A essa dúvida radical deve estar ligada a “vigilância epistemológica” (BOURDIEU, CHAMBOREDON E PASSERON, 1999) de modo a evitar que certos pressupostos estranhos à pesquisa científica possam persuadir o pesquisador. Nessa perspectiva, procurei assumir uma postura ativa diante do objeto de estudo, mesmo ainda sendo construído. Essa vigilância envolve

descobrir no decorrer da própria atividade científica, incessantemente confrontada com o erro, as condições nas quais é possível tirar o verdadeiro do falso, passando de um conhecimento menos verdadeiro a um conhecimento mais verdadeiro. (BOURDIEU, CHAMBOREDON E PASSERON, 1999, p. 17).

Desse modo, procurei, para fins de pesquisa, me orientar não só por visões epistemológicas diferentes, no entanto, não excludentes (como a sociologia compreensiva weberiana, a análise social de Bourdieu, e a análise de discurso de Fairclough e de Foucault, entre outros autores), como também pesquisei os discursos de usuários das redes sociais (principalmente os favoráveis ao Escola Sem Partido), os de “blogueiros”, “youtubers” e “influencers”

que se posicionam pelo movimento e o discurso de políticos e ideólogos que se auto intitulam de direita e a favor de um ensino “apartidário”. Sempre utilizei como fontes as próprias postagens dessas pessoas em redes sociais de ampla utilização, bem como jornais, revistas e periódicos de grande circulação, inclusive nas redes, e que algumas vezes assumem seu posicionamento político, outras vezes, não.

De acordo com Weber (1979), a sociologia deve explicar as relações de causas e efeitos dentro das relações de sentido que os indivíduos constroem no mundo social. Desse modo, a sociologia, no sentido weberiano, deve ser compreensiva, pois estuda a ação humana, que é dotada de sentido. Sobre isso, Moraes e Dias (2013) dizem:

A ação humana, por sua vez, possui uma característica especial, que demanda procedimentos mais abrangentes se comparados àqueles comumente utilizados pelas ciências da natureza, isto é, a ação humana é dotada de sentido e cabe ao cientista social metodizar a compreensão por meio da elaboração e do estabelecimento de conexões causais (esquemas), que possibilitem a decifração do sentido imaginado e subjetivo do sujeito da ação⁶. (MORAES e DIAS, 2013, p. 62)

Assim, para a sociologia compreensiva, a busca sempre deve ser pelo sentido da ação objetiva, interpretando-a, buscando “compreender o sentido, o desenvolvimento e os efeitos da conduta de um ou mais indivíduos referida à do outro”⁷, ou seja, entendendo as motivações subjetivas e relacionais das ações entre indivíduos, para assim compreender o fenômeno social.

Juntamente a uma análise sociológica compreensiva, optarei também pela análise do discurso. Fairclough (2001, 2008) considera a linguagem uma “prática social” e não somente como uma “atividade puramente individual” ou “reflexo de variáveis situacionais”. Para ele, o discurso é “um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação” (FAIRCLOUGH, 2001, 2008,

⁶ MORAES; DIAS, 2003, http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552003000200004&script=sci_arttext. Acesso em 01 de set. 2019.

⁷ MORAES; DIAS, 2003, http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141565552003000200004&script=sci_arttext. Acesso em 01 de set. 2019.

p. 91). Dessa forma, existe uma “relação dialética entre o discurso e a estrutura social”, ou seja, esta seria tanto condição como causa daquela. Fairclough continua, ao enumerar os “três aspectos dos efeitos construtivos do discurso”. Primeiramente, este contribui para a construção de “identidades sociais” ou “posições de sujeito”. Em segundo lugar, o discurso “contribui para construir relações sociais entre as pessoas”; e em terceiro lugar, para a “construção de sistemas de conhecimento e crença” (FAIRCLOUGH, 2001, 2008, p. 91). A prática discursiva, portanto, “contribui para reproduzir a sociedade (identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimento e crença)” e também “contribui para transformá-la”.

É importante salientar também que grande parte da pesquisa foi realizada tendo como campo as redes sociais, em particular, o Facebook e o Twitter. Para efeitos metodológicos, “Redes Sociais são estruturas dinâmicas e complexas formadas por pessoas com valores e/ou objetivos em comum, interligadas de forma horizontal e predominantemente descentralizada” (SOUSA e QANDT 2008, p. 32). A escolha por essas redes se deu tanto pela massiva circulação de informações e ideias nelas, como também porque são redes que se constituíram como principal meio de divulgação de ideias políticas tanto por parte de políticos como pelos cidadãos, sejam estes ligados a partidos e movimentos políticos, ou não.

As redes sociais configuram-se como um modelo descentralizado de informações e estas, antes da internet (e particularmente, antes das redes sociais), que eram centralizadas em produtores de conteúdo midiáticos que eram mais hierarquizados e controláveis, como a chamada grande mídia, passaram a ser mais pulverizadas, sem um rígido controle em relação à veracidade do que é veiculado. Não só isso, com as redes sociais, os centros de poder no que diz respeito à informação, são mais facilmente alterados, devido, em parte ao que foi dito antes, ou seja, à natureza difusa da produção de informações e conteúdos, mas também pela própria natureza do algoritmo empregado nessas redes, que privilegia as interações sociais entre pessoas e grupos que possuem maior afinidade e identificação, formando o que se conhece popularmente como “bolhas” nessas redes. Manuel Castells (1999) alerta para como as redes

computacionais possuem o poder de alterar a morfologia do poder na sociedade. Sobre isso, Sousa e Quandt (2008) dizem que

O poder dos fluxos de informação, em especial, possibilitado pelas novas tecnologias, passa a exercer um papel mais importante que os próprios fluxos de poder. Neste sentido, estar localizado em um ponto estratégico da rede é muitas vezes mais importante que estar localizado em algum determinado nível hierárquico, mesmo que superior. Em geral, atores que atuam como nós conectores entre diferentes subgrupos da rede ou entre redes são pontos de influência sobre a estrutura como um todo, seja no papel de agentes de transferência de informação, seja com os pontos críticos de falha. (SOUSA e QANDT 2008, p. 33)

Nessa perspectiva, o crescimento de grupos de direita e pessoas que se identificam com estes, usando muitas vezes de uma linguagem simples, direta e que por vezes também violenta e preconceituosa, espelhando o mesmo *ethos* violento e preconceituoso de quem consumia essas postagens, tornaram-se, na linguagem da internet, virais, isto é, espalharam-se com enorme velocidade e abrangência.

Jair Messias Bolsonaro e seus filhos, que foram os grandes “marqueteiros” de sua campanha, em especial o vereador pelo estado do Rio de Janeiro, Carlos Bolsonaro; bem como políticos da chamada “ala ideológica”⁸ do governo Bolsonaro, usaram das mesmas técnicas discursivas que seu ideólogo, Olavo de Carvalho, nas redes sociais: uma linguagem carregada de imagens fortes, palavrões e ataques a adversários políticos e ideológicos.

Esses ataques verbais muitas vezes reverberaram e foram reproduzidos pelos seguidores desses políticos e influenciadores de extrema direita. Fazer uma análise de forma quantitativa de todas as postagens produzidas por todos esses atores políticos seria impossível no espaço de

⁸ “Ala ideológica” é como é conhecida a ala do governo de Jair Bolsonaro que possui não só influência direta de Olavo de Carvalho, como alguns foram indicados pelo próprio ideólogo, por serem seus “alunos”. Dentre estes, pode-se citar o primeiro ministro da educação, Ricardo Véliz e o seu sucessor, Abraham Weintraub. Pode-se perceber que a educação é uma área de especial interesse não só dessa ala, mas também da “Ala Militar”, formada por militares tanto de alta patente como de baixa patente, que muitas vezes disputam poder dentro do governo com a “Ala ideológica”.

dois anos de um mestrado, porém, com auxílio de uma empresa chamada Vixe! Estatística, de alunos da Faculdade de Estatística da Universidade Federal do Ceará, fiz a extração das últimas 3.200 postagens do Twitter de Jair Messias Bolsonaro, Abraham Weintraub, Olavo de Carvalho e Escola Sem Partido. Infelizmente, por uma limitação de tempo e de recursos informacionais, não pudemos extrair ainda mais postagens, de mais políticos de direita e de movimentos com a mesma natureza do Escola Sem Partido.

As análises foram realizadas em uma máquina com processador Intel(R) Core(TM) i5-8250U CPU \@ 1,6 GHz, com memória RAM de 8,0 GB e o sistema operacional de 64 bits. Utiliza-se a biblioteca *Tweepy* da linguagem de programação *Python* para a análise computacional. Foi criado um API para consultar dados do Twitter. O Cursor do *Tweepy* permite transmitir dados sem ter que consultar manualmente, a API do Twitter retorna cerca de 3200 (três mil e duzentos) *tweets* usando esse método. Para extrair os tweets de um único usuário utilizou-se a função *api.user_timeline*, e para salvar os dados em formato de planilhas foi aplicada a função *Workbook* da biblioteca *xlsxwriter*⁹.

Para efeitos de análise de dados, as relações entre os atores são consideradas tão fundamentais quanto os próprios atores¹⁰ (HANEMANN, 2003). Desse modo, foram feitas análises que levaram em consideração a relação¹¹ entre os discursos das autoridades políticas já citadas e suas repercussões na sociedade, seja através do aumento de referências na imprensa a termos como “professor doutrinador”, “comunista”, “comunismo”, “ideologia de gênero” e “escola sem partido”. Essas alterações ou a falta destas foram medidas com a ferramenta do Google Trends, que fornece gráficos de recorrência de um determinado termo na imprensa. Dessa forma,

⁹ O horário dos tweets estão com 3 horas a mais em relação ao que está na planilha.

¹⁰ “ATOR (actor): indivíduos ou grupos de indivíduos, corporações, comunidades, departamentos, etc. Redes formadas por atores do mesmo tipo são chamadas redes unimodais (one-modenetworks). Redes formadas por atores de diferentes tipos são redes multimodais (two-modenetworks)” (SOUSA e QANDT 2008, p. 33).

¹¹ ELOS RELACIONAIS (relational ties): tipo de relação que estabelece uma conexão ou troca defluxos entre dois atores. Podem ser opiniões pessoais, transferência de recursos, interações, filiação a entidades, etc (SOUSA, QANDT 2008, p. 33).

o que faço, em determinado momento, para analisar as relações entre os discursos dos atores sociais e suas relações entre si e com o que é veiculado na imprensa, bem como o que acontece nas escolas, não é somente uma análise crítica do discurso, mas também uma análise sociológica de discursos e fenômenos inter-relacionados através de uma análise de redes sociais (SNA – Social Network Analysis), que é

uma ferramenta metodológica de origem multidisciplinar (psicologia, sociologia, antropologia, matemática, estatística) cuja principal vantagem é a possibilidade de formalização gráfica e quantitativa de conceitos abstraídos a partir de propriedades e processos característicos da realidade social. Desta forma, modelos e teorias formulados com base em conceitos sociais podem ser matematicamente testados. De acordo com Stanley Wasserman e Katherine Faust (1999), uma das peculiaridades da SNA é o foco no aspecto relacional dos dados coletados. Em outras palavras, o objetivo da metodologia é realizar o levantamento de propriedades e conteúdos provenientes da interação entre unidades independentes (SOUSA e QANDT 2008, p. 31)

A utilidade da análise de redes sociais para a Sociologia é ainda um campo que carece de exploração, principalmente em uma sociedade que cada vez mais se manifesta politicamente através das redes e através destas, influencia e é influenciada através dos seus discursos e das suas relações:

Embora a SNA esteja sendo aplicada a estudos de outros tipos de estruturas – tais como análise de relações entre websites, por exemplo – a origem sociológica da metodologia fica evidente quando observam-se os conceitos teóricos que motivaram o desenvolvimento de alguns dos principais métodos e medidas de redes, entre estes: grupo social, isolamento, popularidade, prestígio, coesão social, papel social, reciprocidade, mutualidade, troca, influência, dominância, conformidade, poder (SOUSA e QANDT 2008, p. 32)

Além das redes sociais, também analisei notícias de jornais relacionadas a esses mesmos pronunciamentos, além de entrevistas ou declarações, inclusive as relacionadas a casos de perseguição ideológica a professores de todos os níveis da educação, da educação básica à superior.

A escola é um espaço onde o saber institucionalizado é transmitido. Como institucionalizado, fala-se de um lugar em que os conhecimentos que são tidos como verdade em uma sociedade são reproduzidos, ou seja, os saberes culturais de uma sociedade são transmitidos, mas de forma programática e formal (SILVA, 1986). Bourdieu, em seu “A Reprodução”, fala da importância da escola como instituição que não só repassaria os valores morais de uma sociedade, de forma a civilizar o homem, inculcando-lhe a disciplina moral, como dizia Durkheim (2008), mas que também reproduziria desigualdades e violências simbólicas, o que se dá pela própria ação pedagógica, que é “objetivamente uma violência simbólica [...], isto é, [um artifício] da imposição e da inculcação de um arbitrário cultural segundo um modo arbitrário de imposição e inculcação (educação)” (BOURDIEU; PASSERON, 1992, p. 21). Dessa forma, a escola “naturaliza” o que não é natural, isto é, a cultura, os saberes e os poderes, reproduzindo-os no tempo ao formar os estudantes, que serão membros ativos da sociedade. Fairclough explica que “a capacidade de exercer poder social ou dominação e hegemonia compreende a capacidade de moldar em algum grau significativo a natureza e o conteúdo de um “denominador ideológico comum” (PELED-ELHANAN, 2019, p. 51). Esse denominador comum é dado como irrefutável: são dados e ideologias que são tidas como inquestionáveis. Desse modo, não só os saberes científicos são reproduzidos, mas juntamente com eles, também visões de mundo dominantes, ou em outras palavras, ideologias. Fairclough chega a assinalar que “representações compartilhadas socialmente, em especial as avaliativas, fornecem os fundamentos para os juízos sobre o que é certo e o que é errado” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 55).

A "Lei da Escola Livre", como ficou conhecida a Lei 7.800/2016, foi promulgada em 5 de maio do ano passado; porém foi vetada pelo então governador de Alagoas, Renan Filho. Mesmo assim, em 17 de novembro de 2016, o projeto “Escola Livre” foi aprovado, em duas votações, na Assembleia Legislativa de Alagoas, derrubando o veto do governador. A lei, de autoria do deputado estadual Ricardo Nenzinho, também do PMDB, tem um texto, de caráter subjetivo, que afirma que os docentes não podem “doutrinar” ou “induzir” estudantes em assuntos religiosos, políticos e ideológicos. O educador que descumprir essa ordem pode ser punido até com a demissão.

No entanto, em 23 de março de 2017, o ministro Luiz Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, derrubou, com uma liminar, o projeto de lei, atendendo a um pedido feito por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) impetrada em maio do ano passado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE), declarando-o inconstitucional¹². Nenzinho afirmou, segundo o site Gazeta Web, da globo.com, que “deturparam” seu projeto de lei, e, reproduzindo um discurso que seria bastante utilizado nos anos seguintes, reduziu a questão da liberdade de expressão e de cátedra constitucional a uma questão ideológica:

A decisão mostra que vivemos em um regime democrático. Aguardo que a decisão siga para o Pleno do Supremo, a fim de que uma decisão definitiva seja tomada. Acredito que a polêmica se deu em virtude das divergências entre as diversas correntes envolvidas. Muitos grupos já tinham uma opinião formada, defendem sua ideologia e discordando da proposta aprovada pela Assembleia Legislativa.¹³

Além disso, segundo o deputado, “o projeto foi apresentado em julho. Foram seis meses de discussão e nenhum representante do sindicato apareceu sequer para dar opinião a favor ou contra”. No entanto, o Sindicato dos Professores de Alagoas (Sinpro-AL) foi contra o projeto de lei e divulgou nota de repúdio. Para o Sinpro, “a lei vai atingir principalmente as instituições de ensino particulares, porque muitas das escolas seriam propriedade de políticos ou têm

¹² “O ministro Roberto Barroso, em análise preliminar do caso, afirmou que a lei viola a competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional, prevista no artigo 22, inciso XXIV, da Constituição Federal (CF). Segundo ele, legislar sobre diretrizes e bases significa dispor sobre a orientação, as finalidades e os alicerces da educação. “Ocorre justamente que a liberdade de ensinar e o pluralismo de ideias constituem diretrizes para a organização da educação impostas pela própria Constituição. Assim, compete exclusivamente à União dispor a seu respeito. O estado não pode sequer pretender complementar tal norma”, destacou.

O ministro Roberto Barroso verificou ainda aparente violação aos artigos 205, 206 e 214 da CF. [...]

“A Constituição assegura, portanto, uma educação emancipadora, que habilite a pessoa para os mais diversos âmbitos da vida, como ser humano, como cidadão, como profissional. Com tal propósito, define as diretrizes que devem ser observadas pelo ensino, a fim de que tal objetivo seja alcançado, dentre elas a mencionada liberdade de aprender e de ensinar; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; a valorização dos profissionais da educação escolar”, disse” (Suspensa lei alagoana que instituiu o programa Escola Livre. 22 de março de 2017. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=338884> . Acesso em: 02 jul. 2019).

¹³ Após Decisão do STF, Autor de "Escola Livre" Diz que Projeto Foi Deturpado. Gazeta Web, 22 de março de 2017. Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia.php?c=29973>>. Acesso em 02 jul. 2019

alunos parentes de políticos”. Por outro lado, movimentos liberais e de direita já apoiavam o projeto, como o movimento “Vem Pra Rua”, o “Instituto Liberal de Alagoas” e o “Movimento Brasil”¹⁴.

A revista Carta Capital, já à época da aprovação do projeto de lei alagoano, veiculava também um artigo apontando as falhas do “Escola Livre”, em um artigo intitulado “Alagoas sob a Lei da Mordaça”. Nesse artigo, dentre outras informações, constava o fato de que o estado nordestino era “líder em analfabetismo (com mais de 21% dos habitantes com mais de 15 anos sem saber ler ou escrever) e dono do pior índice de desenvolvimento humano do País”. No entanto, aprovava uma lei em que essa mesma desigualdade não podia ser discutida em sala de aula por perigo do professor ser acusado de enviesamento ideológico, já que o texto da lei, em oito artigos, proíbe

a prática de doutrinação política e ideológica em sala de aula, bem como a veiculação, em disciplina obrigatória, de conteúdos que possam induzir aos alunos um único pensamento religioso, político ou ideológico”. O professor também fica proibido de fazer “propaganda religiosa, ideológica ou político-partidária em sala de aula” e incitar “seus alunos a participar de manifestações, atos públicos ou passeatas”.¹⁵

Dando prosseguimento ao trabalho, no capítulo 2, o Movimento Escola Sem Partido será apresentado com mais detalhes, desde sua formação, até quais foram as condições sociais e políticas que propiciaram sua institucionalização no Estado brasileiro através do apoio de diversos políticos e movimentos de direita, entre eles, o de Jair Messias Bolsonaro e dos seguidores do ex-deputado federal e presidente eleito em 2018. No capítulo 3, serão expostos o autoritarismo na educação e as influências nesta tanto de uma direita neoliberal como de uma extrema direita extremamente ideológica, que cresce rapidamente depois de 2013 no Brasil. Serão analisados os efeitos que as ideias

¹⁴ Projeto sobre escola livre gera polêmica. Disponível em: <http://ricardonezinho.com.br/projeto-sobre-escola-livre-gera-polemica/>. Acesso em 02 jul. 2019).

¹⁵ Alagoas Sob a Lei da Mordaça. Carta Capital. 29 de abril de 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacaoreportagens/alagoas-sob-a-lei-da-mordaca/>. Acesso em: 02 jul. 2019.

do Movimento Escola Sem Partido possuem no governo Bolsonaro e entre os apoiadores do Presidente da República e por conseguinte em como isso influencia a emovimento escola brasileira. Também serão analisadas as influências ideológicas do MESP, que possui ideias em comum com as chamadas “ala ideológica” e “ala militar” do governo Bolsonaro.

2. O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO

O Programa Escola Sem Partido tem a primeira data de registro no ano de 2004, quando o site foi colocado na internet. Miguel Francisco Urbano Nagib, segundo ele próprio, é o coordenador do movimento. Ele é Procurador de Justiça do Estado de São Paulo e era articulista do Instituto Millenium¹⁶, escritor dos Deveres do Professor – criado para o Escola Sem Partido – e proprietário da Escola Sem Partido Treinamento e Aperfeiçoamento Eireli – ME¹⁷. O movimento Escola Sem Partido considera o aluno como uma vítima do professor, que seria também um doutrinador, já que, na lógica do MESP¹⁸ o discente não teria a possibilidade de sair de sala e estaria em uma posição de poder inferior ao professor. O programa em si diz que possui como objetivo “informar e conscientizar os estudantes sobre os direitos que correspondem àqueles deveres, a fim de que eles mesmos possam exercer a defesa desses direitos (...)”¹⁹. Já na página inicial do site do Movimento Escola Sem Partido, pode-se ver a seguinte frase em destaque: “Por uma lei contra o abuso da arte de ensinar”^{20, 21}. Dessa forma, quando já, na sua *homepage*, o site do MESP fala de “abuso da arte de ensinar”, pode-se perceber duas ideias centrais: a de que ensinar é uma arte, não um conhecimento construído através da ciência e da didática; e a outra ideia, talvez mais evidente, é a de que ensinar contém, em si, um abuso, já que não se fala em “abusos cometidos na arte de ensinar”, mas sim em “abuso da arte de ensinar”. Percebe-se, dessa forma, uma tentativa de desacreditar o trabalho do docente, tachando este de não científico e abusador da boa-fé de menores.

¹⁶ Do qual falaremos mais à diante, ao demonstrar como institutos como esse foram importantes para a ascensão da nova direita brasileira.

¹⁷ Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial e da Associação Escola Sem Partido (Atividades de associações de defesa de direitos sociais).

¹⁸ Algumas vezes, para efeito de maior fluidez textual, usarei a sigla MESP, para o Movimento Escola Sem Partido, ou simplesmente ESP: Escola Sem Partido.

¹⁹ <https://www.programaescolasempartido.org/> Acesso em 07 dez. 2018.

²⁰ <https://www.programaescolasempartido.org/> Por uma lei contra o abuso da arte de ensinar Acesso em 11 jul. 2019

²¹ Fairclough afirma que “o discurso é ideológico na medida em que contribui para a manutenção de relações particulares de poder e dominação” (FAIRCLOUGH, 2005, p. 314).

O site continua com os deveres dos professores, todos partindo do pressuposto de que o aluno é uma vítima passiva de um processo de doutrinação e o professor, um doutrinador. Segundo o programa, deve ser afixado, em todas as salas de aula, um cartaz com os deveres do professor, que seriam os seguintes:

1. O professor não se aproveitará da audiência cativa dos seus alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências, ideológicas, religiosas, morais, políticas ou partidárias.
2. O professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão das suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.
3. O professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula, nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos ou passeatas.
4. Ao tratar de questões políticas ou socioculturais e econômicas, o professor apresentará ao aluno, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade -, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.
5. O professor respeitará os direitos dos pais a que seus filhos recebam a educação moral de acordo com as suas convicções.
6. O professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula²².

O próprio programa, logo em seguida à apresentação do que seriam os deveres do professor, afirma que estes “já existem” e que decorrem da Constituição Federal de 1988: art. 5º, VI e VIII; e art. 206, II (que falam da liberdade de consciência e de crença e da liberdade de aprender dos alunos); arts. 1º, V; 5º, caput; 14, caput; 17, caput; 19, 34, VII, ‘a’, e 37, caput (princípio constitucional a neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado); art. 206, III (pluralismo de ideias). Além disso, citam a Convenção Americana de Direitos Humanos, no seu art. 12, IV, o direito dos pais de alunos sobre a educação moral e religiosa dos filhos²³. De forma antagônica ao que apregoa o MESP, o Ministro Roberto Barroso²⁴ em decisão liminar que derrubou o projeto de lei Escola Livre

²² <https://www.programaescolasempartido.org/> < Por uma Lei Contra o Abuso da Liberdade de Ensinar > Acesso em: 11 jul. 2019.

²³ <https://www.programaescolasempartido.org/>. Por uma lei contra o abuso da arte de ensinar > Acesso em 11 jul. 2019.

²⁴ Luís Roberto Barroso é jurista, professor e magistrado brasileiro, atualmente ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sendo vice-presidente dessa corte.

de Alagoas, inspirado no MESP, diz que justamente os artigos 205, 206 e 214 da Constituição Federal são feridos por projetos como estes.

[...] “A Constituição assegura, portanto, uma educação emancipadora, que habilite a pessoa para os mais diversos âmbitos da vida, como ser humano, como cidadão, como profissional. Com tal propósito, define as diretrizes que devem ser observadas pelo ensino, a fim de que tal objetivo seja alcançado, dentre elas a mencionada liberdade de aprender e de ensinar; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; a valorização dos profissionais da educação escolar”, disse”.²⁵

O MESP termina essa parte dos deveres do professor e direito dos alunos e pais afirmando que o

único objetivo do Programa Escola sem Partido é informar e conscientizar os estudantes sobre os direitos que correspondem àqueles deveres, a fim de que eles mesmos possam exercer a defesa desses direitos, já que dentro das salas de aula ninguém mais poderá fazer isso por eles.²⁶

Essa visão do aluno como um sujeito passivo, vítima de um professor que seria a autoridade máxima, não só na sala de aula como também sobre a cognição do estudante, é por fim reafirmada na página do ESP com uma citação de Max Weber, que fecha²⁷ a página inicial do site:

Em uma sala de aula, a palavra é do professor, e os estudantes estão condenados ao silêncio. Impõem as circunstâncias que os alunos sejam obrigados a seguir os cursos de um professor, tendo em vista a futura carreira; e que ninguém dos presentes a uma sala de aula possa criticar o mestre. É imperdoável a um professor valer-se dessa situação para buscar incutir em seus discípulos as suas próprias concepções políticas, em vez de lhes ser útil, como é de seu dever, através da transmissão de conhecimento e de experiência científica.²⁸

²⁵ Suspensa lei alagoana que instituiu o programa Escola Livre. 22 de março de 2017. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=338884>. Acesso em: 02 jul. 2019.

²⁶ <https://www.programaescolasempartido.org/>. Por uma lei contra o abuso da arte de ensinar > Acesso em 11 jul. 2019.

²⁷ Juntamente com um vídeo em que se explica o porquê do PT ser contra o programa - especificamente, como se o partido fosse o único contra as ideias do Programa do ESP.

²⁸ Por uma lei contra o abuso da arte de ensinar. <https://www.programaescolasempartido.org/>. Acesso em 11 jul. 2019.

As palavras de Weber foram proferidas em duas conferências, entre 1917 e 1918, para jovens estudantes alemães da Associação dos Estudantes Livres da Baviera, na Universidade de Munique. Evidentemente, muito já se deu não só em termos de educação, didática de sala de aula, como também em exposição a informações por parte de alunos. Embora o professor tenha um papel fundamental em sala, com pesquisas apontando sempre para a relação direta entre a qualidade do seu trabalho e o desempenho do aluno, as novas tecnologias da informação, a família, os amigos e o ambiente em que os estudantes vivem exercem influência nestes em relação às suas ideologias. A própria Constituição Federal de 1988 afirma essa responsabilidade conjunta da sociedade na formação de um indivíduo, em seu artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.²⁹ Essa responsabilidade conjunta é devido aos vários sujeitos envolvidos no processo educacional, inclusive o próprio aluno, que, diferentemente do discente da Alemanha de 1917 de Max Weber, é visto hoje como um sujeito autônomo do seu processo de construção da aprendizagem, que assume uma posição crítica diante do mundo que o cerca, o qual contribui para a sua formação.

No entanto, o MESP, como movimento, não fica só na conscientização: há o incentivo de que haja denúncias contra o que o Programa chama de “professores militantes”. O site escolasempartido.org traz um modelo de notificação extrajudicial.³⁰ para que os pais e alunos possam fazer essas denúncias. O termo que o ESP usa para essa notificação é “arma das famílias contra a doutrinação nas escolas”. A notificação pode ser feita anonimamente, “Considerando o interesse dos pais em que seus filhos não sejam identificados e, eventualmente, perseguidos pelos professores e pela escola”.³¹ Nessa perspectiva, constrói-se o professor como inimigo público, alguém que está numa posição de desconfiança. Há no site ainda, uma página chamada

²⁹ BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 11 jul. 2019.

³⁰ Anexo 1.

³¹ (Modelo de Notificação Extrajudicial <http://escolasempartido.org/artigos-top/552-modelo-de-notificacao-extrajudicial-arma-das-familias-contra-a-doutrinacao-nas-escolas>. Acesso em: 11 jul. 2019).

“Síndrome de Estocolmo”, que se dedica a trazer casos de alunos que foram doutrinados ou que, ao tentarem confrontar seus professores em relação a isso, foram perseguidos. Com títulos chamativos e pejorativos em relação a professores como “Monstro totalitário arreganha os dentes”, “Alunos ou Reféns?” e “Universidade sitiada”, o ESP tenta mostrar que os alunos passam pelo que seria uma Síndrome de Estocolmo. O espaço, com um desenho da animação da Disney “A Bela e a Fera”, fazendo alusão à relação entre os personagens principais, que seria um exemplo dessa síndrome e também uma metáfora da relação professor-aluno, diz:

Vítima de um verdadeiro “sequestro intelectual”, o estudante doutrinado quase sempre desenvolve, em relação ao professor/doutrinador, uma intensa ligação afetiva. Como já se disse a propósito da Síndrome de Estocolmo, dependendo do grau de sua identificação com o sequestrador, a vítima pode negar que o sequestrador esteja errado, admitindo que os possíveis libertadores e sua insistência em punir o sequestrador são, na verdade, os responsáveis por sua situação. De modo análogo, muitos estudantes não só se recusam a admitir que estão sendo manipulados por seus professores, como saem furiosos em sua defesa, quando alguém lhes demonstra o que está acontecendo.³²

Há, ainda, no site, seções como “Doutrinação pelo Mundo”, onde se contam casos de supostas doutrinações envolvendo professores em outros países; “Defenda seu Filho”; “O Papel do Governo” e “Livros Didáticos”, onde se postam notícias de livros utilizados, nas redes de ensino, que estariam sendo usados com o propósito de uma doutrinação, além de resenhas que denunciariam esse “viés ideológico” dos materiais didáticos, já que “A doutrinação, em geral, não deixa rastro, a não ser na cabeça dos alunos”.³³ A visão de professores como doutrinadores é tão difundida que é incentivado que os alunos gravem as aulas de professores, a despeito do Ministério Público ou da lei: “Já que o Ministério Público não faz nada, o ESP decidiu fazer alguma coisa pelas vítimas dos abusos praticados por militantes disfarçados de professores”.³⁴ As imagens são usadas de forma propagandística também, por

³² Síndrome de Estocolmo. <http://escolasempartido.org/sindrome-de-estocolmo?limitstart=0>. Acesso em: 11 jul. 2019.

³³ Livros Didáticos. <http://escolasempartido.org/livros-didaticos>. Acesso em: 11 jul. 2019

³⁴ Escola Sem Partido Disponibiliza Modelo de Petição para Garantir Direito de Gravar Aulas. <http://escolasempartido.org/>. Acesso em: 12 jul. 2019.

exemplo, com uma foto de um homem sentado em uma cadeira, usando um antolhos³⁵, que possui a seguinte legenda: “Não deixe que seu professor faça isso com você. Denuncie!”.³⁶

Além do site oficial do programa, o Escola Sem Partido também possui um perfil no Twitter onde veicula não só suas ideias sobre educação, mas também deixa evidente suas preferências políticas, isto é, pela direita, o que em si já é paradoxal se é levado em consideração que o movimento preza por uma suposta educação neutra politicamente, condizente com parte do seu próprio nome, “Sem Partido”. Dessa forma, através de uma extração feita com biblioteca tweepy da linguagem de programação Python para a análise computacional, foi criado um API para consultar dados do Twitter. O Cursor do Tweepy permite transmitir dados sem ter que consultar manualmente, a API do Twitter retorna cerca de 3.200 tweets usando esse método. Em outras palavras, extraí 3.200 postagens do Twitter do Escola Sem Partido³⁷, o que me permitiu chegar a uma quantidade de dados significativa para fazer uma análise do discurso utilizado pelo movimento.

Começo a análise do Twitter do Escola Sem Partido³⁸ pelo dia 08/03/2019, com a seguinte postagem: “Os adversários do regime militar nutriam "grande anseio pela democracia". Tá certo isso, @gabeiracombr?”³⁹, em uma evidente discordância da análise histórica do período da ditadura civil-militar e uma provocação ao jornalista Fernando Gabeira, que participou da luta armada contra o Regime Militar e que foi preso e torturado. Termina a análise com o tuíte do dia 12 de maio de 2020, com a seguinte postagem: “Às 19h estaremos ao vivo com a Deputada Federal @ToniettoChris no Instagram para falar sobre a decisão do STF no caso da ADPF 457 (ideologia de gênero). Estejam conosco!”⁴⁰. A deputada federal a que se faz menção na postagem é Chris

³⁵ Acessório que se coloca na cabeça de animal de montaria ou carga para limitar sua visão e forçá-lo a olhar apenas para a frente, e não para os lados

³⁶ Escola Sem Partido Disponibiliza Modelo de Petição para Garantir Direito de Gravar Aulas. <http://escolasempartido.org/>. Acesso em: 12 jul. 2019.

³⁷ Fiz a mesma coisa com os perfis de Jair Messias Bolsonaro, Abraham Weintraub e Olavo de Carvalho, que serão analisados a posteriori nesta dissertação.

³⁸ <https://twitter.com/escolasempartid>

³⁹ <https://t.co/0NshvRVkZa>

⁴⁰ <https://twitter.com/escolasempartid/status/1260321607412834306>. Acesso em 25 de maio 2020.

Tonietto, eleita pelo PSL do Rio de Janeiro, ou seja, não só ela é filiada ao partido pelo qual Jair Bolsonaro foi eleito, mas também é do estado que é a base eleitoral do presidente e de seus filhos. Em seu perfil do Twitter, ela se define como “Deputada Federal eleita pelo PSL/RJ, católica, advogada, pró-vida e pró-família. Viva Cristo Rei!”⁴¹. A sua foto de capa do perfil contém um feto e os dizeres “Frente Parlamentar Mista contra o Aborto e em Defesa da Vida”. Pode-se ver, analisando a priori somente as postagens de início e de fim da minha extração do perfil do Escola Sem Partido, que, na verdade, esse programa, ao postular uma educação sem partido, prega por uma educação conservadora e alinhada aos valores de uma extrema-direita brasileira; e que, ao dizer que essa é uma educação neutra, falta com a verdade após um breve exame sobre quem são os seus apoiadores e o que eles defendem para a educação brasileira.

Ao analisar as 3.200 postagens, pode-se verificar que o termo “professores” é o que mais se destaca, com 345 postagens contendo-o; a palavra “doutrinação” ocorre em 305 postagens; “esquerda”, 152 vezes; “militantes”, 151 vezes; “estudantes”, 121 vezes; “pais”, 190 vezes; o vocábulo “comunismo” aparece 2 vezes; “comunista”, 10 vezes; “ideologia de gênero”, 45 vezes; “direita” 47 vezes “esquerdista”, 41 vezes; “família”, 51 vezes e “famílias”, 77 vezes.

TERMOS	Quantidade de aparições em 3.200 postagens do perfil do Escola Sem Partido (número de vezes).
Professores	345
Doutrinação	305
Pais	190
Esquerda	152
Militantes	151
Estudantes	121
Famílias	77
Família	51
Ideologia de gênero	45

⁴¹ <https://twitter.com/ToniettoChris>. Acesso em 25 de maio 2020.

Esquerdista	41
Comunista	10
Comunismo	2

“Direitistas” - que seria o equivalente pejorativo de “esquerdistas”, termo também pejorativo que aparece 41 vezes entre as postagens analisadas – só aparece uma única vez, justamente para criticar aquelas pessoas de direita que acreditavam que com a eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência da República, a “luta” por uma “escola sem partido” havia sido ganha:

Com a posse de JB, muitos direitistas que antes apoiavam a luta do ESP passaram a desprezá-la, na crença de que agora havia chegado "a nossa vez". Doce ilusão... Não chegou nem vai chegar. JB pode ser reeleito mil vezes. Sem o ESP, as escolas vão continuar sob o controle da esquerda.⁴²

Apesar do MESP dirigir-se, em seu Twitter, a pessoas que se identificam como de direita, de obter o apoio de políticos de direita e de apoiar esses mesmos políticos, paradoxalmente ele tenta não se identificar com a direita, já que seus idealizadores sabem que de uma forma ou de outra se contradizem a todo instante devido ao seu alinhamento com a direita, em especial, a extrema direita:

O ESP é de direita?

Não. A menos q os princípios da impessoalidade, laicidade, pluralismo, liberdade de consciência e de crença e primazia dos pais na educação religiosa e moral dos filhos sejam de direita. Mas não são, pois esquerdistas tb sabem invocá-los qdo lhes convém.⁴³

O ESP acredita que o governo Bolsonaro não faz o suficiente para acabar com a suposta doutrinação escolar de esquerda. Miguel Nagib chegou a anunciar que o Escola Sem Partido acabaria em agosto de 2019, por falta de apoio financeiro para funcionar, apesar de alardear pelo mesmo perfil do Twitter o apoio de vários políticos eleitos pertencentes ao campo da direita. Há, durante

⁴² <https://twitter.com/escolasempartid/status/1248323032868966400>. Acesso em 25 de maio 2020.

⁴³ <https://twitter.com/escolasempartid/status/1212364167954477057>. Acesso em 26 de maio 2020.

o governo Bolsonaro, um sentimento de mágoa com a falta de um lugar mais destacado para o movimento, como se pôde perceber pelo tuíte acima. No entanto, embora o ESP se coloque como quem acabaria com a “doutrinação de esquerda” também, paradoxalmente, coloca-se, muitas vezes, como uma vítima e impotente para empreender um processo de “doutrinação”:

DOCTRINAÇÃO DE DIREITA? NEM PENSAR!

É óbvio que a direita não deve tentar emular os crimes da esquerda na educação. Mas o problema nem é esse. O problema é que a direita simplesmente não dispõe dos meios necessários para cometer esses crimes.⁴⁴

Os termos escolhidos para serem analisados neste trabalho não foram aleatórios. Na verdade, eles são os mais utilizados pelo movimento, que se coloca como defensor da família brasileira, dos valores tradicionais e conservadores, o que em si já denuncia a falta de neutralidade do programa. Também é dada bastante atenção aos pais e alunos, que são o foco do programa, fora o fomento de leis em casas legislativas. São os pais e alunos que devem ser alertados do perigo dos professores, que na ideologia do grupo, são militantes e não educadores. É mister também atentar para o fato de que os termos “comunista” ou “comunismo” aparecem poucas vezes se comparados ao termo “ideologia de gênero”, um dos grandes inimigos do Escola Sem Partido.

Embora, nos últimos anos, qualquer posicionamento contrário a uma extrema direita que ascendeu no Brasil e no mundo seja considerado “esquerdismo”, ou seja, pensamento de esquerda (mesmo que venham de partidos ou políticos que se identificam tradicionalmente com uma direita mais liberal), os termos “comunismo” e “comunista” pouco aparecem nas postagens analisadas. O termo comunismo aparece duas vezes: uma, em um suposto mural em louvor do comunismo na Universidade Federal de São Paulo e outro sobre uma outra universidade federal, que seria investigada por causa de um “centro de difusão do comunismo”. Evidente que, mesmo sendo duas menções somente, pode-se notar como a ideia de que o comunismo é comparável a um crime, ou mencioná-lo e exibi-lo em instituições de ensino deveria, segundo o

⁴⁴ <https://twitter.com/escolasempartid/status/1248368251765166080>. Acesso em 25 de maio 2020.

ESP, ser proibido, mesmo que isso significasse ir contra a ideia de mostrar-se as diversas ideologias políticas. O mural em louvor ao comunismo, na verdade, é uma colagem que estudantes da instituição fizeram, e não algo produzido pela universidade:



Já a alcunha de comunista aparece 10 vezes nas postagens analisadas, todas tentando mostrar que a educação brasileira é comunista e empreende uma doutrinação. As postagens vão desde chamar o livro didático Nova História Crítica, de Mário Schmidt, de “cartilha comunista que foi lida por mais de 30 milhões de alunos”⁴⁵, passando por dizer que o livro “Capitães de Areia”, de Jorge Amado, é um “livro de propaganda comunista”⁴⁶, todo mundo sabe” e que por isso ele teria sido leitura obrigatória para o vestibular da Fuvest, de 2010 a 2017, até chegando a dizer que Jorge Paulo Lemann, o suíço-brasileiro bilionário, fundador da Fundação Lemann, um dos maiores nomes do pensamento meritocrático e neoliberal na educação, “banca” a revista Nova Escola, que, segundo o ESP, é “a revista paulofrênica do militante comunista disfarçado de professor”.

⁴⁵ <https://twitter.com/escolasempartid/status/1255176888827490304>. Acesso em 25 de maio 2020.

⁴⁶ <https://t.co/hTb8ujQK5d>. Acesso em 25 de maio 2020.

Percebe-se que o discurso de que o comunismo toma conta de toda a cultura, a educação e do pensamento até de um bilionário de direita é uma constante entre adeptos do movimento, assim como para boa parte da extrema direita brasileira, que não só cita o comunismo como uma ameaça ao “livre pensamento”, como também o “globalismo”⁴⁷ como uma ameaça às nações.

@AlexsandroConti Os empresários estão financiando iniciativas do establishment esquerdista/globalista como o @TodosEducacao e a revista @novaescola”. Até hoje, um único empresário ajudou o ESP.⁴⁸

Ver comunismo em tudo aquilo que destoa de um pensamento não só conservador, mas que naturaliza a exclusão é uma tônica da extrema direita brasileira e do movimento Escola Sem Partido. Sobre como acabar com a “pregação comunista” nas escolas e faculdades, algumas postagens deixam evidente que não será uma questão de “mostrar os dois lados da moeda”, isto é, ao se falar sobre uma “versão” da esquerda, falaria-se também a da direita, o que até seria condizente com um pensamento democrático. Na verdade, a ideia do ESP é a de se combater o pensamento “esquerdista” através de leis que não só criminalizariam o educador ao dizer ou escrever qualquer ideia que soasse como de esquerda, como faria com que a educação fosse orientada por ideologias de direita:

A reação à pregação comunista nas escolas/universidades ã pode ser a “pregação anticomunista”.

1º, pq isso é abominável;

⁴⁷ O termo “globalismo” foi tratado em uma reportagem da BBC: “O termo ‘tem sido usado por líderes nacionalistas-populistas para condenar elites envolvidas em negócios globais, como comércio e instituições internacionais’, define Nye.

Esses líderes também se referem à ‘falta de soberania nacional’ sobre questões particulares, como imigração e comércio, diz Heidi Tworek, professora de História Internacional da Universidade de British Columbia, no Canadá.

Para Blommaert, a palavra, como é usada agora, tem três significados: os antiglobalistas são contrários à imigração e à diversidade (‘os debates contra a imigração evitam a palavra ‘racismo’ e a substituem por ‘antiglobalismo’’, diz), à governança transnacional e, por fim, se opõem também à esquerda (“ela é culpabilizada pela imigração, pela diversidade, a ascensão das mulheres - o que seria uma perda das ‘tradições culturais’ e valores - e pela construção de um sistema de governança transnacional”) (O que é ‘globalismo’, termo usado pelo novo chanceler brasileiro e por Trump? <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46786314>. Acesso em 26 de maio 2020.).

⁴⁸ <https://twitter.com/escolasempartid/status/1200425524314509312>. Acesso em 26 de maio 2020.

2º, pq legitimaria o q eles fazem;

3º, pq não existem professores p/fazer essa propaganda; e

4º, pq direita seria esmagada se tentasse lutar c/as mesmas armas.⁴⁹

Dessa forma, podemos transportar o que foi dito até agora sobre o comunismo ou comunistas na educação brasileira, segundo o Escola Sem Partido, para outros termos como “esquerdistas”, “esquerda” e “militantes”, todos se referindo a professores e instituições de ensino que estariam “militando” para a esquerda e não educando.

2.1. A EXPOSIÇÃO DE PROFESSORES AO DISCURSO DE ÓDIO

Essa “doutrinação esquerdista” é amplamente “denunciada” pelo perfil do Twitter, assim como pelo site do ESP, expondo professores e instituições:

Aula online do Colégio Estadual Dom João VI, em Queimados-RJ: doutrinação esquerdista na veia.⁵⁰

“Na escola dos meus filhos, professores e equipe pedagógica são todos esquerdistas, mas a forma de doutrinação é a pior: eles vão seduzindo os alunos ao longo do tempo, de forma discreta ou imperceptível para a família.”⁵¹

Escola Estadual Alexander Graham Bell, Duque de Caxias-RJ.

✓ Empregada doméstica na Disney

✓ Nossa escola é local de resistência

✓ Discurso de ódio não é liberdade de expressão

Doutrinação esquerdista até no Carnaval!⁵²

Mais um vídeo (o último da série) com depoimentos de alunos e ex-alunos sobre a reação de professores esquerdistas aos ataques de 11 de Setembro.⁵³

Essa exposição de educadores e instituições acaba, muitas vezes, gerando discurso de ódio contra os expostos pelo ESP, que acredita que

⁴⁹ <https://twitter.com/escolasempartid/status/1193911592536215552>. Acesso em 25 de maio 2020.

⁵⁰ <https://t.co/1jpekD3WWj>. Acesso em 26 de maio 2020.

⁵¹ <https://t.co/Os07fKDII0>. Acesso em 26 de maio 2020.

⁵² <https://t.co/rBYasJ7hBC>. Acesso em 26 de maio 2020.

⁵³ <https://t.co/nYD5PixaIj>. Acesso em 26 de maio 2020.

discurso de ódio se enquadra dentro do conceito de liberdade de expressão. Desse modo, tanto o Twitter como o site do ESP possuem como um dos seus objetivos praticar um linchamento moral contra educadores e instituições de ensino. O site do movimento, em sua *homepage*, contém vários indícios disso, como casos de alunos e pais denunciando “militante disfarçado de professor” e salientando a ideia de que pais e alunos são vítimas de um processo de doutrinação. Essas denúncias e exposições públicas, com todas as consequências que disso poderiam vir, são incentivadas pelo ESP, que chega a defender que os alunos funcionem como fiscais dos professores, que “não respeitam a lei”, ou seja, são tratados pelo movimento como criminosos e que por isso deveriam ser denunciados:

A mera aprovação de leis proibindo a ideologia de gênero nas escolas é inútil, já que os militantes não respeitam essas leis. Só a fiscalização efetiva, pelos alunos e seus pais, pode impedir esse abuso. Para isso, basta assegurar o direito dos alunos de gravar as aulas.⁵⁴

Em pesquisa feita pelo Laboratório de Estudos de Política e Cultura do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (LEPEC-UFC), intitulada Ser Professor em Tempos de Escola Sem Partido, com 69 professores cearenses da área de Ciências Humanas, alguns resultados são pertinentes para se compreender o clima de tensão a que professores vêm sendo submetidos, o que é mais um motivo para que a profissão docente seja desvalorizada socialmente e não atraia pessoas que queiram empreender esse trabalho. A pesquisa do LEPEC-UFC foi feita através de um questionário enviado, por e-mail, para professores. 87,5% deles são da educação básica. Destes, 66,6% trabalham há pelo menos 5 anos como professores e no máximo, há 20 anos. 98,3% trabalham na escola pública. 78,9% percebem diferenças na imagem do professor e 75,9% acreditam que a profissão vem sendo censurada nos últimos anos. 77,6% acreditam que a atuação do Escola Sem Partido influencia a dinâmica de trabalho dentro da escola, e 56,9% já presenciou alguma tentativa de intimidação do trabalho de um colega. É digno de notoriedade que 79,6% dos professores pesquisados e que disseram já ter

⁵⁴ <https://twitter.com/escolasempartid/status/1167065775343116291>. Acesso em 26 de maio 2020.

presenciado alguma tentativa de intimidação do trabalho docente afirmem que isso partiu do núcleo gestor da escola, que normalmente também é formado por professores, que provavelmente enfrentam pressões da comunidade escolar em relação ao posicionamento político dos seus educadores na escola. Em relação à intimidação por motivos ideológicos da parte de alunos, o número cai um pouco, mas ainda é significativo: 58,6%, ou seja, mais da metade dos profissionais da educação pesquisados afirmam já ter sofrido algum tipo de intimidação política da parte de discentes. Em relação aos pais, o número de professores que dizem ter se sentido intimidados por estes aumenta: 75,9%, e 74,1% dos pesquisados já disseram ter visto alguma tentativa de intimidação partindo de pessoas estranhas à escola. Por último, 86,2% acreditam que a atual conjuntura política afeta negativamente a sua relação com a profissão docente

É preciso levar em consideração que a pesquisa foi feita no Ceará, estado em que um governo do Partido dos Trabalhadores (PT), que é a principal oposição ao governo Bolsonaro, se reelegeu, com o governador Camilo Santana tendo uma ampla margem de votos, ainda no primeiro turno, com 79,96% dos votos válidos. Além disso, Fernando Haddad, candidato do PT na eleição presidencial que elegeu Bolsonaro, obteve, no Ceará, no primeiro turno, 33,12% dos votos válidos, contra 21,74% de Bolsonaro; e, no segundo turno, 71,11% de Haddad contra apenas 28,89% de Bolsonaro.⁵⁵ Isso demonstra que, apesar do estado do Ceará ter seguido a tendência nordestina de votar em Haddad, o discurso antissistema, anti-intelectual e os ataques a grupos tidos como inimigos do Brasil de direita produziu resultados.

Nesse sentido, busquei três casos de professores que sofreram “esculacho virtual”, ou seja, um processo de linchamento através das redes sociais, por parte de apoiadores do MESP. Os casos foram relatados na revista Nova Escola, e, entre eles, além da perseguição ideológica, há a semelhança do uso do *cyberbullying* ou do assédio moral através das redes sociais, o que deixou marcas psicológicas nos professores que as sofreram. Na reportagem, Antonio

⁵⁵ RESULTADO PARA PRESIDENTE NO ESTADO DO CEARÁ. http://apps.trece.jus.br/tre/eleicoes/resultados/2018/CEARA/RESULTADOS/2T/CEARA-2T-RES-RESULTADO_GERAL.HTML. Acesso em 01 de set. 2019.

Álvaro Soares Zuin, professor do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), afirma que

a especificidade do esculacho é que a violência não precisa de uma perseguição contínua – caso do bullying. “Basta uma imagem para iniciar a humilhação”, diz. “Pesquisas mostram que muitos professores que foram atingidos desenvolvem esfriamento da vontade de ensinar e sintomas de depressão. As redes sociais têm consequências no mundo real.”⁵⁶

O primeiro caso é o da professora Valéria Borges, professora de História na rede pública de Niterói (RJ), exposta por comentários sobre o então deputado Jair Bolsonaro. Em 22 de maio de 2017, em uma aula sobre a juventude hitlerista, um aluno LGBT perguntou se havia, em relação ao discurso de ódio, semelhanças entre os apoiadores de Hitler e os de Bolsonaro. A professora, simpatizante da causa dos direitos humanos, afirmou que Bolsonaro e seus apoiadores eram homofóbicos e misóginos. Apesar do seu comentário ter durado dois minutos, em duas horas-aula, a fala da professora foi gravada e postada nas redes sociais.⁵⁷

“Desqualificada”, “lixo”, “aliciadora”, “comunista satânica”, sentenciaram os comentaristas virtuais na página do vereador Carlos Jordy, do PSC, responsável pela exposição da docente e autor de um projeto de lei que buscava instituir o Escola Sem Partido em Niterói. “A professora incorreu em crime contra a honra e assédio moral”, opina Jordy. Valéria se defende dizendo que a fala foi descontextualizada. “Era a resposta a um aluno”, justifica. “Por causa disso, me ameaçaram de morte. Minha família e amigos sentiram medo por mim”, confessa Valéria, que guarda revolta e marcas psicológicas do episódio. “Entrei em um quadro depressivo, precisei de remédios. Essas pessoas não veem o ser humano, atacam de maneira bruta. Que luta é essa que adoce o professor?”

O segundo caso relatado na revista é o do professor Fernando Cesar Gouveia, professor de História no Instituto de Educação Estadual de Londrina (IEEL). Em 28 de junho de 2016,

Fernando convidou uma ativista transexual e uma *drag queen* para o encerramento de um projeto sobre diversidade com os alunos do

⁵⁶ <<https://novaescola.org.br/conteudo/11638/depois-do-esculacho-do-escola-sem-partido-como-fica-a-vida>>. Depois do esculacho, como fica a vida? Acesso em 17 de jul. 2020.

⁵⁷ <https://novaescola.org.br/conteudo/11638/depois-do-esculacho-do-escola-sem-partido-como-fica-a-vida>. Depois do esculacho, como fica a vida? Acesso em 17 de jul. 2020.

Ensino Médio. O evento foi filmado e chegou até Filipe Barros, advogado e atual vereador pelo PRB. Barros divulgou o vídeo em suas redes acusando a drag queen de protagonizar “danças com teor sexual para os menores de idade”. “O professor diz combater a homofobia, mas vejo uma triste violação dos direitos da criança e do adolescente”, relata Barros. Os comentários agressivos e ameaçadores no vídeo levaram o educador a buscar acompanhamento psiquiátrico e psicológico. “Caí num quadro depressivo. Fiquei sem dormir quando veio o processo criminal, que finalmente acabou sendo arquivado”, afirma Fernando.

De fato, mesmo quando não dá em nada, o processo já é uma punição ao professor. “Independentemente do resultado, ser processado é muito ruim. Mexe-se com a reputação do docente frente à comunidade. Há danos morais e financeiros”, afirma Ester. No caso de Fernando, o efeito da ação judicial foi devastador. “O trabalho pedagógico foi lindo e representativo, mas acabou destruído, teve esse fim apocalíptico”, opina.⁵⁸

Por fim, o terceiro caso é o da professora de Sociologia Gabriela Viola, de Curitiba, que teve sua aula gravada quando alunos do 1º ano do ensino médio, como parte de um trabalho escolar, fizeram uma paródia em ritmo de funk falando dos conceitos de Karl Marx, que eram estudados por eles na ocasião.

Gravada e compartilhada na internet, a música gerou rebulição imediato. “Li comentários machistas, sofri muitos ataques por ser mulher”, diz. No fim, Gabriela acabou afastada por uma semana e depois reintegrada – um técnico do Núcleo Regional de Educação validou a estratégia didática utilizada por ela. “A pressão foi muito forte, tentar lidar com tudo que estava acontecendo me afetou psicologicamente. Todo dia alguém escrevia que eu deveria morrer por ter dado aula de um determinado teórico”, afirma.⁵⁹

É digno de nota como o discurso anti-intelectual, que cultua a polêmica e uma atitude politicamente incorreta, bem como o ódio nas relações e debates políticos, já produziu e produz um sentimento de vigilância às atitudes dos profissionais de educação. Isso produz uma sensação de medo e de falta de liberdade de cátedra e de expressão, o que provoca uma mudança de atitude por parte do docente, que fica mais cauteloso com seus posicionamentos, mesmo que não haja leis como as idealizadas pelos adeptos do Escola Sem Partido. Há, no discurso de alguns professores, a referência a uma vigilância em

⁵⁸ <https://novaescola.org.br/conteudo/11638/depois-do-esculacho-do-escola-sem-partido-como-fica-a-vida>. Depois do esculacho, como fica a vida? Acesso em 17 de jul. 2020.

⁵⁹ <https://novaescola.org.br/conteudo/11638/depois-do-esculacho-do-escola-sem-partido-como-fica-a-vida>. Depois do esculacho, como fica a vida? Acesso em 17 de jul. 2020.

relação ao seu trabalho docente e até à sua vida pessoal, com o intuito de apanhá-lo em algum discurso que seria tido como doutrinário ou excessivamente ideológico. Dessa forma, há uma espécie de panóptico foucaultiano, onde há uma vigilância constante do comportamento do professor, tanto de indivíduos que estão mais próximos dele (alunos, pais, coordenações e direções, comunidade escolar), como de pessoas que detêm de um poder político, ideológico e/ou disciplinar. Sobre isso, Foucault afirma que

Embora a vigilância repouse sobre indivíduos, o seu funcionamento é o de uma rede de relações de cima para baixo, mas também, em certa medida, de baixo para cima e lateralmente; essa rede “mantém” o todo junto e o atravessa em sua totalidade com efeitos de poder que derivam uns dos outros: supervisores, perpetuamente supervisionados (FOUCAULT, 1979, p. 176-177).

No entanto, essa vigilância, para exercer seu poder, deve ser capaz também de julgar o indivíduo, assim, deve-se normalizar o julgamento para o seu exercício continuado. Dessa forma, ao se naturalizar o julgamento constante do discurso dos professores, procura-se produzir um efeito de assujeitamento do docente, que se vê obrigado a ponderar suas ações e discurso nos mínimos detalhes. Essa é a característica que, para Foucault, diferencia o poder disciplinar de outras modalidades de poder, ou seja, “é o empenho em controlar meticulosa, exaustiva e continuamente as atividades dos corpos, de modo a constituí-los como portadores de uma relação altamente particular de utilidade e docilidade” (HOFFMAN, 2018, p. 43). Alguns professores de Biologia relataram problemas em relação a ministrar aulas sobre a Teoria da Evolução de Darwin, sendo confrontados por alunos evangélicos. Outros professores, de História, mencionaram seu receio em abordar a Revolução Russa de 1917 ou a Inquisição. Sobre essa última matéria, o professor relatou que o pai de uma aluna do 3º ano do Ensino Médio que fazia parte de uma comunidade carismática católica foi até a escola e o acusou de “não estar contando os dois lados da história”, a saber, o outro lado era a versão da Igreja Católica. Dessa forma, busca-se calar a voz do docente, que precisa se policiar para que um posicionamento seu mais crítico, ou mesmo uma aula de um conteúdo a ser ministrado não produza um problema com qualquer membro da comunidade

escolar. Desse modo, alguns professores têm relatado medo, desânimo e censura em seu trabalho.

Nessa perspectiva, professores relatam uma autocensura devido ao medo que sentem de serem tachados de doutrinadores de alunos e acabarem sendo perseguidos no ambiente escolar e até mesmo atacados nas redes sociais e assim tendo sua reputação manchada e sua dignidade ferida. Também são comuns os relatos de medo da perda do emprego em escolas particulares e casos de professores que após sofrerem alguma perseguição por razões políticas precisaram afastar-se de suas funções por causa de problemas psicológicos.

Um ponto que merece uma consideração especial é o da perseguição que o Escola sem Partido e seus apoiadores ou instituições e pessoas de direita fazem à educação relacionada a gênero e sexualidade. O termo “ideologia de gênero” aparece 45 vezes nas postagens analisadas. Em uma postagem, o ESP chega a dizer que a “ideologia de gênero é o *crack* das ideologias”.⁶⁰ No entanto, Junqueira (2019) diz que a expressão “ideologia de gênero” surge

sob os desígnios do Pontifício Conselho para a família e da Congregação para a Doutrina da Fé, entre meados da década de 1990 e o início dos 2000, no bojo da formulação de uma retórica antifeminista sintonizada com o pensamento e o catecismo de Karol Wojtyła, o papa João Paulo II (JUNQUEIRA, 2019, p. 136).

O autor segue mostrando como a ideia de gênero como uma “insurreição do homem contra seus limites biológicos”, nas palavras de Joseph Ratzinger, o papa Bento XVI (JUNQUEIRA, 2019, p. 137), vai sendo construída dentro da Igreja Católica até esse termo e a ideia que vem com ele ultrapassar os limites da Igreja e chegar ao campo político conservador, que se arma retoricamente para “animar mobilizações em favor de um projeto de sociedade regressivo, anti-democrático e anti-laico” (JUNQUEIRA, 2019, p. 139).

O Escola Sem Partido é um desses cruzados do movimento anti-gênero, que têm a preocupação de escamotear a origem católica dessa ideologia

⁶⁰ <https://t.co/nVapvXXIcY>. Acesso em 26 de maio 2020.

que se vende muitas vezes como pensamento universalista, libertador e até de caráter científico. Dessa forma, no perfil do ESP, lê-se postagens como:

Barroso e Fachin gostam de posar de iluministas, paladinos da Ciência. Mas não sabem, fingem ã saber ou acham q não sabemos a diferença entre o estudo científico das questões de gênero e a catequese obrigatória de crianças e adolescentes segundo os dogmas da ideologia de gênero.⁶¹

Embora o presidente eleito Jair Bolsonaro seja um defensor de uma ideologia anti-gênero, atacando sempre que possível o ensino sobre gênero nas escolas, o ESP sempre teve o posicionamento de que o presidente não deu a atenção que deveria ter dado para o assunto. Em 26 de abril de 2020, o ESP postou em seu perfil no Twitter:

Lamentamos que o governo Bolsonaro esteja dando tão pouca atenção a este assunto. A @AdvocaciaGeral chegou ao cúmulo de produzir um parecer negando aos municípios e aos estados competência p/proibir a ideologia de gênero nas suas próprias escolas. Lamentável.⁶²

Essa falta de apoio do presidente, segundo ESP, foi motivo de outras postagens, que reclamavam da pouca atenção dada pelo presidente e pelo ministro da educação ao tema da ideologização nas escolas, em particular, da “ideologia de gênero”.

Essa fixação do Escola Sem Partido e de conservadores de extrema direita, incluindo aí o presidente da república Jair Bolsonaro, é uma das marcas da extrema direita no Brasil e no mundo. Nas duas primeiras décadas do século XXI, os movimentos feministas e o LGBTQ+ tiveram grandes avanços sociais e políticos em comparação com anos anteriores, e apesar de muito ainda precisar ser feito ainda em relação ao machismo, à misoginia e à homofobia na sociedade brasileira, todos sistêmicos e estruturais, a ideia de respeito e tolerância ao outro foram ideias que encontraram recepção na sociedade brasileira. A educação laica, estatal, responsável pela convivalidade societária democrática, entendeu isso, e desde a Constituição Federal de 1988, o legislador preocupa-se com a

⁶¹ <https://t.co/JS6LT876Vf>. Acesso em 26 de maio 2020.

⁶² <https://t.co/vkb71EPZgy>. Acesso em 26 de maio 2020.

igualdade de acesso à educação com questões relacionadas a gênero. Embora na CF de 1988 o termo gênero não apareça, ela diz que “a educação é direito e dever de todos” (CF/1988, art. 205). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, diz que “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições de acesso e permanência na escola; (...) IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância” (LDB n. 9.394/96, Art. 3o, I e IV). Por fim, os Parâmetros curriculares nacionais trazem, na parte de “temas transversais” a orientação dada à questão da orientação sexual:

esclarece-se que esta não se restringe a um trabalho terapêutico, pois deve focar as “dimensões sociológica, psicológica e fisiológica da sexualidade”; propõem-se três eixos para nortear a intervenção do professor: “Corpo Humano, Relações de Gênero e Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/Aids (Brasil, 1997, v.8,p.31-34, grifo nosso). Quanto ao eixo Relações de Gênero, já fica claro, nessa apresentação, que ele “propicia o questionamento de papéis rigidamente estabelecidos a homens e mulheres na sociedade, a valorização de cada um e a flexibilização desses papéis” (PCN, v.8, p. 35) (VIANNA e UNBENHAUM, p. 97, 98).

Apesar de alguns avanços na legislação, as Bases Curriculares Nacionais, que traziam a questão de gênero, tiveram qualquer menção a gênero ou sexualidade retiradas do seu texto final pelo Conselho Nacional de Educação, já em 2017, no governo Temer, de viés mais conservador. Dessa forma, pode-se perceber, a partir desse momento, uma guinada conservadora na educação brasileira, que, ao não mencionar questões sexuais e de gênero, acredita que protegerá suas crianças. Essa ideia é a mesma do Escola Sem Partido, que há alguns anos, encontra terreno fértil não somente na internet, mas também no mundo político.

Apesar de todo o trabalho de conscientização na internet, através do seu site e de diversas redes sociais, o que o Projeto Escola Sem Partido realmente faz, primeiramente, é apoiar e ajudar na elaboração de projetos de lei. Segundo a BBC Brasil, usando dados do grupo Professores Contra o Escola Sem Partido, são mais de 150 deles,

E mesmo que apenas 14 tenham sido aprovados em Estados como Ceará, Rio de Janeiro e Paraíba, a percepção de que o projeto está

valendo teria se espalhado entre os pais. Vários deputados e senadores eleitos neste pleito também defendem essa bandeira.⁶³

O projeto, portanto, apresenta grande apoio político, majoritariamente de partidos de centro e de direita, o que já demonstra, paradoxalmente, seu caráter ideológico. Nas eleições municipais de 2016, uma página do Facebook anunciava os candidatos a vereador pelo Escola Sem Partido. Lá estavam candidatos de vários partidos: PMDB, PSDB, PMN, PSC, DEM, Solidariedade, PPL, PRTB, PP, PTN e PV.⁶⁴ Alguns outros apoiadores do projeto são Beatriz Kicis, Olavo de Carvalho e Rodrigo Constantino. Beatriz Kicis, advogada e procuradora do DF aposentada, é cunhada de Miguel Nagib e membro do grupo Revoltados Online.

Os primeiros a transformarem o programa do ESP em projetos de leis foram Eduardo Bolsonaro, como deputado estadual pelo Rio de Janeiro, em 2014, e Flávio Bolsonaro, vereador da capital homônima. O alinhamento dos dois filhos do presidente Jair Bolsonaro, conhecidos também por suas falas polêmicas e posicionamentos de extrema direita, já sinalizam que, apesar do nome, o projeto Escola sem Partido na verdade alinha-se com o pensamento da direita brasileira.

Há uma lógica maniqueísta do mal contra o bem, em que tanto o grupo que merece ser excluído já está definido, a saber, a esquerda em geral e, em particular, o Partido dos Trabalhadores; e os grupos que salvarão o Brasil: neoliberais, religiosos evangélicos e católicos conservadores, militares e apoiadores, que, seguindo o slogan da campanha presidencial de “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, prometem uma cruzada contra os inimigos ideológicos do povo brasileiro, da família e de Deus. Dessa forma, é criada uma “fantasia coletiva criada pelo grupo estabelecido” (ELIAS, 2000, p. 35), em que o grupo que é considerado outsider (a esquerda), assim o é, por ser estigmatizado, imputado a ele características que denotam desconfiança e medo da “poluição” (ELIAS, 2000, p. 27) por parte do grupo dominante, a saber, as pessoas que se consideram “cidadãos de bem”, que numa tentativa de impor

⁶³ Mesmo sem lei, Escola sem Partido se espalha pelo país e já afeta rotina nas salas de aula. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46006167>. Acesso em 01 de set. 2019.

⁶⁴ <https://www.facebook.com/CandidatosESP>. Acesso em 07 de dez. 2018.

sua superioridade moral, como meio de controle social, estigmatizam todos aqueles que elas não colocariam em sua mesma categoria, nomeando a todos como comunistas, ou esquerdistas, independentemente se a questão é política ou não; assim LGBT's, pessoas de movimentos sociais, negros, feministas, universitários de cursos de ciências humanas, artistas e professores levam essas alcunhas que os colocam em um lugar específico na interação social: o do estigma (ELIAS, 2000).

Dessa forma, há um julgamento prévio por parte de um grupo contra o outro. As comunidades de extrema-direita operam num jogo de reforço ideológico constante através de suas comunidades e grupos em redes sociais, que fomentam ainda mais a relação do “nós contra eles”. Esse reforço da construção de um muro ideológico é dado também pelas declarações de atores sociais importantes para esses grupos, como o próprio presidente Jair Bolsonaro, que por ocasião de sua campanha fez menção a “metralhar petistas” e expulsar os “esquerdistas e vermelhos” do país. Em outra ocasião, em uma das suas *lives*, referindo-se a servidores públicos federais de órgãos ambientais, que estavam causando problemas para ele – conhecido crítico do aquecimento global e aliado de madeireiros e do agronegócio – Bolsonaro disse: "Eu tenho ascendência, porque os diretores, o presidente tem mandato, porque se não tivessem, eu cortava a cabeça mesmo. Quem quer atrapalhar o progresso vai atrapalhar na ponta da praia, aqui não". “Ponta da Praia” era “uma gíria usada por militares no tempo da ditadura para se referir a uma base da Marinha na Restinga de Marambaia, no Rio de Janeiro. O local era usado para a execução de presos políticos”⁶⁵.

2.2. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Nesse interim, há dois protagonistas nesse processo, fora o próprio estudante: o material didático e o professor. Em relação ao material didático, Peled-Elhanan, parafraseando Bernstein, diz que

⁶⁵ Bolsonaro sugere lugar de execução da ditadura para servidores públicos. <https://epoca.globo.com/guilherme-amado/bolsonaro-sugere-lugar-de-execucao-da-ditadura-para-servidores-publicos-1-24056200>. Acesso em 18 maio. 2020

a transformação do conhecimento em comunicação pedagógica” é um dispositivo de linguagem e como tal, não é desprovido de ideologia ou das regras que a compõem: “Essas regras ‘regulam a comunicação pedagógica que o dispositivo possibilita. Tal comunicação pedagógica atua de maneira seletiva sobre o potencial de significação, mais especificamente o discurso potencial que está disponível para ser pedagogizado” (PELED-ELHANAN, 2019, p. 48).

A autora segue dizendo que em todos os textos educacionais, incluindo os livros didáticos, a memória coletiva é reproduzida, o que é feito sobremaneira através de “narrativas”, “conforme regras pedagógicas de recontextualização”.

Em outras palavras, os livros escolares transformam o conteúdo disciplinar para inculcar as narrativas e os valores educacionais que desejam. Essa transformação é feita por expedientes semióticos, que incluem, além das narrativas, estratégias de argumentação, estruturas míticas e recursos visuais (PELED-ELHANAN, 2019, p. 48).

Dessa forma, muito se discute também sobre o papel que livros didáticos têm em propagar ideologias dominantes e assim consagrá-las através desse mecanismo de consagração que é o sistema escolar. Peled-Elhanan (2019) demonstra, por meio de uma análise crítica do discurso (ACD) dos livros didáticos israelenses, o processo de desumanização e apagamento da memória israelense a que são submetidos os árabes no território de Israel, através de diversos mecanismos discursivos e semióticos (PELED-ELHANAN, 2019). Por exemplo, árabes são geralmente representados como rudes e primitivos, no meio rural, ou, quando na cidade, em lugares pobres, apesar de existirem árabes que estudam em faculdades e tenham posses em território israelense. No entanto, como os discursos possuem distribuição social e são legitimadores das práticas sociais, esses discursos sobre os árabes produzem, nos estudantes israelenses, imagens distorcidas do mundo árabe, fazendo com que se reproduza a ideia de que árabes são menos cidadãos israelenses que os judeus e que estes precisam se defender a qualquer custo da barbárie daqueles (PELED-ELHANAN, 2019, p. 65).

No Brasil, livros didáticos também foram usados com o fim de promoção de ideologias, notadamente na Ditadura Vargas, que dedicou especial atenção à educação com o fim de transformar não só a educação brasileira,

como inculcar, através desta, no caráter nacional, a ideia de nacionalidade brasileira e patriotismo. A campanha de nacionalização por meio da educação escolar foi uma das marcas do projeto de governo na era Vargas, sobretudo no Estado Novo (1937-1945). Exaltou-se uma forma de nacionalismo, em função da qual as práticas educativas nas escolas teriam um papel essencial: fazer das crianças e dos jovens os autênticos brasileiros necessários à nação em construção. Esse propósito foi também embasado por uma legislação educacional cujo conteúdo enfatizou as políticas de cunho nacionalizador. (R. bras. Est. pedag., 2009, p. 512).

Outro momento em que a educação brasileira recebeu atenção no sentido de uma transformação ideológica nos seus livros didáticos e programas foi na Ditadura Militar, que entre outras criações, instituiu a disciplina de Moral e Cívica. Essa disciplina, assim como outras ações do governo militar na educação, tinha como objetivo reproduzir a doutrina de segurança nacional em voga na época. Nessa perspectiva, seguindo os preceitos da “Revolução de 1964”, o Compêndio de Educação Moral e Cívica, de 1973, trazia dentre os seus objetivos:

-Aprimorar a prática dos princípios democráticos consagrados na Constituição Brasileira, sobretudo as referentes à dignidade da pessoa humana no bom sentimento do humano – aos direitos e deveres e liberdade do homem brasileiro - mas não do pseudobrasileiro, isto é, daquele que está a serviço de outra Pátria – à conceituação da família, à individualização da Pátria e à convicção de que o Estado existe para o Homem e não o Homem para o Estado;

-Estimular os valores positivos de sustentação da nacionalidade e da Soberania, dando ênfase ao moral, ao civismo e ao espírito religioso;

-Opor-se às doutrinas e às ideologias que contrariam a alma, a consciência e a tradição brasileira [...] (SANTOS, 1973, p. 46).

Dessa forma, vê-se que os livros didáticos e os programas do sistema educacional são sempre alvo de interesse quando se trata de reproduzir ou modificar ideologias dominantes.

Outro ator fundamental nesse processo de ensino-aprendizagem é o professor, que, além de sua formação científica e pedagógica, participa do mesmo processo de reprodução e modificação de ideologias vigentes, sendo ele mesmo influenciado e influenciador nesse processo, afinal sendo a prática

pedagógica também uma prática discursiva, ou seja, tendo discursos, esses discursos influenciam e são influenciados e legitimam tanto a si mesmos como são legitimados devido ao meio em que são reproduzidos, ou seja, se são realizados em um campo cujo capital social⁶⁶ que é consagrado, eles são consagrados também, ou seja, se legitimam. Eles “não apenas refletem, mas também transformam práticas a fim de salvaguardar os interesses em jogo em dado contexto social” (VAN LEEUWEN, 2005, p.104). Dessa forma, já é possível afirmar que é impossível que qualquer que seja o ator social (incluindo o professor), este consiga se desvencilhar dessas “teias” do discurso. Como “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu” (GEERTZ, 1989, p. 15) e o discurso produz significados e legitimações, é impossível se falar em um discurso neutro; é da própria natureza do discurso dissimular os interesses por trás dele, portanto é necessária uma análise sobre quais são os interesses em se afirmar que haveria um discurso neutro na educação brasileira, isto é, que haveria a possibilidade de uma escola que repassasse para os alunos, de forma automática e neutra, conteúdos, sem a possibilidade desses conteúdos serem perpassados por ideologias, sejam quais forem. Maingueneau (2015), citando J. P. Gee, diz sobre isso que

O uso da língua é sempre e em todo lugar “político” [...]. Por “político” quero dizer a maneira pela qual os bens públicos (social goods) são pensados, discutidos e distribuídos em sociedade. Os “bens públicos” são todas coisas que um grupo crê serem fonte de poder, de status, de valor, de dignidade (MAINGUENEAU, 2015, p. 58).

Dessa forma, é necessário que se pense no papel do que é chamado de ideologia tem na educação, não só no Brasil, mas em qualquer lugar, ou seja, no próprio ato de educar, em especial quando esse educar se dá na instituição escolar, que é, normalmente, laica. Além disso, ela não é parte integrante do

⁶⁶ Nota de rodapé: O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de inter-reconhecimento, ou em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. (BOURDIEU, Pierre. Escritos de Educação. Petrópolis – RJ; Vozes, 2007 - p. 67)

espaço privado, da família, e sim, do espaço público, portanto da sociedade organizada em torno de um Estado.

A educação sempre foi um assunto muito caro a qualquer governo que pretenda estabelecer as bases de uma ideologia dominante. No entanto, é preciso, antes de falar da educação escolar, orientada por uma base comum que provém das instituições estatais, elucidar como ela pode ajudar, juntamente com outras instituições (religião, mídia e cultura), a estabelecer uma hegemonia ideológica, tratar do conceito de ideologia - tão caro a quem apoia o Escola Sem Partido.

Segundo Terry Eagleton (1997, p. 15), o termo ideologia pode ter pelo menos dezesseis sentidos, que podem ser compatíveis entre si ou não. Entre eles estão o processo de produção de sentidos na vida social; o corpo de idéias de um grupo ou classe social; as ideias (falsas ou não) que ajudam a legitimar o poder político da classe dominante; a comunicação sistematicamente distorcida; as formas de pensamento motivadas por interesses sociais; a ilusão socialmente necessária; a conjuntura de discurso e de poder; conjunto de crenças orientadas para a ação; veículo pelo qual os atores entendem o seu mundo, etc.

No entanto, aqui levaremos em conta os conceitos de ideologia em Althusser (1997) e em Gramsci (1978), que podem nos oferecer um arcabouço teórico e metodológico adequado para entendermos o termo sociologicamente, já que com esses dois autores são levados em consideração os conflitos de classes e assimetrias de poder no campo público e social.

Althusser (1997) dá dois sentidos para ideologia: uma teoria da ideologia geral, que acontece em qualquer sociedade humana e cuja função é assegurar a coesão da sociedade através de um conjunto de ideias, crenças e visões de mundo compartilhadas; e uma teoria das ideologias específicas, que é sobredeterminada pela segunda e que assegura a dominação de uma classe. O aspecto sociológico e político da ideologia estaria vinculado ao seu papel fundamental na constituição das identidades e dos “sujeitos”. As ideias e visões de mundo dos indivíduos fundamentam suas práticas, determinam quais os papéis legítimos e quais os estigmatizados.

Nesse sentido, é interessante a análise que Norbert Elias faz em seu *Os Estabelecidos e os Outsiders* (2000). O autor mostra que os referenciais de classe econômica ou política muitas vezes não vão dar conta de explicar o motivo de certas ideias sobre determinados grupos se formam. Elias mostra que as ideias em torno tanto de si como do outro (aqui não em um sentido individualizante, mas comunitário) são construídas a partir de práticas efetivas que vão além da dimensão econômica, ou seja, de quem possui mais poder econômico. A exclusão, a coesão maior ou menor do grupo e a estigmatização do outro grupo são armas usadas para construir todo um aparato ideológico que vão permitir a reprodução de determinado conjunto de ideias ou ideologias. Os aparelhos de Estado também vão cumprir uma função vital na constituição das ideias que os grupos possuem de si mesmos e dos outros, já que normalmente os grupos mais coesos e tradicionais costumam deter das posições-chaves na sociedade. Numa perspectiva tanto elisiana como althusseriana, portanto, o próprio terreno da ideologia é uma espécie de depósito, resultante de outras fases históricas, outras lutas de classe, outras lutas hegemônicas, constituindo a fonte para a compreensão das lutas de classe do momento histórico focalizado.

Para Bourdieu (1992), a escola é representada como uma reprodutora de ideologias, em que as consideradas adequadas à reprodução de determinadas práticas são reproduzidas para que assim os comportamentos e discursos sociais possam se manter quando houver vantagens para isso ou serem modificadas quando o Estado assim o entender. Dessa forma, a escola não seria um espaço de mediação social, mas sim uma instituição criada não somente para a educação do indivíduo, mas também para que este possa ser inserido socialmente. Para que essa educação se efetive, é necessário que a escola “socialize” o indivíduo, adequando-o a ideologias dominantes e, portanto, a comportamentos dominantes e performances socialmente aceitas. Esse poder simbólico da educação escolar não se dá, como todo poder simbólico, sem violência simbólica.

Todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força. (BOURDIEU; PASSERON, 1992, p. 21).

A violência simbólica vai se dar na escola por meio da ação pedagógica que é “[...] objetivamente uma violência simbólica [...], isto é, [um artifício] da imposição e da inculcação de um arbitrário cultural segundo um modo arbitrário de imposição e inculcação (educação)” (BOURDIEU; PASSERON, 1992, p. 21).

Dessa forma, nenhuma pessoa, nem mesmo os intelectuais, estão livres de uma ideologia que esteja inscrita em seus corpos, motivando os seus habitus, que apesar de gerarem “um estilo de vida unívoco, isto é, um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas” (BOURDIEU, 1996, p. 21), sendo “signos distintivos”, estão inscritos em um macrocampo que tem relações interdependentes com os campos, inclusive o intelectual.

Nessa perspectiva, Bourdieu vai ao encontro de Gramsci, pois este afirma também que a ideologia está socialmente generalizada, pois os homens não podem agir sem regras de conduta, sem orientações; ela “é o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc” (GRAMSCI, 1978, p. 377). Desse modo, Paulo Freire expõe, em sua *Pedagogia da Autonomia*, a falácia da neutralidade, que não existe nem na escola enquanto aparelho ideológico estatal, com o fim de reproduzir ideias dominantes, nem no professor:

Creio que nunca precisou o professor progressista estar tão advertido quanto hoje em face da esperteza com que a ideologia dominante insinua a neutralidade da educação. Desse ponto de vista, que é reacionário, o espaço pedagógico, neutro por excelência, é aquele em que se treinam os alunos para práticas apolíticas, como se a maneira humana de estar no mundo fosse ou pudesse ser uma maneira neutra. Minha presença de professor, que não pode passar despercebida dos alunos na classe e na escola, é uma presença em si política. Enquanto presença não posso ser uma omissão, mas um sujeito de opções. Devo revelar aos alunos a minha capacidade de analisar, de comparar, de avaliar, de decidir, de optar, de romper. Minha capacidade de fazer justiça, de não falhar à verdade. Ético, por isso mesmo, tem que ser o meu testemunho. (FREIRE, 1996, p. 48).

É mister, por isso mesmo, não somente pensar o professor como um mero repassador de conteúdos, mas como parte de um campo que reproduz seus valores através dos discursos que possuem uma imagem deste mesmo professor. Se hoje, com o *Escola Sem Partido* e a nova extrema-direita brasileira

no poder, há uma imagem do professor como sendo um doutrinador, por parte desses grupos e de pessoas influenciadas por seus discursos, nem sempre foi assim. Há extensa literatura sobre a imagem que o professor tinha e tem na sociedade; e é justamente na literatura que pode-se buscar essa imagem, através das narrativas de escritores, quando estes mencionavam o ambiente escolar e os profissionais de educação.

Na literatura, pode-se buscar não necessariamente um “espelho” da sociedade que a produziu e a recebeu, mas pode-se ter noção de sua vida social. Dessa forma, a literatura pode ser “vista mais como parte constitutiva e constituinte da estrutura de valores e das relações de poder implicadas nos processos ideológicos de construção do social do que como meros repertórios – seja como “reflexo” ou “fonte” de conhecimento desses processos” (BOTELHO e HOELZ, 2016, p. 284). Dessa forma, na esteira de Raymond Williams,

a literatura e as artes são entendidas como constitutivas do processo social; por isso o autor ressalta o papel, por exemplo, da literatura na história, da escrita na sociedade, e não uma relação disjuntiva cultura e sociedade. Nesse sentido, Williams procurava aperfeiçoar o legado de Marx, propondo que, para além do fato de que a cultura na sociedade sofre (reflete) determinações econômicas e sociais, ela atua como força produtiva que, não obstante opere segundo as pressões e limites impostos pelo modo de produção dominante, engendra significados e valores que conferem sentido e configuram ativamente a vida social, moldando seus rumos. Ao se opor à crítica literária convencional, o autor concebe as obras literárias como produtos e produtoras de processos históricos conflituosos, nos quais as próprias formas literárias são forjadas por relações sociais. (BOTELHO, HOELZ, 2016, p. 272-273).

Assim, a literatura pode nos dizer alguma coisa sobre como grande parte de uma sociedade via ou percebia os fatos sociais e seus atores, entre eles, o professor. No Brasil da primeira metade do século XIX, com jesuítas ainda tendo parte na educação brasileira, a figura do professor deveria ser irretocável, um exemplo, já que a educação era um privilégio das classes mais abastadas. Lopez e Martinez dizem que

A crença ilimitada na virtude da instrução como fator de progresso, característica do período, fará com que o professor detenha um poder excepcional, exatamente por capitalizar os anseios de ascensão social dos indivíduos, independentemente da camada social a que pertençam (LOPEZ e MARTINEZ, 2007, p. 56).

Em “O Conto de Escola”, Machado de Assis traz a história do garoto Pilar, que a narra. Nesse texto, o professor é representado como uma figura que ao mesmo tempo que é respeitada, também é temida pelos alunos: “Eu, conquanto não tirasse os olhos do mestre, sentia no ar a curiosidade e o pavor de todos” (ASSIS, 1994, p. 06). Após essa cena, o professor chega a gritar com os alunos e a puxar uma palmatória.

No final, do século XIX, podemos ver que a figura do professor como uma autoridade não se modificou muito, a despeito das mudanças que a sociedade brasileira sofria, como a passagem de uma monarquia para a república, por exemplo. O personagem Sérgio assim descreve Aristarco, diretor do Ateneu, um professor:

Os gestos calmos, soberanos, eram de um rei – o autocrata excelso dos silabários; a pausa hierática do andar deixava sentir o esforço, a cada passo, que ele fazia para levar adiante, em empurrão, o progresso do ensino público; o olhar fulgurante, sob a crispação áspera dos supercílios de monstro japonês, penetrando de luz as almas circunstantes – era a educação da inteligência; o queixo severamente escanhado, de orelha a orelha, lembrava a lisura das consciências limpas – era a educação moral. A própria estatura, na mobilidade do gesto, na mudez do vulto, a simples estatura dizia dele: aqui está um grande homem.... (POMPEIA, 2001, p. 14-15).

Pode-se ver, na descrição do garoto, a aura de admiração e respeito que a primeira impressão de Aristarco lhe passou: termos como “rei” ou “grande homem” denotam bem essa admiração.

Avançando na história, pode-se perceber que a figura do professor vai sofrendo mudanças. No período da ditadura militar, J.J. Veiga escreve “O Professor Burrim e as Quatro Calamidades”, onde conta a história do professor Burini, que é ridicularizado por seus alunos, sendo chamado de “professor Burrim” por eles e que acaba, no final do livro, abandonando o magistério, que estava em desvalorização crescente (VEIGA, 2008).

Essa desvalorização do magistério pode ser medida quantitativamente. Em uma pesquisa com 100 mil educadores de 34 países, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) constatou que 12,5% dos professores que participaram da pesquisa no Brasil

disseram ser vítimas de agressões verbais ou de intimidação de alunos pelo menos uma vez por semana. No mundo, a média é de 3,4%. Além disso, a mesma pesquisa mostrou que apenas 12,6% dos profissionais do magistério, no Brasil, acreditam que a profissão é valorizada pela sociedade. A média global é de 31%.⁶⁷

Dessa forma, em um clima de desvalorização do docente, somada à ideia de que este é um doutrinador tanto de esquerda como na questão do que setores conservadores chamam de ideologia de gênero, e catalisada ainda mais pelo clima político do país, de ascensão da extrema direita – fenômeno que se observa mundialmente -, temos os ingredientes que fizeram surgir a ideia do Escola Sem Partido e posteriormente, as ideias de extrema direita sobre a educação e o papel dos professores, em particular no governo de Jair Messias Bolsonaro.

⁶⁷ Pesquisa põe Brasil em topo de ranking de violência contra professores. https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140822_salasocial_eleicoes_ocde_valorizacao_professores_brasil_daniela_rw. Acesso em 15 de maio de 2020

3. A CONSTRUÇÃO DAS “NOVAS DIREITAS” BRASILEIRAS E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS IDEIAS DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO

Em 2013, um pouco mais de um ano das eleições de 2014 - em que Dilma Rousseff se reelegeria, porém com uma pequena margem de vantagem sobre o seu adversário, Aécio Neves - acontece uma série de manifestações que marcam o início de uma polarização ideológica mais forte entre a população. Não que a direita brasileira já não viesse construindo suas bases para um retorno ao poder de uma forma mais vigorosa, já que, desde antes da reabertura democrática, ela se organiza. Miguel (2018) afirma que a “direita nunca esteve ausente da política brasileira”. Na verdade, há uma “reemergência” que faz com que ela ganhe mais visibilidade e relevância através de discursos mais conservadores e reacionários, que ganharam força ao longo dos governos do PT (MIGUEL, 2018, p. 17-26). Por sua vez, Rocha (2018) traça um histórico de financiamento e organização de institutos e movimentos neoliberais e conservadoras no Brasil desde a década de 1980, mais especificamente, com a criação do Instituto Liberal (IL), em 1983⁶⁸ (ROCHA, 2018, p. 47-52). Esses institutos possuem como norteadores os princípios da Escola Austríaca de Economia, ou seja, basicamente o aumento das taxas de lucro para fazer com que haja o desenvolvimento social. Denise Gros afirma que

Os institutos liberais defendem também que os problemas que o país atravessa, como a desigualdade social e a situação de pobreza de parcelas da sociedade, resultam da não observância desses princípios. Sobretudo, a causa dos problemas do Brasil é atribuída à interferência do Estado na vida econômica e não ao sistema econômico que se desenvolve gerando mais miséria ou à tradição de exclusão social da sociedade brasileira (GROS, 2003, p. 126).

Essas *think tanks* e institutos, como o Instituto *Millenium*, o Instituto Mises Brasil, o Estudantes Pela Liberdade, o Ordem Livre e o Fórum da Liberdade ajudaram a “criar vínculos importantes com *think tanks* (brasileiros e estrangeiros) mais antigos de direita e seus financiadores, especialmente os

⁶⁸ Para mais informações, ver: CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A Nova Direita – Aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo**. São Paulo, 2018.

empresários da família Ling, proprietária do Grupo Évora, e Salim Mattar, do Grupo Localiza” (ROCHA, 2018, p. 49). No entanto, segundo a mesma autora, os recursos tanto materiais como organizacionais desses grupos ainda eram escassos, com fundações recém-fundadas ainda sem uma sede própria, e com voluntários fazendo o papel de divulgação pela internet. Para ilustrar, a organização americana *Atlas Network*, fundada em 1981 (uma organização que, juntamente com a *Foundation For Economic Freedom* e o Cato Institute, faz parte de uma rede americana ligada à “militância libertariana” internacional),

concede anualmente para todas as mais de quatrocentas organizações a ela filiadas apenas US\$ 4 MIL anuais e o Instituto Liberal do Rio de Janeiro, que passou a ser presidido por Rodrigo Constantino em 2013, que era sediado já num espaço exíguo em 2015, atualmente não tem mais sede física por falta de recursos. (ROCHA, 2018, p. 50).

Essa informação ajuda a desconstruir a ideia de que “a militância de direita seria inautêntica, manipulada por elites políticas mais importantes ou experientes e/ou formada por pessoas históricas e paranoicas” Outros fatores poderiam ajudar a explicar o surgimento dessa militância, que deu visibilidade a discursos conservadores e muitas vezes de ódio, como

a criação de fortes identidades coletivas, dinâmicas emocionais que surgem a partir da interação e conflitos entre grupos políticos, mudanças na estrutura de oportunidades políticas que criam momentos mais propícios para a ação de determinados grupos e, nos últimos anos, a habilidade no uso (e a própria lógica) das mídias sociais [...]. (ROCHA, 2018, p. 47-48).

Portanto, as milhares de pessoas nas ruas em junho de 2013, com manifestações organizadas por organizações de direita como o “Vem Pra Rua” assinalaram um ponto sem volta no discurso político e na forma de fazer a política. Amplamente convocadas e estimuladas pelas redes sociais, seguiram uma lógica presente também em diversos lugares do mundo. A “Primavera Árabe” e o “Occupy Wall Street”, em 2011, já renunciavam esse poderoso motor propulsor de movimentos sociais: as redes sociais na internet. Zizek (2012) já atentava para isso e para o fato de que novas pautas estavam surgindo, evidenciando o descontentamento com questões emergentes, como imigração e liberdade de expressão, e outras nem tanto, como desemprego, ou fuga de

postos de trabalho para países de capitalismo tardio e com menos regulamentação trabalhista. O referido autor pontua, falando do perigo do fascismo, que se apoia nas camadas populares para surgir, que “a ascensão do fascismo⁶⁹ é o fracasso da esquerda, mas é ao mesmo tempo uma prova de que havia um potencial revolucionário, um descontentamento que a esquerda não foi capaz de mobilizar” (ZIZEK, 2012, p. 78).

Apesar de pautas difusas, poderíamos destacar uma pauta central nas manifestações de julho de 2013 no Brasil: o combate à corrupção. Além disso, a descrença da política feita na Nova República encontrou solo fértil: não eram poucos os gritos dos manifestantes de “Aqui não tem partido”, referindo-se aos partidos políticos tradicionais. Pesquisa de opinião do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBOPE) realizada em 20 de junho de 2013 dava conta de que havia uma forte rejeição às instituições políticas. A pesquisa, realizada com 2002 manifestantes de 14 anos ou mais, em capitais de 7 estados (SP, RJ, MG, RS, PE, CE, BA), usou como metodologia respostas espontâneas, ou seja, sem apresentações prévias de alternativas para os entrevistados. Quando perguntados sobre a razão principal de estarem nas manifestações, 65% dos entrevistados deu como razão “o ambiente político”. Além disso, 89% diziam que não se sentiam representados por nenhum partido político e 96% não eram filiados a qualquer partido político. Nesse clima de insatisfação com partidos políticos e outras instituições, algumas bandeiras tradicionais em manifestações foram destruídas, arrancadas de quem as portavam. Notadamente, a maioria

⁶⁹ A intenção aqui não é caracterizar o que surge no Brasil da década de 2010 como fascismo. Na verdade, Gentile (2016), ao analisar a obra de Oliveira Viana, caracteriza o caso brasileiro como “autoritarismo instrumental”, ou seja, um estágio para se chegar a uma sociedade liberal, já que se apoiando na ideia de “desenvolvimento tardio”, o Brasil não teria condições de chegar a um modelo liberal europeu sem passar por um governo autoritário. No caso brasileiro, o autoritarismo “busca a sua legitimidade no afastamento do estado totalitário (fascista ou comunista) europeu, caracterizados por uma visão teleológica do Estado, pelo antiliberalismo radical e pela simbiose partido único–Estado” (GENTILE, 2016, p. 6). Assim, mesmo em um estado autoritário, haveria elementos fascistas presentes, como o racismo, mas a ideia de um governo democrático, com partidos políticos e eleições seria mantida, diferentemente de um Estado fascista ou autoritário. Bolsonaro, no programa Roda Viva de 30 de julho de 2018, ainda no primeiro turno das eleições presidenciais, ao ser perguntado pelo apresentador por “qual obra gostaria de ser lembrado ou qual a realização gostaria de deixar no Brasil, sua marca”, respondeu prontamente: “O redirecionamento do Brasil no tocante à política, nós cansamos da esquerda, queremos um Brasil liberal [...]”. Esse liberalismo econômico, na verdade, neoliberalismo, seria tocado pelo já anunciado futuro ministro da economia, Paulo Guedes, economista, mestre e doutor pela Universidade de Chicago, nos EUA e um dos fundadores do Instituto Millenium.

dessas bandeiras eram de partidos de esquerda, que até então era quem majoritariamente tomava as ruas com manifestações. O hino nacional sendo cantado, padres-nossos e gritos de “Fora PT” – no poder há dez anos na época e constantemente exposto na grande mídia com escândalos de corrupção – eram comuns também. A educação era outra pauta relevante dessas manifestações, causa citada por 29,8% dos abordados pelos pesquisadores⁷⁰. Ocorre, assim, uma polarização política:

“O radicalismo conservador da direita adquire elementos de ódio [...] A massa passou a discutir política no seu dia a dia, principalmente pela internet dessa forma, “O Facebook se tornou então o principal meio para a proliferação das discussões políticas [...] Há “um repúdio ao diferente expresso em violência e desejo de repressão aos direitos do outro” (BRUGNAGO, CHAIA, 2014, p. 102).

Na pesquisa do IBOPE de 20 de junho de 2013, 77% dos entrevistados citou o Facebook como meio pelo qual soube das manifestações e 75% afirmaram que convocaram outras pessoas para as manifestações pelas redes sociais.

Há, nesse ínterim, um ressurgimento de uma militância conservadora. O filósofo Paulo Eduardo Arantes, em entrevista à Folha de São Paulo⁷¹, descreve essa nova direita como impaciente, tendo essa como sua principal característica. Esse não é um fenômeno exclusivo brasileiro: há também um sentimento de radicalismo e impaciência na política americana, com o crescimento de uma extrema direita, representada pelo “Tea Party”, que culminou na eleição de Donald Trump.

Aqui no Brasil, há a eleição, em 2014, do Congresso Nacional mais conservador desde 1964 até então, com candidatos ultraconservadores com votações expressivas. O PT apesar de ganhar, por uma pequena margem, as eleições presidenciais tem o número de deputados diminuído de 88 para 69 (chegando a 56 nas eleições de 2018). Há uma crescente de ódio contra partidos de esquerda, em especial o Partido dos Trabalhadores (PT), e em tudo aquilo que possa representar ideias de esquerda para essa extrema direita. Há um

⁷⁰ Veja pesquisa completa do Ibope sobre os manifestantes. <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>. Acesso em: 30 de ago. 2019.

⁷¹ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1541085-nova-direita-surgiu-apos-junho-diz-filosofo.shtml>. Acesso em 01 de ago. 2020.

medo, capturado pela ideologia conservadora de direita, do comunismo, que é disseminado e encontra sujeitos que se sujeitam isso (THERBORN, 1980). Há uma “efervescência política” que movimentava as redes sociais no Brasil com discussões (DURKHEIM, 2000).

Em 2015, são convocadas manifestações por movimentos liberais como o Movimento Brasil Livre (MBL), em todo Brasil. Ortellado e Solano (2016) fizeram uma pesquisa com manifestantes no dia 12 de abril de 2016, na Avenida Paulista em São Paulo-SP. Apesar de 73,20% dos pesquisados afirmar que não confiavam em nenhum partido político, 96% diziam que não confiavam no PT, partido de Dilma Rousseff, à época, presidente e principal foco dos protestos, que pediam seu impeachment. O “índice de desconfiança” do PMDB, partido do então vice-presidente Michel Temer e maior partido da base aliada, era de 81,80% e o do PSOL, partido que era de oposição, mas identificado fortemente com a esquerda, era de 77,10%. Para efeito de comparação, o PSDB, partido identificado tradicionalmente com a direita e com uma ideologia mais neoliberal e conservadora, apresentava, entre os manifestantes, um índice de desconfiança de 47,60%. Curiosamente, demonstrando o personalismo da política brasileira, os índices de desconfiança se invertiam quando se tratava dos políticos pessoalmente: não confiavam em Dilma Rousseff 28,40% dos entrevistados, contra 69,90% de Aécio Neves, então senador do PSDB e ex-candidato à Presidência da República, derrotado pela candidata do PT por uma pequena margem de votos menos de um ano antes. Geraldo Alckmin, também do PSDB tinha o índice de 87,60 de “não confiança”. A única posição que mantém uma coerência entre desconfiança do partido e respectivo nome do político é Eduardo Cunha, do PMDB, à época presidente da Câmara, acusado de diversos crimes de corrupção, mas que em um pouco mais de um ano abriria o processo de impeachment contra Dilma Rousseff, e ainda um pouco depois disso seria preso por corrupção. No entanto, no dia 16 de agosto, em nova manifestação, no item “Percepção do envolvimento de políticos com corrupção”, 89,60% dos pesquisados respondiam “sim” para Dilma Rousseff, contra 41,70% para Geraldo Alckmin e 37,80% para Aécio Neves (ORTELLADO e SOLANO, 2016, p. 171-177).

Nesse clima político, as redes sociais viraram um palco de um debate acalorado, além de um meio rápido e altamente eficaz de disseminação de ideologias e discursos do mais diversos. Esse campo (BOURDIEU, 2014), um microcosmo social, possui certa autonomia, com leis e regras específicas, mas que também se relaciona com um campo social mais amplo. É um lugar de lutas entre agentes que buscam ocupar e manter certas posições. Essas posições são obtidas por meio da disputa de capitais específicos, valorizados de acordo com as características de cada campo. Esses capitais são possuídos pelos agentes de cada campo de maneira desigual, de acordo com a posição que estes ocupam no campo (BOURDIEU, 2004, p. 22-23).

Manuel Castells compara a internet à rede elétrica e ao motor elétrico em razão de sua capacidade de distribuir a força da informação por todo o domínio da atividade humana. Ele afirma ainda que a rede é “um meio de comunicação que permite, pela primeira vez, a comunicação de muitos com muitos, num momento escolhido, em escala global”. A rede mundial de computadores foi projetada como uma “tecnologia de comunicação livre” (CASTELS, 2003). Ademais, essa comunicação sem precedentes “transforma o modo como nos comunicamos, nossas vidas são profundamente afetadas por essa nova tecnologia da comunicação” (CASTELS, 2003, p. 10). No entanto, essa transformação na maneira de nos comunicarmos, é “uma expressão de nós mesmos” e intensifica “tendências contraditórias presentes em nosso mundo” (CASTELS, 2003).

Movimentos sociais de todo tipo, de grupos ambientais a ideologias extremistas de direita (p. ex., nazismo, racismo), tiraram proveito da flexibilidade da net para divulgar suas ideias e articular-se através do país e do globo. O mundo social da internet é tão diverso e contraditório quanto a própria sociedade (CASTELS, 2003, p. 48).

Dessa forma, há a formação de comunidades na internet tal e qual existem fora dela. “Comunidades são redes de laços interpessoais que proporcionam sociabilidade, apoio, informação, um senso de integração e identidade social” (WELLMAN, 2001, p. 01). Assim, “as redes são montadas pelas escolhas e estratégias dos atores sociais” (CASTELS, 2003, p. 106).

São comuns, nas páginas e perfis de apoiadores do movimento Escola Sem Partido, em redes sociais, as referências do professor como alguém nocivo ao aluno, que quer doutriná-lo para ser um militante de esquerda, ou que quer colocar em sua cabeça valores que estão em desacordo com a família tradicional. No entanto, os argumentos usados normalmente são extremamente falhos, não definindo claramente o que é marxismo cultural, comunismo, “ideologia de gênero” e outros termos. Também se utilizam de uma propaganda em que frases feitas, expressões de impacto e imagens são usadas para criar uma imagem estigmatizada do professor.

Na página do Facebook Escola Sem Partido⁷², mais uma com esse nome, mas esta do Paraná, as imagens de perfil e de capa são respectivamente uma foice e martelo estilizadas, em que a foice termina em uma caneta esferográfica e o martelo em um lápis; e uma imagem com símbolos de proibido cobrindo desenhos de Che Guevara, logos da CUT (Central Única dos Trabalhadores), de um sindicato de professores paranaense, do “Foro de São Paulo” e mais uma vez, da foice e do martelo, símbolos do comunismo, o que denota que os apoiadores do movimento acreditam que os professores, em sua grande maioria, são “comunistas” ou “esquerdistas.

Em outra página com o mesmo nome⁷³, pode-se ver alguns comentários de seus seguidores:

“Escola ela não pode ser lugar de lavagem cerebral na cabeça das pessoas. Sem doutrinações (Sic). Apenas mostrar diversos caminhos. O caminho cada um escolhe o seu. O que mais estamos vendo são alunos totalmente alienados e drogados, parecendo zumbis. A Cracolândia está ótima perto de algumas instituições públicas educacionais”

Professores comprometidos com seus alunos e ensinando o que realmente aconteceu, sem opiniões. Se necessário pequenas colocações sem mascarar ou opinar exageradamente. Saber fazer uso do BOM SENSO!!!!

Ensinar o melhor do ser humano e não tentar impor seus pensamentos, opiniões etc., por uma escola pura, livre para suas conclusões!!

Escola sem partido JÁ. Lugar de escola é para ensinar e não manipular, fazer lavagem cerebral partidários

⁷² <https://www.facebook.com/EscolaSemPartidoPR>. Acesso em 07/12/2018

⁷³ <https://www.facebook.com/escolasempartido/>. Acesso em 07/12/2018.

Educação total direcionadas ao ensino das matérias. Eu como mãe me sinto indignada com o ensino Brasileiro, péssimo. Estão muito preocupados com partidos fique com aquilo que verdadeiramente devem tomar.⁷⁴

Esses são apenas cinco exemplos dos comentários mais comuns nas páginas dedicadas ao tema, e nesses comentários pode-se ver a figura do professor como uma ameaça a uma educação que seria considerada ideal, sem partido, sem ideologia, apesar de que em todas as páginas de apoiadores do movimento, a figura e as menções de apoio ao então candidato e atual presidente eleito Jair Bolsonaro fossem constantes, o que demonstra por si que não se trata de uma escola que não deva ter partido, mas sim um partido ou pelo menos um lado, o da direita. Essa estratégia pode ser percebida em várias falas do próprio presidente da república, quando, em um comício da sua campanha, no Acre, empunhou um tripé como se fosse um fuzil e disse: "Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre. Vamos botar esses picaretas para correr do Acre. Já que gostam tanto da Venezuela, essa turma tem que ir para lá. Só que lá não tem nem mortadela. Vão ter que comer capim mesmo"⁷⁵. A uma semana do segundo turno, em um vídeo ao vivo para milhares de simpatizantes na Avenida Paulista, Bolsonaro fala novamente em eliminação da outra parte, dessa vez dizendo, eufórico: "Vamos varrer do mapa os bandidos vermelhos do Brasil. Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou vão para fora ou vão para a cadeia"⁷⁶. Mais especificamente sobre professores, o presidente eleito Jair Bolsonaro, em *tweet* seu feito em 31 de dezembro de 2018, ou seja, um dia antes de tomar posse, reafirma seu discurso agressivo e deixa clara qual será seu posicionamento em relação a professores e instituições de ensino:

74

https://www.facebook.com/pg/escolasempartido/reviews/?referrer=page_recommendations_see_all&ref=page_internal. Acesso em 07/12/2018.

⁷⁵ Campanha confirma vídeo em que Bolsonaro fala em 'fuzilar petralhada do Acre': 'Foi brincadeira'. <https://oglobo.globo.com/brasil/campanha-confirma-video-em-que-bolsonaro-fala-em-fuzilar-petralhada-do-acre-foi-brincadeira-23033857>. Acesso em: 17 jul. 2019.

⁷⁶ Bolsonaro a milhares em euforia: "Vamos varrer do mapa os bandidos vermelhos". https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/22/actualidad/1540162319_752998.html. Acesso em: 17 jul. 2019.

Uma das metas para tirarmos o Brasil das piores posições nos rankings de educação do mundo é combater o lixo marxista que se instalou nas instituições de ensino. Junto com o Ministro de Educação e outros envolvidos vamos evoluir em formar cidadãos e não mais militantes políticos.⁷⁷

Essas estratégias, nas redes sociais, são discursivas. Elas revelam as ideologias existentes dos diversos atores sociais da rede. Sobre isso, Bakhtin afirma que o signo linguístico é uma “arena da luta de classes” (BAKHTIN-VOLOSHINOV, 1929, p. 46). Assim, usando o conceito de Perelman (1999, p. 35), a internet é um auditório, isto é, “o conjunto daqueles a quem o orador quer influenciar com sua argumentação”. No caso, o orador é o emissor da mensagem, que busca, através de um discurso inflamado, muitas vezes de ódio, não só se afirmar sua identidade, mas também influenciar outros. Para Aristóteles, um orador emocional sempre leva o auditório a sentir com ele, mesmo que não haja consistência em seus argumentos; é por isso que muitos oradores tentam sobrecarregar o auditório, só fazendo barulho” (ARISTÓTELES, 1984, p. 178). Além disso, há a construção de um “simulacro” do que o outro, a parte contrária, disse, com o objetivo de produzir um debate consigo mesmo, que exclui a parte contrária (MAINGUENEAU, 2005).

No entanto, todo o discurso de ódio não encontraria reverberação na sociedade brasileira se já não existissem germes autoritários que pudessem brotar. O discurso é ao mesmo tempo resultado de uma estrutura social, mas também é estruturante na sociedade (FAIRCLOUGH, 2001). Adorno fala sobre um tipo ideal comum em nossa sociedade:

[...] o surgimento de uma espécie "antropológica", que podemos chamar de homem autoritário. Em contraste com o fanático de velho estilo, esse último parece combinar as idéias e habilidades típicas da sociedade altamente industrializada com crenças irracionais ou anti-racionais. Ele é ao mesmo tempo esclarecido e supersticioso, orgulhoso de ser um individualista e sempre temeroso de não ser igual aos outros, ciumento de sua independência e inclinado a se submeter cegamente ao poder e à autoridade (ADORNO, 1950. P. 01).

⁷⁷ Jair Messias Bolsonaro. Tweet de 31 de julho de 2018. <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1079686972673806336?lang=pt>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

Esse homem de afeto autoritário não é produzido do nada. Ele é resultado de um processo histórico. Desse modo, o homem de afeto autoritário, no Brasil, é “construído” por uma sociedade que prega valores igualmente autoritários, reproduzidos, para usar um termo bourdiesiano, através da educação, da mídia, da convivialidade, das práticas políticas em geral. Jessé Souza, em seu “A Elite do Atraso”, apresenta um pacto construído e continuado pelos donos do poder no Brasil, para perpetuar uma sociedade excludente e perversa, forjada ainda na escravidão (SOUZA, 2017). Dessa forma, na sociedade brasileira, existem “critérios que permitem e legitimam que alguns sejam vistos como superiores e dignos de privilégios, e outros sejam vistos como inferiores e merecedores de sua posição social humilhante” (SOUZA, 2017, p. 71).

Nesta sociedade, a convivialidade democrática é prejudicada, pois a própria ideia-base da democracia, que é a igualdade entre os cidadãos, inexistente, dando margem não somente para a exclusão, como também para a crueldade no tratamento com os que são diferentes ou pensam diferente.

Esse tipo de convivialidade, como valor, sempre foi problemático no Brasil. Bobbio (1992) identifica o processo democrático como a construção das "regras do jogo" que garantam a legitimidade do Poder expressa no Direito. Habermas (1987, 1990) advoga o processo de uma construção social comunicativa onde a democracia é um procedimento que possibilita a existência de um diálogo exercido pelos indivíduos reunidos, como público, em espaços públicos. As "regras do jogo" para Bobbio e o "espaço público comunicativo" para Habermas são os procedimentos através dos quais é possível estabelecer o consenso entre posições diferentes, é possível construir democraticamente a hegemonia. Partem da premissa, portanto, do pluralismo social e da legitimidade do conflito.

A questão que se impõe é sobre as possibilidades do Estado criar, em uma sociedade republicana e democrática de direito, uma educação não republicana e democrática, já que o MESP, longe de lutar por neutralidade e diversidade ideológica na educação, a despeito do que o seu nome diz, milita por uma educação que contenha premissas ideológicas de extrema direita,

negando a diversidade em todas as suas formas, idealizando uma família ou um Estado que deveriam ser tradicionais. Tudo o que destoe disso deve ser considerado ideologia, como se o que o próprio movimento produz não fosse ideologia. Essa perspectiva de educação, que é anti-democrática, é uma contradição em si, pois nega o direito de existência da diversidade ao negar o debate público sobre essa mesma diversidade, portanto busca a eliminação do conflito ao eliminar a outra parte conflitante.

Michel Debrun (1983), fala de um autoritarismo mobilizador e de um autoritarismo desmobilizador, no Brasil. O autoritarismo mobilizador foi caracterizado pelo empenho das classes dominantes em fomentar a mobilização das massas populares com o objetivo de apoio aos seus projetos políticos. Convém destacar que o “autoritarismo desmobilizador” foi analisado por uma série de estudiosos do pensamento político brasileiro, que formularam diferentes denominações para caracterizar esta tradição. W. G. dos Santos (1978), por exemplo, cunhou o conceito de “autoritarismo instrumental”, enquanto Bolívar Lamounier (1985) usou a denominação de “ideologia de Estado”. Num estudo mais recente, Ricardo Silva (1998) formulou o conceito de “ideologia do Estado autoritário” para caracterizar este pensamento. Em todos esses autores, a sociedade brasileira é vista como “fraca”, necessitando de uma tutela estatal forte, para redimi-la, nada muito diverso de outros tipos de autoritarismo (DEBRUN, 1983).

Já o autoritarismo desmobilizador pôde ser encontrado tanto no Estado Novo quanto na Ditadura civil-militar brasileira, que viam a sociedade brasileira como amórfica, com grupos dominados com comportamento coletivo irracional; dessa forma, para evitar a desordem, o Estado deve surgir como um elemento agregador da sociedade, salvando-a de si mesma. Essa ideologia legitimaria um Estado autoritário. Os principais expoentes dessa tradição são Oliveira Vianna (1987), Francisco Campos (1940) e Alberto Torres (1982). Esses pensadores do autoritarismo viam o Brasil como estando vivendo uma crise “catastrófica”, cuja maior manifestação estaria no risco de dissolução nacional caso se continuasse insistindo em organizar as instituições políticas a partir dos princípios do liberalismo. Pode-se ver entre os grupos civis que pedem um governo autoritário – entre eles setores ligados às igrejas, ao empresariado e à

mídia de massa – a mesma visão da sociedade brasileira, o que legitimaria um governo autoritário, mesmo que por vias antidemocráticas.

No entanto, para Debrun (1983), a conciliação seria o arquétipo dominante e mais recorrente no nosso país, sendo uma prática política de nossas elites. Essa conciliação

não corresponde ao que geralmente se entende por conciliação política, a qual está concebida como um acordo entre atores – grupos ou indivíduos – de um peso mais ou menos igual. Ou, pelo menos, nenhum dos dois poderia esmagar o outro. (DEBRUN, 1983, p. 15).

Essa conciliação “sempre pressupõe o desequilíbrio, a dessimetria dos parceiros, e não seu equilíbrio”. Ela sempre foi usada para

formalizar e regular a relação entre atores desiguais, uns já dominantes e os outros já dominados. E para permitir que os primeiros explorassem em seu proveito a transformação dos segundos em sócios caudatários. (DEBRUN, 1983, p. 15).

O novo autoritarismo brasileiro, principalmente no governo Bolsonaro, apresenta-se como o contrário do que ele é, isto é, mostra-se como um liberador, que a despeito de um Estado e de uma elite política que seriam autoritários, pois não permitiriam que discursos, mesmo os de ódio, pudessem ser colocados em prática sem uma punição. Outra característica de estados ditatoriais, segundo Bolsonaro, seria o fato deles desarmarem sua população, não permitindo que elas reagissem na forma de milícias ou grupos armados, paramilitares, a desmandos do Estado. Em uma postagem de 7 de maio de 2019, no seu perfil do Twitter, ele disse:

Estamos seguindo um caminho totalmente oposto ao autoritarismo, que sempre busca desarmar a população, fazendo valer a soberania popular manifestada no referendo de 2005. Estamos, principalmente, atendendo o cidadão de bem, que segue as leis e respeita a sociedade.⁷⁸

Essa mesma posição, o presidente manifestou em uma reunião ministerial, ocorrida em 22 de abril de 2020, em plena pandemia pelo novo

⁷⁸ <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1125918484377088001>. Acesso em 26 de maio 2020.

Coronavírus. Por decisão do ministro Celso De Melo, do Supremo Tribunal Federal (STF), o vídeo foi veiculado como parte de um processo que investigava suposta interferência do presidente da república na Polícia Federal. O presidente disse:

O que esses filha de uma égua quer, ô Weintraub, é a nossa liberdade. Olha, eu tô, como é fácil impor uma ditadura no Brasil. Como é fácil. O povo tá dentro de casa. Por isso que eu quero, ministro da Justiça e ministro da Defesa, que o povo se arme! Que é a garantia que não vai ter um filho da puta aparecer pra impor uma ditadura aqui! Que é fácil impor uma ditadura! Fácilimo! Um bosta de um prefeito faz um bosta de um decreto, algema, e deixa todo mundo dentro de casa. Se tivesse armado, ia pra rua. E se eu fosse ditador, né? Eu queria desarmar a população, como todos fizeram no passado quando queriam, antes de impor a sua respectiva ditadura. Aí, que é a demonstração nossa, eu peço ao Fernando e ao Moro que, por favor, assine essa portaria hoje que eu quero dar um puta de um recado pra esses bosta! Por que que eu tô armando o povo? Porque eu não quero uma ditadura! E não dá pra segurar mais! Não é? Não dá pra segurar mais (sic).⁷⁹

Essa visão sobre autoritarismo é compartilhada por essa nova direita, como por exemplo, o ministro da educação do governo Bolsonaro, Abraham Weintraub, que, na esteira dessa ideologia, disse que

Tem três anos que, através do Onyx, eu conheci o presidente. Nesses três anos eu não pedi um único conselho, não tentei promover minha carreira. Me ferrei, na física. Ameaça de morte na universidade. E o que me fez, naquele momento, embarcar junto era a luta pela ... pela liberdade. Eu não quero ser escravo nesse país [...] A gente tá perdendo a luta pela liberdade. É isso que o povo tá gritando. Não tá gritando pra ter mais Estado, pra ter mais projetos, pra ter mais . . . o povo tá gritando por liberdade, ponto. Eu acho que é isso que a gente tá perdendo, tá perdendo mesmo. A ge ... o povo tá querendo ver o que me trouxe até aqui (sic).⁸⁰

Na mesma reunião, paradoxalmente, o ministro da educação fez declarações que são autoritárias, como a de que Brasília (referindo-se ao meio político e jurídico) é um “cancro” e que se dependesse dele, ele prenderia os ministros do Supremo Tribunal Federal. Esse tipo de declaração, feita por um ministro da educação, em uma reunião ministerial, na presença do presidente da república, demonstra desprezo pelas instituições democráticas.

⁷⁹ <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-22/a-integra-da-transcricao-da-reuniao-entre-bolsonaro-e-os-ministros-que-teve-sigilo-retirado-pelo-stf.html>. Acesso em 21 de jul. 2020.

⁸⁰ Idem.

Dessa forma, a ideia de liberdade para a nova direita brasileira passa pela quase ausência do Estado, numa ótica neoliberal, mas é uma ausência em assuntos sociais, que envolvam políticas de reparação históricas, cotas e auxílios tanto para pessoas físicas quanto para pequenos empresários. O Estado continuaria forte na propaganda de si mesmo, nas políticas conservadoras no campo da educação, da cultura e dos costumes. Ademais, a ação autoritária de governar através de decretos, desfazer conselhos democráticos, tensionar as relações entre governo federal e legislativo, judiciário e imprensa, em um trabalho diuturno de desqualificar as instituições democráticas que servem de contrapesos ao poder presidencial, bem como o discurso belicoso e excludente contra todos aqueles - mesmo entre aliados - não são tidos por esse novo autoritarismo como autoritário, mas sim como atitudes necessárias para purgar o Estado daqueles que seriam, na visão dessa nova direita, parasitas do Estado brasileiro, e assim governar de acordo com os anseios populares. Essa atitude em si, populista, aproxima o governo Bolsonaro, que se identifica com a direita, de governos como o de Hugo Chávez, nome citado sempre como modelo do que não se deve fazer em um país, ou seja, como modelo de um socialismo que seria autoritário.

A identificação do governo de Jair Messias Bolsonaro com o autoritarismo desmobilizador é parcial, já que para o conceito tradicional, o autoritarismo seria uma resposta do Estado a um liberalismo que não traria mais resultados para a sociedade e por isso mesmo, deveria ser colocado de lado para que um Estado forte interviesse. Se Oliveira Viana teve um papel no autoritarismo de Getúlio Vargas, que via a nação brasileira como amórfica e por isso um Estado forte deveria intervir inclusive dominando setores da economia, o mesmo não acontece no governo Bolsonaro, que apesar da visão similar sobre o povo, de que este seria vítima de governantes e não teria poder de mudar o seu destino, o presidente acredita que um liberalismo econômico aliado a uma reforma conservadora nos costumes e um autoritarismo na práxis política seria a solução do Brasil. Dessa forma, há um novo tipo de autoritarismo, que ao mesmo tempo que é detrator do “globalismo” e vê com desconfiança grandes corporações e o comércio mundial, incitando um nacionalismo, mas também é liberal economicamente ao ponto de querer desestatizar o máximo de empresas

estatais. É um autoritarismo que, ao mesmo tempo que vê o povo como massa de manobra de um sistema cultural que é socialista, deposita nesse mesmo povo suas pretensões populistas de aumento do seu poder. Dessa forma, não é olhando para o passado e importando fórmulas simplesmente, que há de se conseguir entender o fenômeno do autoritarismo no Brasil da última década.

No entanto, como esse novo autoritarismo influenciou na educação brasileira? O Escola Sem Partido, em suas práticas, ao tentar executar educadores publicamente através das redes sociais, e ao pregar uma educação que exclui a necessidade de se tratar da diferença, foi influenciado por essa dinâmica política e pode influenciar a mesma através de seu lobby junto a políticos eleitos, principalmente à extrema direita do espectro político-ideológico, que se identifica com ideias autoritárias travestidas de libertárias. Na verdade, o ESP, ao ser o prosélito de uma neutralidade que não existe nem no próprio discurso, já que ela é impossível, pois “agir como se a educação fosse isenta de influência política é uma forma eficiente de colocá-la a serviço dos interesses dominantes” (FREIRE, 2016, p. 110). A “neutralidade” defendida pelo Escola Sem Partido mostra o que pretende esconder: que não há neutralidade e que, ao buscá-la, o ESP se coaduna ao modelo de um Estado autoritário moderno, que ao mesmo tempo em que discursivamente fala em liberdade, ataca essa mesma liberdade, seja democrática, de cátedra ou de expressão. Também há, por parte dos adeptos do ESP, um ataque à ideia de um conhecimento crítico por parte do aluno, já que a despeito do que pode dar a entender o nome do movimento, pelo próprio discurso do Escola Sem Partido percebe-se uma identificação com ideais de um Estado autoritário para a escola: a construção de uma hegemonia de pensamento (de direita) e a exclusão de quaisquer formas de pensamento – mesmo que científicas – que ameacem essa mesma hegemonia.

3.1. EDUCAÇÃO BRASILEIRA E AUTORITARISMO NO GOVERNO BOLSONARO

Apesar do projeto de lei nº 7118/14 ter sido aprovado⁸¹, ele não virou lei. No entanto, nas eleições de 2018, o Programa Escola Sem Partido ganhou força, pois foram escolhidos, além do presidente da república, governadores, parte dos senadores, deputados federais e deputados estaduais simpatizantes do programa. O ESP ganhou evidência com as declarações de Jair Bolsonaro, candidato à Presidência da República e de seus filhos, que foram grandes responsáveis pela ascensão desse deputado federal obscuro da “bancada da bala”, Jair Messias Bolsonaro, com 27 anos de vida pública, mas com apenas dois projetos de leis aprovados. Além disso, um grande número de candidatos e políticos de direita, apoiava abertamente o ESP, o que já demonstra o claro viés ideológico do programa embora em seu nome haja a expressão “sem partido”.

Nas eleições de 2018, a maioria dos deputados federais e governadores eleitos demonstraram apoio ao programa, seja antes ou durante a campanha política. Dos 27 governadores eleitos, 15 demonstraram apoio a Jair Bolsonaro⁸² e a suas pautas. Nas regiões sul e centro-oeste, todos os governadores eleitos demonstraram apoio explícito ao presidente eleito; na região sudeste, os governadores eleitos dos estados de maior importância política e econômica apoiaram abertamente Bolsonaro: São Paulo (João Dória - PSDB), Rio de Janeiro (Wilson Witzel - PSC) e Minas gerais (Romeu Zema – NOVO). Apenas a região Nordeste não possui nenhum governador eleito oficialmente apoiador de Bolsonaro, portanto, de suas ideias sobre educação, incluindo o Programa Escola Sem Partido.

Dos deputados federais eleitos, a maioria é pertencente a partidos de direita ou de centro-direita. Dos principais partidos eleitos nas eleições de 2018, ou seja, 92,78% da Câmara, 302 são provenientes desses partidos, dos quais,

⁸¹ Projeto de autoria do deputado federal Marcos Rogério, do DEM, partido de direita. O projeto de lei acabou sendo arquivado por pressão de partidos de esquerda, que esvaziaram a votação.

⁸² Jair Bolsonaro obteve 55% dos votos nessas eleições, vencendo Fernando Haddad, professor universitário, candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), no segundo turno.

o Partido Social Liberal (PSL), que, nanico antes dessas eleições, com apenas 1 deputado federal, passou, na esteira do fenômeno Jair Messias Bolsonaro, a ter 52 deputados federais, aumentando sua representação em 5.100%, sendo a segunda maior bancada da casa, perdendo só para o PT, que, apesar de ter perdido 13 deputados, passando de 69 para 56 congressistas, continuou o partido com maior número de deputados federais.

Há um fortalecimento da direita, que cresce desde as eleições de 2014, no Brasil. Nas eleições de 2010, ainda sob forte influência de Lula, que deixa a Presidência da República com 87% de popularidade e o governo federal com 80% de aprovação⁸³, o PT elege 88 deputados federais e conta com uma ampla maioria no Congresso Nacional. À medida em que a popularidade da presidenta Dilma Rousseff cai e a direita cresce, um outro cenário vai se desenhando, deixando muito mais claros os pontos opostos do campo político-partidário, que, em um presidencialismo de coalizão como no Brasil, não eram muito claros. Um exemplo dessa falta de clareza ideológica antes do governo Dilma foi a aliança que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, que constrói sua trajetória primeiramente como líder sindical e depois no PT, com seu vice-presidente - um industrial do Partido Liberal (PL), que se alinha à direita, mas faz essa aliança com o PT, o maior partido da esquerda brasileira.

Bolsonaro tem como claro objetivo mudar a educação. No entanto, ao se candidatar e se eleger, em 2018, e tomar posse, em 2019, não tem presente, em seu discurso e em seu plano de governo, a preocupação com “cerca de 66,3 milhões de pessoas de 25 anos ou mais (51% da população da população adulta)” que tem no máximo ensino fundamental completo, segundo dados do IBGE⁸⁴. Ademais, somente 15,3% da população brasileira concluiu o ensino superior.

⁸³Popularidade de Lula bate recorde e chega a 87%, diz IBOPE. <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>.>. Acesso em: 17 jul. 2019.

⁸⁴ KRUPPA, Sonia M. P. A Educação em Disputa. Dossiê A Educação diante da Catástrofe. Revista Cult. São Paulo, nº 246, p.28.

Apesar desses números, o plano de governo apresentado pela campanha de Jair Bolsonaro apresenta como duas das principais preocupações o ensino sobre gênero e sexualidade e a “doutrinação” ideológica de professores, que aparece na primeira página que fala sobre educação:

Conteúdo e método de ensino precisam ser mudados. Mais matemática, ciências e português, SEM DOCTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE. Além disso, a prioridade inicial precisa ser a educação básica e o ensino médio / técnico (O CAMINHO DA PROSPERIDADE Proposta de Plano de Governo. 2018).

Em seis páginas com letras grandes e infográficos, o plano de governo de Bolsonaro traz suas diretrizes para a educação, que focam basicamente:

1. em ter os mesmos gastos com educação para ter resultados melhores: “É possível fazer muito mais com os atuais recursos. É o nosso compromisso! [...] Gastamos como os melhores [...] Educamos como os piores”⁸⁵.
2. na mudança de “conteúdo”, ou seja, no currículo, “expurgando a ideologia de Paulo Freire, mudando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), impedindo a aprovação automática e a própria questão de disciplina dentro das escolas”⁸⁶.
3. E no que o plano chama de “doutrinação”, que merece um destaque com fundo vermelho: “Um dos maiores males atuais é a forte doutrinação”⁸⁷.

Dessa forma, o futuro governo Bolsonaro deixa claro, em seu plano de governo, que uma das suas maiores preocupações será o que o presidente eleito e seus seguidores chamam de “doutrinação ideológica”, que tem uma fonte: os professores, que fariam isso desde a sala de aula, passando pelos livros didáticos e chegando ao Ministério da Educação dos governos anteriores, que sempre estariam reproduzindo a “ideologia de Paulo Freire”.

O primeiro ponto do plano de Bolsonaro para a educação, resumido em “Gastamos como os melhores [...] Educamos como os piores”, encontra, mais uma vez, reverberação entre a opinião do senso comum sobre a educação brasileira. A ideia de que a educação brasileira é um caos ou que vive em eterna desgraça já é ideia corrente na sociedade brasileira, sendo reforçada pela

⁸⁵ O CAMINHO DA PROSPERIDADE. Proposta de Plano de Governo. 2018.

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ Idem.

realidade do baixo salário da maioria dos docentes da educação básica brasileira e por casos, veiculados na mídia, de escolas com instalações precárias, alunos sem material didático básico e desvios na compra de insumos para a merenda escolar e de livros didáticos.

No entanto, será que “gastamos como os melhores” e temos os resultados dos piores? Responder essa questão é fundamental, porque a ideia por trás dessa afirmação fundamenta os ataques sofridos pelos docentes no Brasil, que para a extrema-direita seriam, além de “militantes disfarçados de professores”, também incompetentes e mal preparados e por isso mesmo a educação brasileira estaria mal. Isso, por si, já justificaria, para o ESP e boa parte da extrema-direita, os ataques a profissionais da educação, que não seriam tão profissionais assim, ou seja, por não serem professores de verdade (e sim militantes), fazendo com que a educação do Brasil seja ruim, não mereceriam respeito da sociedade.

Há um discurso de que o Brasil investe muito com educação, mas aplica mal os recursos. Ele se fundamentaria no comparativo do Brasil com outros países, inclusive desenvolvidos, como foi feito no programa de governo Jair Bolsonaro. Para isso, usam-se dados sobre o percentual do produto interno bruto (PIB) do país gasto em educação. Nessa perspectiva dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostram que os Estados Unidos destinaram 4,2% do seu PIB em recursos públicos para a educação, enquanto o Brasil investiu 4,9% do seu PIB na sua educação pública. O número chama ainda mais a atenção quando se vê que a média de investimento em educação dos países membros da OCDE é de 4,4%. Quando se tem contato com esses números, é quase automático para o senso comum e para quem quer provar que o Brasil gasta muito com educação que seu ponto de vista está correto. No entanto, esses números não contam o mais importante: segundo a mesma OCDE, o gasto médio por aluno durante um ano nos Estados Unidos são de US\$ PPC⁸⁸ 12.176,00 (2,4 vezes maior que a do Brasil); a média anual de gastos por aluno dos países membros da OCDE é de US\$ PPC 9.489,00 (1,9 vezes maior que a do Brasil), contra uma média brasileira

⁸⁸ PPC\$ é o dólar que leva em conta a paridade do poder de compra, diferentemente do dólar comercial.

de US\$ PPC 5.113,00 de gastos anuais por aluno. Isso se deve ao simples fato de que o PIB dos Estados Unidos é muitas vezes maior que o do Brasil, portanto a porcentagem bruta esconde números que evidenciam que o Brasil gasta bem menos não só que os EUA, mas que os países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁸⁹.

Apesar dos números baixos do Brasil no investimento em educação, como é percebido pelo programa de governo de Jair Bolsonaro, é disseminada a ideia entre economistas e parte da mídia de que um maior volumes de gastos em educação não afetaria positivamente a educação escolar. Isso é o que economistas ligados a *think tanks* neoliberais como o Insper e economistas do Banco Mundial pregam. Eles argumentam que a despeito de um aumento de gastos com educação no EUA, isso não representou uma melhora na qualidade da educação daquele país. Isso foi medido com auxílio dos testes de medição internacionais, como o PISA. O mesmo poderia se argumentar em relação ao Brasil, por correspondência direta, o que em si já se apresenta como problemático metodologicamente, pois deixariam de ser levados em consideração para uma análise mais precisa fatores históricos, culturais, geográficos e econômicos que são bem diferentes entre os dois países.

Em segundo lugar, há um problema em se utilizar somente de testes padronizados, sejam nacionais (Enem, Provinha Brasil) ou internacionais, como o PISA, para avaliar a qualidade da educação com fidedignidade. O terceiro ponto é que, por isso mesmo, não se percebem outros fatores contextualizadores, como por exemplo, o fato de que houve nos últimos anos, um maior acesso à educação básica por parte de afrodescendentes, hispânicos e imigrantes nos Estados Unidos. Esse aumento da demanda por educação é positivo, porém afeta a qualidade da educação por fatores diversos, como mudanças de abordagem didática e mesmo estrutural das escolas⁹⁰. O Brasil experimentou a mesma alavancagem de matrículas na educação básica, o que

⁸⁹ Ver OCDE, *Education at a Glance 2017: OECD Indicators* (Paris, OECD Publishing, 2017); disponível em: http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/eag/documentos/2017/relatorio_education_at_a_glance_2017.pdf. Acesso em 27 de maio 2020.

⁹⁰ Ver Diane Ravitch, *Vida e Morte no Sistema Escolar Americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação* (Porto Alegre, Sulina, 2011).

trouxe vantagens, como uma maior universalização do ensino, mas trouxe também desafios. Comparato (1987) diz que a educação brasileira enfrenta os seguintes dilemas: educação elitista *versus* educação de massa, escola pública *versus* escola privada, centralização *versus* descentralização, educação politicamente neutra *versus* educação politicamente orientada. Dessa forma, cria-se um impasse artificial, por parte de certos setores da sociedade - geralmente ligados ao lobby da educação privada - entre educação de qualidade e ampliação do acesso à educação por parte da população brasileira. Em um pronunciamento, o ministro da educação de Jair Bolsonaro, Abraham Weintraub, ao falar sobre o adiamento do Enem por ocasião da pandemia mundial de Covid-19, disse que o Enem “Não é para atender injustiças sociais, é para selecionar os melhores candidatos”⁹¹. Essa fala foi elogiada por Rodrigo Constantino, que afirmou em uma live da Jovem Pan News que a fala de Weintraub foi corajoso ao dizer isso, porque “educação não é para buscar justiça social, é para buscar excelência”. Rodrigo Constantino deixa de mencionar que além de elitista e cruel, sua opinião carece de embasamento histórico, pois ao citar países que buscam a excelência na educação e são os melhores nos testes internacionais, ele não diz que esses países primeiramente buscaram uma universalização do ensino, portanto, justiça social.

Apesar da problemática em relação aos exames padronizados de aferição da qualidade de educação, a OCDE mostra que mesmo assim, em um gasto acumulado que fique abaixo de US\$ PPC 35.000,00 por aluno, situação do Brasil, um aumento nos gastos com educação faz diferença positivamente, melhorando o desempenho dos alunos no PISA. Pode-se observar isso na prática, já que um aluno da rede pública regular no Brasil custa anualmente 6 mil reais ao ano em média; enquanto um aluno de um instituto federal, que obtém os melhores resultados no Enem entre escolas públicas, custa 16.000 reais anuais em média; e um aluno de uma escola administrada pelo exército, que também apresenta melhores resultados no Enem (embora inferiores aos

⁹¹ Weintraub sobre Enem: “Não é para atender injustiças sociais, é para selecionar os melhores”. https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/05/15/interna_politica,1147798/weintraub-sobre-enem-nao-e-feito-para-atender-injusticas-sociais.shtml. Acesso em 27 de maio 2020.

institutos federais), custa 19.000 reais por ano⁹². Ou seja, um maior investimento em educação traz sim melhores resultados na educação.

Quanto à ideia de que o professor não é competente, pois acaba militando ao invés de ensinar, ela carece de provas. O que se pode ainda afirmar é que devido à estrutura da educação básica brasileira e suas formas de seleção para o nível superior, que até o estabelecimento da política de cotas raciais e para alunos de escolas públicas era ainda mais excludente; devido também à baixa remuneração docente no Brasil, que vem acompanhada de desvalorização social e dos cursos de licenciatura; e a necessidade, em um país que apresenta em muitos momentos fortes taxas de desemprego, de se obter um nível superior, para não se enfrentar de forma despreparada esse problema, a opção por cursos de licenciatura não se dá muitas vezes, por vocação ou vontade de exercer a docência, mas sim por uma maior facilidade de acesso a esses cursos, que acabam sendo desvalorizados devido à própria desvalorização da docência. Esse dado pode ser verificado por uma pesquisa junto ao magistério realizada pelo ENADE em 2005. Quando perguntado a esses profissionais sobre o motivo deles quererem ser professores, estas foram as respostas:

		Pedagogia		Licenciaturas		Total	
		N	%	N	%	N	%
(A)	Porque quero ser professor	25.625	65,1	47.469	48,6	73.094	53,4
(B)	Para ter outra opção se não conseguir exercer outro tipo de atividade	5.222	13,3	23.319	23,9	28.541	20,8
(C)	Por influência da família	2.036	5,2	3.374	3,5	5.410	3,9
(D)	Porque tive um bom professor que me serviu de modelo	2.595	6,6	13.265	13,6	15.860	11,6
(E)	Eu não quero ser professor	1.898	4,8	5.174	5,3	7.072	5,2
(F)	É o único curso próximo da minha residência	1.153	2,9	3.684	3,8	4.837	3,5
	Branco	784	2,0	1.260	1,3	2.044	1,5
	Respostas inválidas	46	0,1	97	0,1	143	0,1

Fonte: MEC/INEP/DEAES – ENADE (2005).

No estudo de Gatti e Barreto (2009), em que se toma por base o questionário socioeconômico do Exame Nacional de Cursos (ENADE, 2005), abrangendo 137.001 sujeitos, mostra-se que, quando os alunos das licenciaturas são indagados sobre a principal razão que os levou a optar pela licenciatura, 65,1% dos alunos de Pedagogia

⁹² Escolas federais custam menos que as militares e têm desempenho superior no Enem. <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/dagmara-spautz/escolas-federais-custam-menos-que-as-militares-e-tem-desempenho-superior>. Acesso em 27 de maio 2020.

atribuem a escolha ao fato de querer ser professor, ao passo que esse percentual cai para aproximadamente a metade entre os demais licenciandos. A escolha da docência como uma espécie de “seguro desemprego”, ou seja, como uma alternativa no caso de não haver possibilidade de exercício de outra atividade, é relativamente alta (21%), sobretudo entre os licenciandos de outras áreas que não a Pedagogia (GATTI, 2010, p. 1361).

O segundo e o terceiro ponto do programa de governo de Jair Bolsonaro abordam a mesma questão: a ideologização do ensino, que seria, para o presidente, seus apoiadores e para o Escola Sem Partido - que não é mencionado em nenhum momento pelo candidato e depois presidente – a maior chaga da educação brasileira, essa mesma que investe um pouco mais da metade do que o restante dos países da OCDE investem, que tem uma disparidade que chega a mais de 200% de investimento por aluno em escolas públicas (entre escolas regulares, institutos federais e escolas militares) e que não valoriza o profissional da educação, não só pagando-lhe mal, como também desvalorizando-o socialmente, o que evidentemente muitas vezes afugenta os melhores alunos dos cursos de licenciatura, gerando um círculo vicioso que não tem no professor o culpado, mas sim o desinteresse das elites políticas e econômicas em educação que promova justiça social e excelência. Dessa forma, pode-se perceber a veracidade da frase denunciadora do antropólogo Darcy Ribeiro, na 29ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1977: “Em consequência, a crise educacional do Brasil, da qual tanto se fala, não é uma crise, é um programa. Um programa em curso, cujos frutos, amanhã, falarão por si mesmos” (RIBEIRO, 1986, p. 20).

Não é somente o plano de governo de Jair Bolsonaro que apresenta esse discurso – a saber, o do professor como um doutrinador perigoso – de forma enfática. O próprio presidente demonstra, em várias declarações suas, as mesmas ideias:

1. ... vamos (...) combater a ideologia de gênero...”. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Posse no Congresso Nacional.⁹³

⁹³ <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-posse-no-congresso-nacional>. Acesso em 31 de ago. 2019.

2. O foco oposto de governos anteriores, que propositalmente investiam na formação de mentes escravas das ideias de dominação socialista.⁹⁴
3. “O PT dobrou os recursos com a educação e a qualidade caiu.” (Entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Jair Bolsonaro, após Cerimônia de inauguração da Usina Fotovoltaica Flutuante -Sobradinho/BA).⁹⁵
4. “Idiotas úteis e massa de manobra”.⁹⁶
5. “Questões ideológicas e muito polêmicas, como no passado, não vão acontecer este ano”.⁹⁷
6. “o Ministro da Educação Abraham Weintraub estuda descentralizar investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas). Alunos já matriculados não serão afetados. O objetivo é focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como: veterinária, engenharia e medicina.”⁹⁸
7. “Professor tem que ensinar e não doutrinar”.⁹⁹
8. “Professor doutrinador humilha aluno”.¹⁰⁰

Nas duas últimas falas de Bolsonaro citadas, ele se refere a vídeos feitos por alunos. Na opinião dele, o professor “tem que se orgulhar e não ficar preocupado”. Na mesma ocasião, uma entrevista à TV Bandeirantes, em 5 de novembro de 2018, já eleito Presidente da República, criticou o que ele chamou de “doutrinação desacerbada” (sic) da prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Ele afirmou que era “um vexame ver o que cai na prova do Enem”. Bolsonaro se referia a uma questão sobre variações linguísticas do tipo sociocultural em que o texto-base era sobre expressões do dialeto de gays e travestis. Segundo ele

Ninguém quer acabar com o Enem, mas tem que cobrar ali o que realmente tem a ver com a história e cultura do Brasil, não com uma

⁹⁴ <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1080567217031393283>

⁹⁵ <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/entrevistas/2019/entrevista-coletiva-concedida-pelo-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-apos-cerimonia-de-inauguracao-da-usina-fotovoltaica-flutuante-sobradinho-ba>. Acesso em 31 de ago. 2019.

⁹⁶ <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/05/15/bolsonaro-chama-manifestantes-de-idiotas-uteis-e-massa-de-manobra-e-recebe-criticas.ghtml>. Acesso em 31 de ago. 2019.

⁹⁷ <https://web.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/1228138907351974/>. Acesso em 31 de ago. 2019

⁹⁸ <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/presidente-quer-reduzir-investimentos-em-faculdades-de-filosofia-e-sociologia-faz-sentido/>. Acesso em 31 de ago. 2019.

⁹⁹ <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1122466597644505089>. Acesso em 30 de ago. 2019.

¹⁰⁰

<https://web.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/1056340601181592/?v=1056340601181592>

questão específica LGBT. Parece que há uma supervalorização de quem nasceu assim.¹⁰¹

Mais uma vez, a ideia de que o professor deve ser gravado para impedir ou punir o professor, principalmente de forma moral, através das redes sociais, aparece nas falas de quem tacha ao professor de militante ou doutrinador em sala de aula.

Quando Bolsonaro assume o poder, nomeia primeiramente Ricardo Vélez Rodriguez como ministro da educação. Vélez é colombiano, naturalizado brasileiro, filósofo, teólogo e professor. Colecionou declarações problemáticas para o próprio governo Bolsonaro, além de uma inoperância por conta de desentendimento entre os próprios assessores, além de desentendimentos entre a ala olavista e a militar dentro do Ministério da Educação¹⁰². Vélez pediu às escolas que filmassem alunos cantando o Hino Nacional, afirmou que “a universidade não é para todos”, disse que os livros didáticos deveriam revisar a maneira como tratam a ditadura militar e o golpe de 1964 e em um assunto completamente fora dos assuntos de sua pasta, afirmou que o brasileiro, quando viaja para o exterior, parece um canibal¹⁰³. O colombiano ficou somente dois meses à frente do ministério.

Para substituí-lo, foi nomeado Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub, que foi anunciado por Bolsonaro: “é doutor, professor universitário e possui ampla experiência em gestão e o conhecimento necessário para a pasta”¹⁰⁴. Depois, o presidente voltou atrás em sua apresentação, corrigindo a informação de que o novo ministro da educação seria doutor: ele, na verdade, possui mestrado. O segundo ministro da educação do governo Bolsonaro já

¹⁰¹ Bolsonaro defende que professores sejam gravados: 'Tem que se orgulhar e não ficar preocupado'. <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-defende-que-professores-sejam-gravados-tem-que-se-orgulhar-nao-ficar-preocupado-23212616>. Acesso em 31 de ago. 2019.

¹⁰² A relação entre militares e a ala “olavista”, ou seja, a que segue as ideias do polemista Olavo de Carvalho, bem como a importância dos dois tipos de ideologias dentro do governo Bolsonaro, serão tratadas mais adiante.

¹⁰³ Bolsonaro demite Vélez e nomeia Abraham Weintraub como ministro da educação. <https://oglobo.globo.com/sociedade/bolsonaro-demite-velez-do-ministerio-da-educacao-indica-abraham-weintraub-23582182>. Acesso em 31 de ago. 2019

¹⁰⁴ Idem.

trabalhava no governo. Ele era secretário-executivo da Casa Civil, segundo cargo mais importante dentro desse ministério.

Também afeito a declarações pouco usuais para o meio político, assim como Bolsonaro e boa parte dos políticos eleitos pelo PSL, partido do presidente, Weintraub usa, com muita assiduidade, das redes sociais para se comunicar tanto institucionalmente, como pessoalmente; muitas vezes não demonstrando os limites claros entre opiniões pessoais e declarações de alguém que ocupa o seu cargo. Um exemplo disso foi uma declaração sua no Twitter, fazendo referência a um caso em que um militar foi preso na Espanha por traficar cocaína nos próprios aviões da Força Aérea Brasileira, inclusive no avião presidencial, no atual governo: “No passado, o avião presidencial já transportou drogas em grande quantidade. Alguém sabe o peso do Lula ou da Dilma?” Sobre isso, já foi amplamente criticado, inclusive por pessoas públicas tradicionalmente de direita, como Rodrigo Constantino, que assim respondeu a esse Twitter do ministro:

Inacreditável um tweet desses do ministro da Educação. E olha que como todos sabem eu DETESTO¹⁰⁵ Lula e Dilma e passei o governo todo deles atacando essa quadrilha. Mas há que se prezar um mínimo de liturgia do cargo!¹⁰⁶.

O ministro se defendeu:

Mais alguns: Esse é meu Twitter e ao contrário do Congresso (local do debate), aqui não quero gente chata e de esquerda (sim, há exceções). Pode ser chato (Constantan e "isentinho") ou petezinho (mas tem que ser engraçado). Caso contrário bloqueio.¹⁰⁷

A tentativa do uso do humor (além de bloqueios de críticos em seu Twitter) é recurso que o próprio Weintraub usa, segundo ele mesmo, para “ser

¹⁰⁵ Letras maiúsculas do texto original.

¹⁰⁶ <https://twitter.com/Rconstantino/status/1144215745762680833>.

¹⁰⁷ <https://twitter.com/abrahamweint/status/1144534701006364672>

mais engraçado que os comunistas” e usar o “humor e inteligência” no jogo político, frases ditas em vídeos publicados no Youtube e republicados pelo próprio Bolsonaro no seu canal oficial nesse site. Paiva (2018) fala do “voluntarismo” de Bolsonaro e seus seguidores como característica dessas novas direitas brasileiras. O professor e pesquisador afirma que Bolsonaro tinha como uma das suas principais características a “sua espontaneidade e, no meu entendimento, certo culto à ignorância como maneira de fazer política”, o que envolvia uma “crítica ao politicamente correto” (PAIVA, 2018, p. 8), que seria, na verdade, um meio de legitimar preconceitos, violências e visões anacrônicas da sociedade, como em sua fala no voto pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em que saudou Carlos Alberto Brilhante Ustra, general conhecido pelas suas práticas de tortura e que coordenou a tortura da própria Dilma Rousseff, quando ela esteve presa no período da ditadura militar brasileira. Os seus apoiadores, estejam ou não no meio político, reproduzem seus discursos e os ampliam, tanto conservando práticas como mudando outras, além deles mesmos afetarem o discurso e as ações do presidente. Fairclough (2001, 2008) assinala que, para Foucault, o discurso tem “natureza constitutiva”, ou seja, ele “constitui o social, como também os objetos e sujeitos sociais”; além disso, “as práticas discursivas em mutação são um elemento importante da mudança social” (FAIRCLOUGH, 2001, 2008, p.81,82). Assim, como Paiva assinala, os seguidores de Jair Bolsonaro e políticos de seu partido tendem a adotar uma prática discursiva que foi bem sucedida, a saber, tensionadora do jogo político e voluntarista (PAIVA, 2019).

Sobre professores, doutrinação e marxismo cultural, Weintraub, numa palestra em um evento chamado “Cúpula Conservadora das Américas”, juntamente com seu irmão Arthur Weintraub, também integrante da cúpula do governo bolsonarista, falou de como conseguiam “aplicar a teoria de Olavo de Carvalho” para “lidar democraticamente com o marxismo cultural”:

"Eles [comunistas] têm técnica de ganhar essa brincadeira, mas a gente tem técnica de vencer deles. A gente é a prova disso. A gente adaptou a teoria do Olavo de Carvalho de como enfrentar eles [comunistas] no debate intelectual. (...) Quando eles falam ‘a ciência é burguesa’, aí você fala ‘então vai embora daqui, por que aqui é o tempo

da ciência' [sobre as universidades]. (...) A gente tem que ser mais engraçado que os comunistas, a gente tem que ganhar a juventude. Como é que se ganha a juventude? Com humor e inteligência."¹⁰⁸

Em campanha para Jair Bolsonaro, o futuro ministro da educação já afirmava algo parecido com o discurso do seu candidato:

"Em Israel, o Jair Bolsonaro tem um monte de parcerias para trazer tecnologia para cá. Em vez das universidades do Nordeste ficarem fazendo sociologia, fazer filosofia no agreste, (é melhor) fazer agronomia com Israel, acabar com esse ódio de Israel. Israel, nas faculdades federais... é loucura o que você escuta."¹⁰⁹

Mais uma vez, há a ideia de que os cursos das áreas de humanas, como Sociologia e Filosofia são inúteis em um contexto como o brasileiro, em especial, no Nordeste.

Gov Bolsonaro cria bolsas de R\$ 1.100 para os professores de nossas crianças melhorarem o ensino de Ciências! O tutor também receberá. Com boa gestão e escolhendo bem as prioridades, o Brasil mudará. Ciências, no caso, é física, química ou biologia (Não tem para xxxxxlogia 😊)¹¹⁰.

@diegoh_melo Um professor fiLOLÓsofo em uma escola técnica Federal. Esse foi o trabalho do PT...¹¹¹

Eu acuso a esquerda de priorizar faculdades de antropologia ou filosofia ao invés de medicina ou enfermagem. Eu acuso a esquerda de construir estádios superfaturados ao invés de hospitais. Eu já falava isso há um ano. Agora faltarão leitos nos hospitais, médicos, enfermeiros...¹¹²

Há um ano ressaltéi as escolhas ERRADAS do PT! Hoje o Japão tem hospitais, médicos e enfermeiros para tratar seus doentes. O Brasil tem estádios de futebol, antropólogos e filósofos! Viva Lula e Paulo Freire!

¹⁰⁸ 'A gente gasta como os ricos e tem resultado dos pobres': leia frases do novo ministro da Educação. <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/08/a-gente-gasta-como-os-ricos-e-tem-resultado-dos-pobres-leia-frases-do-novo-ministro-da-educacao.ghtml>. Acesso em 31 de ago. 2019.

¹⁰⁹ Idem.

¹¹⁰ <https://t.co/V4gf24Nq7m>. Acesso em 29 de maio 2020.

¹¹¹ <https://t.co/gN0nHfXXgM>. Acesso em 29 de maio 2020.

¹¹² <https://t.co/9BPREYXxBi>. Acesso em 29 de maio 2020.

Na época, o "jornalismo" padrão marinho/frias me massacrou. E Agora?¹¹³

A ideia não é nova, tanto no Brasil, como no mundo. Professores e intelectuais das ciências humanas e Filosofia, assim como os próprios cursos, têm sido alvo de perseguição em vários momentos da história do Brasil e de outros países do mundo, em governos de cunho autoritário.

3.2. O “OLAVISMO” DENTRO DO BOLSONARISMO E DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO

Olavo de Carvalho é pensador de direita que tem influenciado o debate político no Brasil nos últimos anos. Ele, através de seu Twitter, constantemente faz comentários sobre a política e a cultura brasileira; e, além disso, chega até mesmo a indicar “alunos” seus para cargos públicos considerados chaves para o governo Bolsonaro, como o de ministro da educação, ou de secretário especial de cultura.

Assim, Olavo de Carvalho indica, logo após a posse do presidente Jair Bolsonaro, Ricardo Vélez para ministro da cultura e, com a queda deste, mais uma vez indica um nome: o de Abraham Weintraub, aluno seu que inclusive dá palestras, juntamente com seu irmão Arthur Weintraub, sobre como combater o chamado “marxismo cultural”. Além disso, Olavo de Carvalho também indica o secretário especial de cultura, o dramaturgo Roberto Alvim, outro aluno seu declarado, que foi demitido após a gravação e postagem, na internet, de um vídeo oficial da Secretaria Especial da Cultura, considerado, não só pela esquerda, classe artística ou comunidade judaica, mas por setores de dentro do próprio governo federal, como no mínimo, infeliz. Nele, o ex-secretário, demitido depois de sua postagem, cita uma frase do ministro da propaganda da Alemanha nazista, Joseph Goebbels.

É interessante notar o interesse do governo Bolsonaro por uma espécie de guerra cultural ou cruzada contra o que é chamado de marxismo

¹¹³ <https://t.co/l2ArRVqJol>. Acesso em 29 de maio 2020.

cultural na educação e na classe artística. Em parte, essa ideologia dos membros do governo federal é alimentada intelectualmente pelas ideias de Olavo de Carvalho.

Não é a intenção deste trabalho fazer uma reflexão minuciosa sobre a obra do polemista radicado no estado da Virgínia, nos Estados Unidos da América, mas sim mostrar as influências de suas ideias sobre o discurso e tentativas de políticas públicas na área da educação no governo Bolsonaro. É evidente que outros atores, como os militares, são importantes para entender esse momento, já que estes exercem também sua pressão política na área da educação, dentro desse jogo de forças. Prova disso, são as escolas militares idealizadas por Bolsonaro, das quais falarei em outro momento. Por último, mas não menos influentes dentro do governo Bolsonaro, estão os evangélicos. A ministra da mulher da família e dos direitos humanos, Damare Alves, segundo ela mesma, “terrivelmente evangélica”, em audiência pública sobre suicídio e automutilação de jovens na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, afirmou que “Escola não pode ensinar nada que atente contra a moral, a religião e a ética da família”, e por isso mesmo anunciou um canal para que pais e alunos possam denunciar professores por “atos que atentem contra a família”, embora a ministra não tenha deixado evidente que atos seriam esses e nem quais seriam os detalhes seja do canal de denúncia, seja em que o professor seria enquadrado na lei.

Ademais, também é necessário lembrar que qualquer projeto ideológico para a educação no governo de Jair Bolsonaro também passa pelo neoliberalismo econômico e suas intenções de diminuir o tamanho do Estado e direitos sociais. Dessa forma, o teto de gastos aprovado no governo Temer é mantido e assim que o ministro Weintraub toma posse, um “contingenciamento”, ou seja, um corte de gastos da casa de 5,8 bilhão de reais na área da educação é anunciado.

Em publicação no Twitter de 10 de abril de 2019, Olavo de Carvalho afirma:

O ministro Weintraub não me deve nada e não tem nenhum compromisso comigo. Ele apenas conhece as minhas idéias melhor do que as conhecia o seu antecessor, o que não significa que elas tenham moldado a sua mente. O que o Brasil mais precisa é sinceridade e jogo limpo¹¹⁴.

Assim, mesmo não admitindo a indicação dos dois ministros, Olavo de Carvalho diz que os dois ministros conhecem suas ideias. Em fala realizada na Cúpula Conservadora das Américas, em Foz do Iguaçu, em dezembro de 2018, Weintraub mais uma vez fala de suas influências olavistas e de suas ideias, ao dizer que

há uma batalha a ser travada em universidades entre conservadores e os defensores do que chama de ‘marxismo cultural’, sendo que a melhor estratégia daqueles para vencer seria “adaptar a teoria do Olavo de Carvalho de como enfrentar eles no debate intelectual.”¹¹⁵

Há, portanto, uma preocupação constante por parte do governo Bolsonaro em vencer o debate intelectual em favor da extrema direita, já que, não só professores, mas o inteiro sistema de ensino no Brasil é visto como excessivamente “esquerdista”. Declarações por parte de seus membros não faltam: Weintraub disse em um vídeo publicado pelo presidente Jair Bolsonaro, com a legenda “Doutrinação e mentiras até nos concursos” que até os concursos públicos eram aparelhados por esquerdistas. Sem apontar provas, ele fala que a doutrinação ideológica nos concursos começou com o governo de Fernando Henrique Cardoso, considerado muitas pessoas do governo como de esquerda.

A gente não tá falando de dezesseis anos de PT, a gente tá falando de mais de um quarto de século. De continuamente uma doutrinação que começa de uma forma suave e gradualmente você vai começando a

¹¹⁴ <<https://twitter.com/opropriolavo/status/1116036176287342592?s=20>>. Acesso em 29 de jan. 2020.

¹¹⁵ Weintraub conhece minhas ideias melhor do que Vélez, diz Olavo de Carvalho. <https://exame.abril.com.br/brasil/weintraub-conhece-minhas-ideias-melhor-do-que-velez-diz-olavo-de-carvalho/>. Acesso em 20 de jan. 2020.

achar o errado normal. E de repente você tem que achar o errado bonito. É disso que a gente está falando.¹¹⁶

Olavo de Carvalho, em suas manifestações públicas, defende um processo de transformação do País por uma educação “conservadora”, que seria o caminho para que uma suposta hegemonia cultural da esquerda acabe. Essa hegemonia seria, para o ideólogo, propagada através da educação, em especial, pelos professores: “O trabalho dos professores, hoje, consiste apenas em direcionar os sentimentos de hostilidade irracional do aluno contra alvos políticos pré-selecionados”¹¹⁷. Desse modo, percebe-se, na fala do ideólogo, que indicou os dois ministros da educação do governo Bolsonaro, que foram alunos seus, a mesma ideia de que os professores brasileiros não educam, mas sim doutrinam, ou militam em sala de aula. Olavo de Carvalho também credita aos educadores os baixos desempenhos em testes internacionais. Seus alunos, como o ministro da educação Abraham Weintraub, só reproduzem o seu discurso. Em um artigo, o ideólogo diz que entre os principais problemas do Brasil está “A absoluta ausência de educação num país cujos estudantes tiram sempre os últimos lugares nos testes internacionais, concorrendo com crianças de nações bem mais pobres” [...]¹¹⁸.

Na verdade, o ideólogo nutre um profundo ressentimento contra os meios de educação tradicionais. Ele mesmo, apesar de autodeclarar-se filósofo, não é graduado por nenhuma faculdade de Filosofia. Em um artigo intitulado “Educação ao contrário”, publicado no Jornal do Comércio, em 27 de janeiro de 2009, ele diz:

Eis também a razão pela qual, quando meus filhos me perguntavam por que tinham de ir para a escola, eu só conseguia lhes responder que se não fizessem isso eu iria para a cadeia; que, portanto, deveriam submeter-se àquele ritual absurdo por amor ao seu velho pai. Jamais consegui encontrar outra justificativa. Também lhes recomendei que só se esforçassem o bastante para tirar as notas mínimas, sem perder

¹¹⁶ Weintraub diz que concursos públicos selecionam ‘esquerdistas’. <https://veja.abril.com.br/politica/weintraub-diz-que-concursos-publicos-selecionam-esquerdistas/>. Acesso em 29 de jan. 2020.

¹¹⁷ <https://olavodecarvalho.org/educacao-e-consciencia/>. Acesso em 30 de maio 2020.

¹¹⁸ <https://olavodecarvalho.org/uma-geracao-de-predadores/>. Acesso em 30 de maio 2020.

mais tempo com aquela bobagem. Se quisessem adquirir cultura, que estudassem em casa, sob a minha orientação. Tenho oito filhos. Nenhum deles é inculto. Mas o mais erudito de todos, não por coincidência, é aquele que freqüentou escola por menos tempo¹¹⁹.

Olavo de Carvalho não economiza declarações sobre esse desprezo que ele tem pelos meios de consagração acadêmica, pela ciência ou por qualquer forma de pensamento contemporâneo que não esteja de acordo com suas ideias. Muitas vezes defende teorias indefensáveis, como a de que a terra pode ser plana, ou de que os Beatles fariam parte de um plano comunista da Escola de Frankfurt de dominação cultural. Sobre cultura, seu posicionamento é claro: ele condena manifestações modernas desta, como o movimento modernista ou artistas como Caetano Veloso. Ainda falando sobre os principais problemas do Brasil, ele cita a cultura:

A destruição completa da alta cultura, num estado catastrófico de favelização intelectual onde a função de respiradouro para a grande circulação de idéias no mundo, que caberia à classe acadêmica como um todo, é exercida praticamente por um único indivíduo, um último sobrevivente, que em retribuição leva pedradas e cuspidas por todo lado, especialmente dos plagiários e usurpadores que vivem de parasitar o seu trabalho¹²⁰.

A ideia de que a cultura brasileira está corrompida, deteriorada, também é compartilhada pelos seus indicados no governo Bolsonaro. Por ocasião de um edital da Secretaria da Cultura, o ex-secretário da cultura do governo Bolsonaro, Roberto Alvin, anunciando os incentivos financeiros do governo para artistas, fez menção a formas de arte tradicionais, como ópera, por exemplo, deixando de lado formas de arte populares e de vanguarda. Além disso, a arte seria uma forma de exaltar a ideia de nação, o patriotismo. Isso está bem evidente no trecho em que Alvin, indicado ao cargo por Olavo de Carvalho, parafraseou um trecho de um discurso de Goebbels, ministro da propaganda

¹¹⁹ <https://olavodecarvalho.org/educacao-ao-contrario/>. Acesso em 30 de maio 2020.

¹²⁰ <https://olavodecarvalho.org/uma-geracao-de-predadores/>. Acesso em 30 de maio 2020.

nazista, de quem não copiou somente o discurso, mas também a estética do pronunciamento:

A arte brasileira da próxima década será heroica e será nacional. Será dotada de grande capacidade de envolvimento emocional e será igualmente imperativa, posto que profundamente vinculada às aspirações urgentes de nosso povo, ou então não será nada¹²¹

Percebe-se a influência não só do ministro da propaganda de Hitler, mas também de Olavo de Carvalho, para quem a arte nacional deve ser direcionada para refletir os grandes feitos de grandes heróis nacionais, que seriam, evidentemente, pessoas da elite econômica e política na história brasileira. A ideia de que esses valores tradicionais estarem sendo questionados e a história poder ser contada a partir do ponto de vista de oprimidos, é algo que, para o ideólogo do governo Bolsonaro, deve ser extirpado, e, mais uma vez, a culpa é dos intelectuais e professores que enganam e seduzem alunos que não possuem nenhuma agência individual, tal qual pregado, não coincidentemente, pelo Escola Sem Partido. Sobre isso, Olavo de Carvalho, em uma entrevista sobre o seu livro *O Imbecil Coletivo* (1996), diz:

Muitos pretensos educadores, hoje, dedicam-se a produzir isso e nada mais, e se acham grandes benfeitores da humanidade quando conseguem envenenar a alma de um adolescente contra os pais, contra a História, contra tudo, exceto, é claro, contra eles mesmos — os manipuladores bem protegidos atrás de um muro de malícia.¹²²

A ideia principal do seu livro *O Imbecil Coletivo* é a de que os intelectuais brasileiros, assim como os professores, durante praticamente todo o século XX, seriam influenciados por modas intelectuais e por isso mesmo,

¹²¹ A fala de Goebbels, que inspirou o ministro de Bolsonaro foi: “A arte alemã da próxima década será heróica, será de um romantismo ferrenho, será objetiva e sem sentimentalismos, será nacional com um grande *pathos* e será, ao mesmo tempo, igualmente obrigatória e vinculante, ou não será nada.”

¹²² <http://old.olavodecarvalho.org/textos/educacao.htm>. Educação e Consciência. Acesso em 21 de jul. 2020.

acabariam quase todos pensando da mesma maneira, não dando espaço para o novo e para o pensamento contra hegemônico:

“Educação jornalística” consiste, sumariamente, em selecionar os temas e autores segundo o destaque momentâneo que recebem na mídia. Você sabe quem era o autor mais lido e estudado nas nossas escolas secundárias por volta de 1910? Um tal de Pelino Guedes, que o tempo sepultou irremediavelmente, como amanhã sepultará Zuenir Ventura, Frei Betto, Leonardo Boff e todas essas nulidades esplêndidas que, por mero espírito de patota política solidária, o lobby da mediocridade esquerdista impinge aos nossos meninos de escola. Lendo Lima Barreto, nos escandalizamos com o fato de que nossos bisavós pudessem ter dado mais atenção a Pelino Guedes do que a ele. E a atual geração de professores, que prefere Zuenir Ventura a Alberto da Cunha Melo, Caetano Veloso a Bruno Tolentino, será objeto de riso dos nossos bisnetos¹²³¹²⁴.

Além disso, Olavo de Carvalho defende que o pensamento crítico não é compatível com a educação de crianças e adolescentes, que não teriam capacidade para diferenciar ideologias, sendo facilmente manipuláveis, algo que coincidentemente ou não, é o mesmo discurso do Escola Sem Partido e de seus defensores. A ideia de que o jovem é uma vítima, passivo e impotente diante da educação que ele recebe é uma ideia recorrente. Olavo de Carvalho também acredita que o jovem não tem condições de discernir realidade de fantasia, portanto não há que se falar em pensamento crítico na juventude:

A filosofia é a reflexão crítica sobre o conhecimento e a cosmovisão. Ela pressupõe conhecimentos extensos, experiência da vida e um certo patrimônio de opiniões formadas que possam se tornar objeto de discussão. Sem isso, a discussão filosófica não tem matéria-prima e se torna puro confronto retórico vazio. Logo, não é atividade para crianças. O ensino da filosofia na escola secundária logo degenera em pura troca de opiniões, quando não em doutrinação ideológica rasteira¹²⁵.

¹²³ Poeta e intelectual brasileiro. Era opositor do movimento modernista e da poesia concreta. Foi um defensor das formas clássicas e tradicionais na poesia

¹²⁴ <https://olavodecarvalho.org/educacao-e-consciencia/>. Acesso em 30 de maio 2020.

¹²⁵ <https://olavodecarvalho.org/educacao-e-consciencia/>. Acesso em 30 de maio 2020.

Dessa forma, percebe-se que Olavo de Carvalho é o ideólogo por trás tanto dos ministros da educação do governo Bolsonaro, do ex-secretário especial da cultura Roberto Alvin, do próprio Bolsonaro e de Miguel Nagib, idealizador do Escola Sem Partido, que inclusive na seção intitulada “Artigos” do site do movimento, traz algumas publicações de pensadores que influenciaram o ESP:

Divulgaremos neste espaço artigos relacionados à questão da instrumentalização do ensino para fins político-partidários e ideológicos. As páginas do EscolasemPartido.org estão abertas a todos os que tenham algo a dizer sobre o tema de que nos ocupamos, não importando a faixa do espectro político-ideológico em que se situem¹²⁶.

Penna e Salles (2017) consideram Olavo de Carvalho um dos percussores do pensamento reacionário do Escola Sem Partido. Eles elencam 15 artigos de Olavo de Carvalho escritos antes do surgimento no ESP que estão na seção “Artigos” do movimento. É digno de nota que o ideólogo é o intelectual mais citado pelo MESP:

Seguindo às datas originais de publicação, são esses “Neutralidade e ortodoxia” (1998), “Educação e consciência” (1999), “Ideário do abuso” (2000), “Consciência reprimida: duas notas” (2000), “O estupro intelectual na infância (carta de Miguel Nagib ao professor Iomar)” (2003) e “Engenharia da delinquência” (2003). Outros textos também reproduzidos pelo MESP surgem após sua fundação em 2004, também como republicações de outros portais: “Enquanto a Zé-lite dorme” (2006), “Uma glória da educação nacional” (2007), “Reação débil e tardia” (2007), “Um guru da educação brasileira” (2009), “Paranóia sociológica” (2009), “Educação e deformação” (2009), “Os novos demiurgos” (2009), “Viva Paulo Freire” (2012), “Bobinha” (2013), “Carta de um aluno” (2014) (PENNA e SALLES, 2017, p. 24).

Para efeito de análise sobre a influência de Olavo de Carvalho não só sobre o Movimento Escola Sem Partido, mas sobre toda a ideia de que o professor doutrina os alunos, analisarei o conteúdo de um artigo seu,

¹²⁶ <http://www.escolasempartido.org/artigos>. Acesso em 30 de maio 2020.

“Neutralidade e Ortodoxia” (1998), publicado no Jornal da Tarde, em 17 de setembro de 1998, ou seja, muito antes do surgimento do MESP. Cronologicamente, é o primeiro artigo de Olavo de Carvalho que aparece na seção “Artigos” do site. Isso e o fato dele, em 1998, já trazer todo o discurso que permeia o assunto até hoje é o motivo de eu escolhê-lo para análise. Olavo de Carvalho, nesse artigo, critica, a imparcialidade (segundo ele) com que os Parâmetros Curriculares Nacionais tratam o tema da sexualidade e, paradoxalmente, ainda segundo o ideólogo, com que é parcial quando trata do ensino de história e ciências sociais. Nos dois casos, os PCN’s doutrinariam os alunos: na questão da sexualidade, formariam degenerados em relação a práticas sexuais; no segundo caso, marxistas. Olavo de Carvalho abusa de argumentações falaciosas, criando falsas simetrias retóricas, ao comparar a homossexualidade à pedofilia, ideia que viria se repetir bastante nos discursos da extrema-direita, em particular, dos apoiadores do MESP e de Bolsonaro. Este, por sua vez, em 2011, ainda como deputado federal, ao comentar uma decisão do Supremo Tribunal Federal que reconheceu a união estável de casais homossexuais, disse: “O próximo passo será a adoção de crianças por casais homossexuais e a legalização da pedofilia”¹²⁷. Numa linguagem chula e sem método científico ou argumentação lógica honesta, o Olavo de Carvalho semeia falácias:

As novas diretrizes para a educação primária, emanadas do MEC em elegantes voluminhos coloridos sob o imponente rótulo Parâmetros Curriculares Nacionais, sugerem que, em matéria de instrução sexual, os professores devem assumir uma atitude de neutralidade moral verdadeiramente weberiana. Sem dizer uma palavra contra ou a favor, devem descrever diante da classe, com sublime indiferença científica, “as orientações sexuais existentes”, para que as criancinhas, livres de pressões autoritárias, “façam suas próprias opções”. Não sei o que é aí mais comovente: o respeito devoto pela liberdade dos infantes ou o rigor da isenção científica que inspira as diretrizes do ministério. Pergunto-me, apenas, quais e quantas seriam as orientações sexuais que viriam a merecer inclusão no currículo – um ponto de magna importância pedagógica sobre o qual o MEC nada nos informa. À luz da neutralidade axiológica e do rigor científico, porém, não haveria a menor justificativa para reduzi-las às três mais vulgares (hetero, homo e bi), excluindo as variedades minoritárias como o sadomasoquismo, a pedofilia, a coprofilia e a bestialidade (termo pejorativo que busca cobrir

¹²⁷<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/05/bolsonaro-proximo-passo-sera-legalizacao-da-pedofilia.html>. Acesso em 02 de jun. 2020.

de preconceituosa infâmia a prática do amor com vacas, jumentas e outras dignas criaturas do reino animal). A exclusão dessas práticas, além de ser cientificamente indefensável, resultaria numa autoritária limitação do leque de opções que a educação deve oferecer aos pimpolhos, que afinal são, porca miséria!, o futuro da Pátria¹²⁸.



Escola sem Partido
@escolasempartid

Nova História Crítica, de Mário Schmidt, um clássico da doutrinação. Figurou no guia do MEC por quase 10 anos; foi excluído em 2007 por apresentar, segundo o ministério, “problemas conceituais”. Chegou a vender 10 milhões de exemplares e foi lida por cerca de 30 milhões de alunos

← Sequência



11:39 PM · 13 de fev de 2019 · Twitter for iPhone

768 Retweets 2 mil Curtidas

É notório a menção, na fala de Olavo de Carvalho, do livro “Nova História Crítica”, de Mário Schmidt, que é um autor bastante citado pelo MESP em suas críticas a uma pretensa doutrinação marxista.

Boa parte da base ideológica do Movimento Escola Sem Partido advém de Olavo de Carvalho. Vemos, nos escritos do ideólogo, as ideias que orientarão o movimento: o aluno como sendo uma vítima passiva de doutrinação, não tendo real capacidade crítica; o professor como um militante de esquerda que só apresenta a visão que uma hegemonia cultural de esquerda prega; a ideia de que esse professor também foi uma vítima da doutrinação desde que foi aluno e por isso não consegue perceber isso; o discurso de que esse pensamento de esquerda quer tirar a inocência das crianças e subverter a moral familiar e cristã

¹²⁸ <https://olavodecarvalho.org/neutralidade-e-ortodoxia/>. Acesso em 02 de jun. 2020.

e a ideia de que o professor deve somente fornecer conteúdos para o aluno, cabendo à família o papel de educar, papel este que não seria da escola.

O Movimento Escola Sem Partido, a extrema-direita brasileira, em particular Bolsonaro e seus seguidores e Olavo de Carvalho, também possuem em comum o discurso de que há uma hegemonia cultural de esquerda e que cabe à direita expor e eliminar isso da educação e da cultura. Olavo de Carvalho acredita que a esquerda possui uma “estratégia gramsciana” de ocupação de espaços e que a suposta miséria intelectual que o Brasil vive tem origem nisso;

A “ocupação de espaços” não tem nada a ver com a luta das idéias, com o enfrentamento leal no campo dos debates públicos. Antes do advento dela, o intelectual de esquerda tinha de concorrer em pé de igualdade com seus adversários de direita, tinha de mostrar cultura, domínio do idioma e alguma seriedade. O gramscismo dispensou-o desse esforço, colocando em lugar da disputa de idéias a guerra pela conquista de posições. Daí por diante já não se trata de provar superioridade intelectual, mas de subtrair ao adversário todos os meios de concorrer. O gramscismo é a institucionalização do golpe baixo em lugar do debate intelectual. Daí por diante, o que leva o nome de “debate” é apenas a conversação interna entre militantes e simpatizantes do Partido, com alguma abertura para os indecisos e pusilânimes, mas sem nenhuma chance para o ingresso dos inconvenientes, sobretudo se altamente qualificados¹²⁹.

A ideia é a base do seu livro *O Imbecil Coletivo*, em que Olavo de Carvalho, a partir de uma visão muito subjetiva e ressentida, prega que os intelectuais de direita são perseguidos e excluídos da vida acadêmica no Brasil. Nota-se que isso não seria feito por incompetência ou falta de atendimento a critérios científicos e acadêmicos, mas simplesmente por perseguição político-ideológica, segundo o ideólogo. Dessa forma, na sua retórica inflamada, Olavo de Carvalho classifica “a apropriação de espaços pela estratégia gramsciana é uma atividade criminosa em altíssimo grau”; apropriação de espaços esta que - segundo ele e depois segundo seus seguidores, o MESP e políticos de extrema-direita – é realizada pelos intelectuais, artistas e professores brasileiros, daí o

¹²⁹ <https://olavodecarvalho.org/ocupando-espacos/>. Acesso em 02 de jun. 2020.

motivo de serem alvos de uma cruzada no governo Bolsonaro e de serem o objeto de expurgo do Movimento Escola Sem Partido.

Entre os alvos de suas denúncias, o mais citado, sem dúvida nenhuma, é Paulo Freire. Seus seguidores, na sua esteira, fazem o mesmo. Paulo Freire só é citado uma única vez nos tuítes analisados: “Que é que o Paulo Freire fez pela educação brasileira? Porra nenhuma. Não alfabetizou nem o Lula”¹³⁰. A postagem já reflete o tom belicoso contra o educador pernambucano, que é também citado em 18 artigos reunidos no site de Olavo de Carvalho. Na sua esteira, Bolsonaro já chamou o educador de “energúmeno” e “ídolo da esquerda”¹³¹. Nos tuítes analisados, Abraham Weintraub o cita 15 vezes e o MESP, 23 vezes. Essas citações falam da ineficácia no método de Paulo Freire, da doutrinação marxista que esse método promoveria, dos resultados ruins do Brasil no PISA serem culpa de uma educação brasileira de cunho freireano ou mesmo da aparência física do educador, como no caso de um tuíte de Abraham Weintraub, que em um comentário que beira ao pueril, disse – vendo o busto de Paulo Freire, patrono da educação brasileira, em frente ao Mec, disse:

“Após almoçar, olhando pela janela, vejo a lápide da educação em frente ao MEC e penso: achava impossível, mas Paulo Freire visto do alto é ainda mais feio. Ao menos o MEC já está decorado para o Halloween (dia das bruxas). Tragam as crianças para se divertirem com um bom susto!”¹³².

Apesar do humor duvidoso do ministro da educação de Bolsonaro, as menções a Paulo Freire tanto dele como de seu guru estão longe de serem só humor ou palavras ao vento:

Não desejo isso nem ao ex ministro da educação de Lula! Ele foi o responsável pelo mosaico de Paulo Freire em frente ao MEC. O Twitter

¹³⁰ <https://twitter.com/opropriolavo/status/1201897987854737409>. Acesso em 03 de jun. 2020.

¹³¹ Congresso reage a Bolsonaro e faz homenagens a educador Paulo Freire. <https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/12/17/>. Acesso em 03 de jun. de 2020.

¹³² <https://t.co/t4nT3fBJNc>. Acesso em 03 de jun. 2020.

abaixo explica em parte a última posição na América do Sul do Brasil em Ensino...¹³³

Há um ano ressaltai as escolhas ERRADAS do PT! Hoje o Japão tem hospitais, médicos e enfermeiros para tratar seus doentes. O Brasil tem estádios de futebol, antropólogos e filósofos! Viva Lula e Paulo Freire! Na época, o "jornalismo" padrão marinho/frias me massacrou. E Agora?¹³⁴

Vejam mais um material produzido, pela equipe do professor @CarlosNadalim, para seus filhos pequenos. No MEC do Presidente @jairbolsonaro tudo feito com a melhor técnica, baseada em critérios científicos, com amor, com carinho e, obviamente, SEM PAULO FREIRE!¹³⁵

Óbvio que Priscila Cruz/Todos Pela Educação é contra a escola cívico militar... e "Viva Paulo Freire"¹³⁶

Paulo Freire e kit gay não têm vez no MEC do Pres. @jairbolsonaro. Vejam uma amostra do formato/conteúdo do material que o professor @CarlosNadalim preparou para as crianças. Querem saber mais? Sigam o prof. @CarlosNadalim, o novo rosto (e o primeiro sorriso) do ensino no Brasil.¹³⁷

Vejam o exemplo do fracasso do "ensino" doutrinário no Brasil. Parabéns PT! Parabéns Paulo Freire! (Estou sendo irônico) O BRASIL É O PIOR COLOCADO NA AMÉRICA DO SUL!!! ÚLTIMO LUGAR!!!!¹³⁸

Devemos retirar o mural de Paulo Freire em frente ao MEC? Acho que deve ser mantido, até que o Brasil deixe de ser o PIOR país na América do Sul (PISA 2018). Paulo Freire representa o fracasso da educação esquerdista (FHC+PT). Um dia, o Brasil terá outro patrono da educação!¹³⁹

Olavo de Carvalho, como já dito, cita Freire em 18 dos seus artigos reunidos em seu site:

Vocês conhecem alguém que tenha sido alfabetizado pelo método Paulo Freire? Alguma dessas raras criaturas, se é que existem, chegou a demonstrar competência em qualquer área de atividade técnica, científica, artística ou humanística? Nem precisam responder. Todo

¹³³ <https://t.co/8gBz4cYxIA>

¹³⁴ <https://t.co/l2ArRVqJol>

¹³⁵ <https://t.co/MdcVozbH1L>

¹³⁶ <https://t.co/1xxBnvUDaZ>

¹³⁷ <https://t.co/hjPjL19fVK>

¹³⁸ <https://t.co/VBuY7zC8rP>

¹³⁹ <https://t.co/mNuTVu4sll>

mundo já sabe que, pelo critério de “pelos frutos os conhecereis”, o célebre Paulo Freire é um ilustre desconhecido¹⁴⁰.

A doença principal da educação brasileira foi a adoção do sistema de alfabetização chamado “socioconstrutivista”, criado inteiramente por estrategistas comunistas como Lev Vigotsky, Emilia Ferreiro e Paulo Freire para transformar as crianças em servos dóceis de um movimento político, com total desprezo pelo desenvolvimento real das suas capacidades. Hoje em dia está mais do que provado que o sistema socioconstrutivista destrói a inteligência das crianças e produz até mesmo lesões cerebrais. Os responsáveis pela adoção desse sistema são diretamente culpados pelo fracasso retumbante das nossas crianças, amplamente comprovado pelos testes internacionais. Esses homens não são educadores, são criminosos¹⁴¹.

Por intermédio dessa publicação e de outras análogas, os intelectuais ativistas faziam críticas ferozes ao que chamavam “educação tradicional” e infundiam nas professorinhas uma confiança ilimitada nos novos modelos que, a seu ver, dariam aos jovens brasileiros a educação ideal. Esses modelos traziam algo das idéias de Jean Piaget mas eram inspirados sobretudo nos ídolos pedagógicos do esquerdismo militante: Paulo Freire, Demerval Saviani, Emília Ferrero e, no fundo de tudo, Antonio Gramsci. Sinceramente: eu lia aquela porcaria toda e previa uma catástrofe¹⁴².

Na senda do seu ideólogo, o MESP também acusa Paulo Freire das mesmas coisas e lhe imputa um suposto fracasso da educação brasileira:

Esse é o verdadeiro legado de Paulo Freire: a “Pedagogia do oprimido” produziu os oprimidos pela pedagogia.¹⁴³

@Sen_Cristovam O problema da pedagogia de Paulo Freire não é a ineficácia dos meios, mas a torpeza dos fins.¹⁴⁴

Sem exagero, esse ex-senador do DF é um dos maiores charlatões que já passaram pela política nacional. Inimigo declarado do Escola sem Partido, ele foi no Senado o principal responsável pela vergonha de termos Paulo Freire como Patrono da Educação brasileira.¹⁴⁵

Ninguém tem + a ganhar com o ESP do que os professores idealistas q caíram no canto de sereia de Paulo Freire, e estão usando as salas

¹⁴⁰ DE CARVALHO, Olavo. Viva Paulo Freire! Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/viva-paulo-freire/>. Acesso em 03 de jun. 2020.

¹⁴¹ DE CARVALHO, Olavo. Teremos de impor o debate à Força. Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/olavo-de-carvalho-teremos-de-impor-o-debate-a-forca/> Acesso em 03 de jun. 2020.

¹⁴² DE CARVALHO, Olavo. O País mais Burro do Mundo. Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/o-pais-mais-burro-do-mundo/>. Acesso em 03 de jun. 2020.

¹⁴³ <https://t.co/Z6cSO2iB5g>

¹⁴⁴ <https://t.co/6Awa03eway>

¹⁴⁵ <https://t.co/Kf2ixG5Tjw>

de aula p/fazer a cabeça dos alunos, a pretexto de “construir um mundo melhor”. Isso nunca dá certo; e o q sobra, depois, é um profundo remorso.¹⁴⁶

Os maiores capitalistas do país gastam milhões p/sustentar uma organização q defende, com base na pedagogia do oprimido de Paulo Freire, uma educação revolucionária de viés anticapitalista (ver sequência). Enquanto isso, o ESP vai parar por falta de apoio.¹⁴⁷

Marx, Gramsci, Rosa de Luxemburgo, e o santo padroeiro do petismo, Paulo Freire.¹⁴⁸

Opa! Doutrinação de adultos era especialidade do “santo padroeiro” do petismo, Paulo Freire. Aliás, nisso consistia a essência do tal “método”, segundo a ex-deputada Sandra Cavalcanti.¹⁴⁹

Esses discursos não estão alinhados por acaso. Eles estão de acordo com a base ideológica de Olavo de Carvalho sobre a educação, a cultura, a política e mais especificamente, contra Paulo Freire; e mais uma vez, acusam das mesmas práticas que eles mesmos têm. No caso de Paulo Freire, este é acusado de ser agente de uma suposta revolução gramsciana, ou seja, através da ocupação dos espaços intelectuais e culturais, exatamente o que Olavo de Carvalho acredita que a extrema-direita deve fazer. Para tanto, repetem o discurso de ineficácia do método de alfabetização freireano e de sua pedagogia, usando como suposta prova os resultados obtidos pelo Brasil no Pisa, sem levar em consideração que nos últimos anos, o Brasil experimentou a universalização do acesso ao ensino médio, e com isso, apresentaram-se muitos desafios.

No entanto, por que Paulo Freire é tão atacado pela extrema-direita brasileira? Diferentemente do que é pregado por Olavo e seus seguidores, o educador pernambucano possui um grande prestígio internacional: sua obra mais famosa, *Pedagogia do Oprimido* (2016), escrita em 1968, é a terceira mais citada em trabalhos acadêmicos na área de humanidades em todo o mundo¹⁵⁰. “Freire é estudado em universidades americanas, homenageado com escultura

¹⁴⁶ <https://t.co/vFK45Dd66a>

¹⁴⁷ <https://t.co/fRIK5P8Wzc>

¹⁴⁸ <https://t.co/B6dz4nlMrv>

¹⁴⁹ <https://t.co/pkdPPJ3UMt>

¹⁵⁰ Paulo Freire: como é visto no exterior o legado do educador brasileiro. <https://educacao.uol.com.br/noticias/bbc/2019/01/12/paulo-freire-como-e-visto-no-externo-o-legado-do-educador-brasileiro.htm>. Acesso em 03 de jun. 2020.

na Suécia, nome de centro de estudos na Finlândia e inspiração para cientistas em Kosovo”¹⁵¹.

Paulo Freire criou um método de alfabetização de adultos baseado nos contextos e conhecimentos de cada comunidade, respeitando as experiências de vida de cada educando. Aplicou o método pela primeira vez em um grupo de 300 trabalhadores de canaviais em Angicos, no Rio Grande do Norte. A alfabetização destes ocorreu em tempo recorde: 45 dias.

No entanto, mais do que um método de alfabetização de adultos, o modelo de educação que Freire havia desenvolvido, ao usar as experiências de cada indivíduo como ponto de partida para o aprendizado, ajudava a também desenvolver neste uma consciência de seu lugar no mundo; sendo indivíduos que eram oprimidos historicamente por um sistema econômico-político, não demorou muito para que estes mesmos indivíduos desenvolvessem um senso crítico em relação à sua condição de opressão. Dessa forma, não é de se surpreender que aqueles que possuem um projeto de educação acrítico e que naturalize as condições de desigualdade vejam na educação freireana um perigo para seus planos de hegemonia e para as próprias relações sociais que os mantêm em suas posições de privilégio, seja de classe, seja de raça, seja de gênero ou de orientação sexual; eles veem qualquer crítica à manutenção dessa ordem como um perigo de desagregação social. Sobre isso, o educador pernambucano escreveu em sua obra mais célebre:

Certa vez, em um desses cursos, de que fazia parte um homem que fora, durante longo tempo, operário, se estabeleceu uma dessas discussões em que se afirmava “a periculosidade da consciência crítica”. No meio da discussão, disse este homem: “Talvez seja eu, entre os senhores, o único de origem operária. Não posso dizer que haja entendido todas as palavras que foram ditas aqui, mas uma coisa posso afirmar: cheguei a esse curso *ingênuo* e, ao descobrir-me ingênuo, comecei a tornar-me *crítico*. Esta descoberta, contudo, nem me fez mais fanático, nem me dá a sensação de desmoronamento” (FREIRE, 2016, p. 32, grifo do autor).

¹⁵¹ Idem.

A educação de Freire (2016) não é uma “educação bancária”, que não tem o compromisso com o educando, mas sim com o conteúdo repassado. Antes, é uma “educação dialógica”, que se dá na construção do conhecimento partilhado com o educando, que sente-se sujeito ativo do processo de aprendizagem, portanto é uma educação inclusiva e não elitista, justamente o contrário de modelo de educação que Olavo de Carvalho, MESP, Bolsonaro e seus apoiadores pregam.

Dessa forma, os seus detratores estão corretos em um aspecto da educação de Paulo Freire: não é uma educação despolitizada, tampouco elitista ou que privilegie as padronizações; e é justamente no primeiro ponto que reside o perigo para poderes instituídos ou que querem instituir-se à revelia do pensamento crítico e bem fundamentado de um povo, isto é, a educação freireana é problematizadora, e talvez, ironicamente, tenha sido responsável, em parte, pelo pensamento crítico, mesmo que enviesado por ideias não científicas e argumentos falaciosos, dos seus próprios detratores, muitos deles, educados dentro de um sistema inspirado no sócio-construtivismo de Piaget e na educação problematizadora de Freire.

No entanto, o MESP, Bolsonaro, seus apoiadores e Olavo de Carvalho tentam fundamentar seus argumentos contra Paulo Freire na suposta culpa de um presumido fracasso da educação brasileira em testes internacionais, como o Pisa e na falta de profissionais da Medicina, Enfermagem e outras áreas consideradas verdadeiras ciências por eles. Será que isso é verdadeiro?

Os resultados do Brasil no PISA são constantemente divulgados por quem quer provar que a educação brasileira está muito mal. O motivo, segundo a extrema direita brasileira, é ideológico: a educação brasileira teria um viés excessivamente “esquerdista”, aplicando a metodologia de Paulo Freire, que, na verdade, seria um método de doutrinação. Primeiramente, entendamos o que é o PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes): ele é o principal teste internacional que mede os níveis de compreensão de leitura, de matemática e de ciências de alunos da educação básica de 79 países membros

da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O teste foi aplicado com mais de 600 mil alunos da educação básica desses países. O Brasil, em 2018, último ano com os dados divulgados, ficou em 57º lugar entre os 77 países e regiões com notas disponíveis em leitura, na 70ª posição em matemática e na 64ª posição em ciências, a mesma de Peru e Argentina. O Brasil, nas três áreas fica atrás de países latino americanos como Costa Rica, Chile e México. Supera, entretanto, Colômbia e Peru em leitura e a Argentina em leitura e matemática. Os resultados evidentemente não são satisfatórios, mas desmentem o que o ministro da educação afirmou um pouco antes da divulgação destes, que o Brasil ficaria em último, evidentemente, segundo este, devido a “abordagens esquerdistas” na educação¹⁵².

É um erro ater-se aos números sem, no entanto, fazer uma análise cuidadosa dos métodos empregados na obtenção dos resultados dos testes internacionais, em particular, o PISA. Em primeiro lugar, há que se questionar a própria eficácia do teste, que não leva em consideração os contextos de cada país, como a desigualdade social, que deve ser levada em consideração na hora de considerar-se os resultados do teste. No Brasil, por exemplo, a diferença de resultado dos alunos com maior poder aquisitivo em relação àqueles de menor poder aquisitivo foi de 97 pontos, o que equivale a três anos de estudo de diferença entre alunos que possuem a mesma escolaridade, pelo menos formalmente. Essa diferença superou até mesmo a média da OCDE, que é de 87 pontos¹⁵³. Ratier (2018), citando Daunay e Bart (2018), também cita as desigualdades econômicas, sociais e culturais entre os países como entraves para um correto diagnóstico da educação para a formulação de políticas públicas nessa área. Além disso, os autores citam uma “coleção de impropriedades volumosa” nos critérios que orientam o PISA. Citam clichês, generalizações e até preconceitos e estereótipos relacionados à origem dos alunos. Citando o texto de 2014 que apresentou os resultados, eles dizem:

¹⁵² Brasil deve ficar em último em prova internacional, diz Weintraub. <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/11/20/pais-deve-ficar-em-ultimo-em-prova-internacional-diz-weintraub.htm?> Acesso em 03 de jun. 2020.

¹⁵³ 5 fatos que ajudam a entender o desempenho do Brasil no PISA. <https://educacaointegral.org.br/reportagens/o-desempenho-do-brasil-no-pisa/>. Acesso em 03 de jun. 2020.

A coleção de impropriedades é volumosa. Em publicação do PISA de 2011, o senso comum: "Para serem eficazes, os sistemas educacionais devem poder contar com pessoal competente e talentoso, meios pedagógicos e infraestruturais adequados, bem como alunos motivados e dispostos a aprender" – algo, de fato, bastante óbvio; em texto de 2014, a generalização: "Nos países cuja cultura é inspirada pela tradição confuciana, os alunos, os pais e os professores atribuem um grande valor à educação e ao sucesso escolar, e numerosos observadores estimam que essa especificidade cultural oferece uma grande vantagem a esses países" – o próprio PISA admite que nem todas as nações com esse background¹⁵⁴.

Em relação à eficácia do teste, ainda pode-se mencionar que a própria aplicação do teste é cheia de falhas, o que evidentemente pode afetar o resultado. Os autores dizem que o modo de escrever do PISA é pouco científico e filosófico, já que não trabalha a problematização, mas tem certos conceitos como naturais e certos, o que, segundo os autores, é autoritário e fecha as portas a divergências, que é justamente o oposto que a ciência deveria fazer. Dessa forma prejudica-se estudantes que tenham um pensamento crítico e propenso a problematizações, caso dos estudantes brasileiros. Ademais,

A dupla francesa não está isolada na crítica. O exame vem sendo questionado desde sua primeira edição, em 2000. Alguns aspectos recorrentes: o PISA avalia competências e não disciplinas, que é como as escolas apresentam o conhecimento; o recorte da amostra de alunos por idade e não por grau de escolaridade dificulta a comparação entre nações (países com alta distorção idade-série e repetência, como o Brasil, podem ser prejudicados); há muitos segredos em relação às escolhas metodológicas e dados relevantes do exame, sobretudo questões da prova (a OCDE revela poucas delas). A divulgação dos resultados também é alvo de reparos¹⁵⁵.

Além dos problemas relacionados ao próprio teste internacional, pode-se mencionar também os gastos em educação do Brasil, que estão abaixo da média dos países da OCDE: a média anual de gastos por aluno dos países

¹⁵⁴ PISA: muita importância para uma avaliação questionável. <https://rodrigoratier.blogosfera.uol.com.br/2019/12/03/pisa-muita-importancia-para-uma-avaliacao-questionavel/>. Acesso em 03 de jun. 2020.

¹⁵⁵ Idem.

membros da OCDE é de US\$ PPC 9.489,00 (1,9 vezes maior que a do Brasil), contra uma média brasileira de US\$ PPC 5.113,00 de gastos anuais por aluno, fato já abordado neste trabalho. Dessa forma, pode-se perceber que os problemas da educação brasileira, que são abundantemente tratados em pesquisas científicas, tanto realizadas no Brasil como no exterior, se dão por uma série de fatores, que incluem uma maior parcela da população que chega ao fim do ensino médio, o que gera não só maiores gastos, mas também didáticas adaptadas para esse contexto e investimentos em educação baixos, ainda agravados por políticas neoliberais como a emenda constitucional que instituiu um teto de gastos públicos, no governo Temer. Ademais, esses investimentos estão bem abaixo aos dos países da OCDE, com os quais o Brasil é comparado em testes como o PISA, que possuem inúmeros problemas metodológicos. Nessa perspectiva, é evidente que os problemas na área da educação que o Brasil enfrenta nada tem a ver com o método de Paulo Freire ou uma ideologização sistêmica.

Apesar do Movimento Escola Sem Partido ter, em grande parte de sua base ideológica, o pensamento de Olavo de Carvalho, o movimento não passa ileso às críticas do seu grande ideólogo, que acusa o MESP de ser excessivamente legalista: “O problema com o Escola Sem Partido é o seu fundo positivista inconsciente. O mesmo problema do governo militar.”¹⁵⁶. Para Olavo de Carvalho, o MESP, com isso, tem uma estratégia voltada somente para criação de lei em território nacional, quando deveria focar mais em uma criação de um movimento internacional de um pensamento de direita, que não estivesse tão concentrado em leis, mas sim na cultura que poderia criar nas escolas.

É interessante notar que há, na retórica de Olavo de Carvalho (que é a mesma da extrema-direita brasileira), um jogo de acusação que esconde o próprio fato de que a extrema-direita pretende usar a estratégia gramsciana de ocupação de espaços e de construção de uma “intelectualidade orgânica” para conseguir uma hegemonia cultural que garantiria sua permanência no poder político também. É mister compreender que essa intelectualidade de direita vem

¹⁵⁶ <https://twitter.com/opropriolavo/status/1110174771810127872>. Acesso em 02 de jun. 2020.

se consolidando no debate público a partir dos anos 2000 e catapultada pela oposição a um governo que se declarava de esquerda, o do PT, encontrou sua parcela de leitores e seguidores. Reinaldo Azevedo, que possui um artigo a menos que Olavo de Carvalho no site do MESP; Marco Antônio Vila, Rodrigo Constantino e Diogo Mainardi são alguns exemplos. Aqui evitarei juízos de valor quanto ao uso do termo “intelectual”, por isso usarei o conceito de Gramsci de “intelectual orgânico”, que pode também ser aplicado a esses pensadores que pensam a direita: A ideia marxiana de que o intelectual estaria ligado a uma práxis, ou seja, estes não são só ligados a ideias ou palavras, mas são “intelectuais politicamente compromissados com o próprio grupo social para fazer e escrever a história” (SEMERARO, 2006, p. 374). Gramsci então elabora a ideia de intelectual orgânico, que mais do que simplesmente viver para a iluminação científica positivista, teria papel militante dentro do seu grupo social, para levá-lo a uma posição de poder:

Todo grupo social, ao nascer do terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria também, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que conferem homogeneidade e consciência da própria função não apenas no campo econômico, como também no social e político: o empresário capitalista gera junto consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito etc (GRAMSCI, 1975, p. 1513).

Assim, deve-se reconhecer que a extrema-direita, a despeito da qualidade intelectual, da honestidade retórica ou da veracidade científica duvidosa, tenta, desde Olavo de Carvalho e depois com alunos e ex-alunos seus, como Rodrigo Constantino, construir um pensamento de direita fundamentado em alguns valores; valores estes que seriam amplamente veiculados e naturalizados no debate público, até que o seu projeto de poder se concretizasse, como de fato se concretizou, com a eleição de Jair Messias Bolsonaro e com a sua massa de seguidores fieis, que reproduz as ideias do seu ideólogo, Olavo de Carvalho.

Nessa perspectiva, nota-se que a acusação da extrema-direita, na verdade, é mais um artifício retórico que tenta imputar um posicionamento ideológico à esquerda que a própria direita quer implementar, a saber, uma hegemonia cultural e um aparelhamento do estado para que ideais de extrema-direita sejam aprendidos na escola e veiculados por artistas, com a desculpa de que esses seriam os verdadeiros ideais brasileiros: a família, a religião cristã e a pátria.

Como já tratado antes, Olavo de Carvalho exerce uma influência considerável sobre o governo Bolsonaro, em especial em pastas como a da Educação e a da Cultura, o que não se é de admirar, já que essas são áreas particularmente sensíveis para o pensamento de Olavo de Carvalho, que é essencialmente gramsciano, ou de uma revolução cultural através da ocupação de espaços de poder simbólico e de consagração intelectual. No entanto, dentro do governo Bolsonaro, no que concerne à educação, Olavo de Carvalho e a área ideológica dividem espaços com a ala militar. As duas alas, que são em si ideológicas, possuem pontos de encontro e pontos de discordância, às vezes disputando espaço dentro do governo.

3.3. A “ALA MILITAR” DO GOVERNO BOLSONARO E SUA CONCEPÇÃO DE DOCTRINAÇÃO IDEOLÓGICA DENTRO DA EDUCAÇÃO

No que diz respeito à educação, a ala militar do governo Bolsonaro sempre foi mais discreta do que a ala olavista. Na verdade, ela só aparece nessa área por obra do próprio Jair Bolsonaro, que faz questão de lançar o seu projeto de escolas cívico-militares. Esse projeto, aliás, é elogiado pelo próprio Olavo de Carvalho e empreendido pelo ministro da educação Abraham Weintraub. Sobre o projeto e sobre sua ideia sobre o papel do Estado na educação, em um vídeo, o ideólogo

chega a questionar a necessidade de existência do Ministério da Educação e chama de "mágica" uma proposta apresentada por Bolsonaro na campanha, de ampliar as escolas militares, que segundo o presidente teriam melhor qualidade no ensino que as escolas tradicionais. "Isso é uma bobagem. O erro essencial é a ideia de que o Governo central tem que educar a nação. É uma ideia comunofascista que Getúlio Vargas pôs na cabeça do brasileiro"¹⁵⁷.

Assim, as escolas cívico-militares são uma iniciativa do Ministério da Educação no governo Bolsonaro. A pretensão é implantar o modelo em 216 escolas no Brasil até 2023, 54 por ano. Militares da reserva serão os responsáveis pela gestão, mas também atuarão com os civis na parte pedagógica¹⁵⁸. A forma como isso se dará não ficou evidente. Na seção "Perguntas e Respostas" do site escolacivicomilitar.mec.gov.br, em resposta à pergunta "Os militares ocuparão os lugares dos professores e diretores?", o MEC diz: "Os militares não ocuparão cargos dos profissionais da educação previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e outras legislações educacionais"¹⁵⁹. A previsão é a contratação, no primeiro ano de implantação, de 540 militares da reserva para isso¹⁶⁰. Os estados e municípios podem aderir voluntariamente ao programa, embora haja a obrigação de todos os entes federativos participarem. Os critérios para a adesão ao programa são estes:

Escola em situação de vulnerabilidade social e com baixo desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB);

Escola localizada na capital do estado ou na respectiva região metropolitana;

Escola que ofereça as etapas Ensino Fundamental II e/ou Médio e, preferencialmente, atenda de 500 a 1000 alunos nos dois turnos;

¹⁵⁷ https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/10/politica/1547145578_294383.html. Os tentáculos de Olavo de Carvalho sobre 57 milhões de estudantes brasileiros. Acesso em 02 de jun. 2020.

¹⁵⁸ <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/>. Acesso em 04 de jun. 2020.

¹⁵⁹ <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/perguntas-e-respostas>. Acesso em 04 de jun. 2020.

¹⁶⁰ MEC vai Contratar 540 Militares da Reserva para as Escolas Cívico-Militares. https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_educacaobasica/2020/01/28/interna-educacaobasica-2019,823942/mec-vai-contratar-540-militares-da-reserva-para-escolas-civico-militar.shtml. Acesso em 04 de jun. 2020.

Escola que possua a aprovação da comunidade escolar para a implantação do modelo.

As escolas que desejarem participar do Programa precisarão manifestar interesse junto à sua secretaria de educação, que conduzirá um processo de escolha.

Nos estados em que não houver adesão, serão selecionados municípios voluntários para aderirem ao Programa¹⁶¹.

No entanto, o programa não andou a contento, mesmo com a meta tímida de 216 escolas a serem alcançadas por esse modelo. Não é minha intenção fazer uma análise do modelo ou de como e por que ele foi implantado inclusive por iniciativa de estados, como o de Goiás, mas sim entender como a lógica militar para a educação inclui também a ideia de uma guerra cultural, em que professores, intelectuais e artistas são perseguidos; uma pretensa batalha de valores patrióticos contra valores anti-patrióticos, ou de capitalismo contra comunismo, ou de valores tradicionais e familiares contra a falta destes.

Para entender essa lógica, é necessário que voltemos a 1979, ano em que começam as pesquisas para a publicação do livro “Brasil Nunca Mais” (2011), que relatava em detalhes como funcionava o mecanismo de repressão política da Ditadura Militar, que prendia, torturava e matava. O livro foi um grande sucesso editorial em uma época de reabertura política e em que muitas pessoas no Brasil, por mais que tivessem ideia sobre o que se passava no regime militar, não tinham a verdadeira noção do quanto o sistema de detenções políticas, tortura e morte era orgânico e sistêmico dentro do Estado brasileiro no período ditatorial. Os militares mais ressentidos com a obra decidiram então fazer um livro que contestasse a história de Brasil Nunca Mais, e, por isso, começam a elaborar o “Orvil” – livro, ao contrário – já que se propunha a ser uma visão antagônica à de uma chamada “esquerda”, que teria produzido e fomentado o livro Brasil Nunca Mais. O Orvil, oficialmente tem o título de O Livro Negro do Terrorismo no Brasil (2012) e exporia de forma sensacionalista e paranoica como um suposto comunismo tentaria se infiltrar no Brasil desde 1922. Essa paranoia de setores militares teria sido alimentada pela Intentona Comunista de 1935, que

¹⁶¹ <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/adesao>. Acesso em 04 de jun. 2020.

seria uma tentativa de instauração do Comunismo no Brasil através das armas. No entanto, segundo os autores do Orvil, essa seria somente mais uma de várias tentativas, que incluiriam até uma incipiente guerrilha armada na época da Ditadura Militar. O livro, em sua última parte, que é a que nos interessa aqui, fala de uma última tentativa de uma revolução comunista: a “Revolução Cultural”, que não usaria armas no sentido tradicional, mas sim os sistemas educacionais, a cultura e a mídia. Usando ideias inclusive de Gramsci, os militares afirmam, neste livro, que embora eles tenham estado no poder político, nunca venceram a guerra cultural, que é travada, sobretudo nas universidades.

O relatório usa as expressões “trabalhos de massas” e “trabalho psicológico”, denuncia um suposto uso de propaganda, agitação e infiltração pela esquerda, inclusive apelando ao sistema de educação. “Os donos da opinião pública determinam muito mais os acontecimentos do que os donos de fábricas ou os chefes militares”, diz o texto.¹⁶²

O Orvil traz a mesma narrativa da história contada pela produtora de filmes de direita Brasil Paralelo, isto é, a de que os militares tomaram o poder para impedir um golpe comunista e que foram bem sucedidos nisso, porém, na “guerra cultural” saíram perdendo, pois todo o meio cultural e acadêmico foi cooptado pela esquerda. Essa narrativa é a mesma não só do Escola Sem Partido, mas de toda a extrema direita, inclusive a de Jair Bolsonaro, seus filhos e de Olavo de Carvalho, que já agradeceu em vídeo, em 2015, à família Bolsonaro pelo presente que recebera: um exemplar do Orvil. A narrativa do livro, de Olavo de Carvalho, de Bolsonaro e seus apoiadores e do MESP não coincidentemente se entrelaçam e se assemelham. Dessa forma, as alas militar e ideológica do governo Bolsonaro, a despeito de suas diferenças, a saber, um maior pragmatismo da primeira em relação à segunda, concordam com a narrativa de que a esquerda domina a educação brasileira como parte de um projeto de revolução cultural e que por isso mesmo, os rumos ideológicos da

¹⁶² <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/05/orvil-livro-secreto-da-ditadura-inspira-guerra-cultural-de-bolsonaro.shtml>. Orvil, Livro Ultrassecreto da Ditadura Inspira Guerra Cultural de Bolsonaro. Acesso em 05 de jul. 2020.

educação devem ser mudados. No caso dos militares, ou pelo menos de Bolsonaro, isso poderia acontecer através do sucesso de escolas cívico-militares; no entanto, o projeto praticamente não saiu do papel.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o debate sobre as intenções políticas por detrás do ato de educar não seja novidade, o assunto entrou na pauta do debate público nos últimos anos no Brasil, incorporando um debate ideológico e político a respeito da função social do ensino e das escolas do País. O professor, em nosso país, primeiramente visto como o detentor do conhecimento e uma autoridade na sua disciplina durante séculos, passou a ter essa posição questionada por diversos fatores. Não foi minha intenção neste trabalho falar dos fatores relacionados à pedagogia ou à didática que levaram a essa mudança de imagem por parte do docente, mas sim, as mudanças políticas, históricas, estruturais e discursivas que concorreram para que a imagem do profissional da educação fosse de uma figura de prestígio e respeito para uma figura da qual se tem desconfiança devido a supostas intenções de doutrinação de seus alunos.

Para que isso tenha ocorrido, mostrei que há uma desvalorização do magistério, não só em relação ao salário, mas também em relação à imagem que a sociedade possui do professor. A isso soma-se um contexto de crescimento das ideologias associadas à extrema direita, o que não é somente nacional, mas também mundial. Esse crescimento da extrema direita no mundo não foi objeto de análise neste trabalho, que se preocupou com o contexto nacional e suas implicações para o trabalho do docente. No entanto, faz-se necessário entender, em trabalhos futuros, as relações ideológicas entre os diversos atores da extrema direita mundial, vide o crescimento desta corrente político-ideológica nos Estados Unidos da América e na Europa, em especial em países onde esta venceu eleições nacionais, como Hungria, Polônia e Turquia.

Aqui no Brasil, a direita, não necessariamente a extrema direita, veio se fortalecendo ao longo dos anos, inclusive ainda no final século XX, com a criação de institutos e *think tanks*, como o Instituto Liberal e o Instituto Millenium. A criação de *think tanks* de direita contribuíram para a formação de um pensamento neoliberal dentro das universidades, o que foi, de fato, mais bem sucedido do que qualquer batalha ideológica aberta dos pensadores de extrema direita como Olavo de Carvalho.

No entanto, foi somente com o enfraquecimento da esquerda no Brasil, catalisada com escândalos de corrupção amplamente veiculados pela grande mídia, que políticos de extrema direita como Jair Bolsonaro e ideólogos como Olavo de Carvalho encontraram terreno fértil para espalhar as suas ideias, que já vinham sendo difundidas entre um pequeno número de pessoas, mas que, com os acontecimentos que enfraqueceriam a esquerda, passaram a se espalhar por uma considerável parcela da população. As redes sociais foram de fundamental importância para que as ideias de extrema direita fossem espalhadas, através dos mesmos atores políticos, que se valeram de estratégias discursivas e informacionais para a disseminação dessas ideias.

Na esteira disso, o Movimento Escola Sem Partido surge como o braço ideológico de um movimento social maior, que via na intelectualidade brasileira e nas suas instituições de ensino um projeto da esquerda de revolução cultural, como Olavo de Carvalho, o principal ideólogo do MESP e o Orvil, livro dos militares que trazia o mesmo tema, tanto alardeavam. Nesse interim, o MESP age por duas frentes, o que seria o modelo de ação do governo Bolsonaro em relação a educadores também: primeiramente, na frente da tentativa de conscientização de estudantes e de seus pais sobre os perigos de uma suposta doutrinação por parte dos professores, e, por isso mesmo, pais e alunos deveriam estar atentos a isso e denunciar os docentes, principalmente para que estes sejam linchados virtualmente, com escárnio e discurso de ódio, através das redes sociais, que são o principal instrumento de divulgação das ideias do MESP.

A segunda frente de atuação do movimento é a político-partidária, com a proposição de leis que levariam as ideias do movimento para dentro das instituições do país. Nisso, conseguiram apoio dos políticos de extrema direita, que longe de desejarem uma educação neutra politicamente - o que não só não é possível como também não é desejável - queriam uma educação voltada para valores como a religião, a suposta família tradicional e conservadora e a pátria. O MESP, longe de rebater tal apoio, por este ser também partidário, o que anularia a ideia principal do discurso mais superficial do movimento, a neutralidade política, aceitou de bom grado esse fomento político e apoiou

inclusive a eleição de muitos deles, inclusive de Jair Messias Bolsonaro e de seus filhos, apoiadores abertos do movimento.

Apesar do apoio, o MESP foi caindo no ostracismo, principalmente com a posse de Bolsonaro, que paradoxalmente não colocou o MESP em evidência no seu governo, mas que implementou o programa ideológico do movimento, que era basicamente o mesmo de Olavo de Carvalho, ideólogo do governo e do MESP. Dessa forma, as ideias do movimento foram institucionalizadas, mas o MESP foi sendo esvaziado. Essas ideias foram amplamente veiculadas pelo principal ministro da educação de Bolsonaro, Abraham Weintraub. O ministro era “aluno” de Olavo de Carvalho, dando, inclusive, palestras em conferências de direita sobre as ideias do seu guru, todas estas aplicadas por ele mesmo, como a utilização do deboche ao invés do argumento, o discurso de ódio em redes sociais e principalmente, a ideia de que a educação brasileira estaria falida e que isso teria acontecido devido a um suposto “marxismo cultural” e a uma “ideologia de gênero”, bem como às ideias de Paulo Freire. No entanto, como visto, através de dados, a educação brasileira tem, ano após ano, recebido verbas per capita bem abaixo da média dos países membros da OCDE. Ademais, as próprias avaliações internacionais que medem o desempenho dos alunos carecem de metodologia que seja mais apurada, ou seja, que levem em consideração aspectos sócio-históricos e culturais dos países avaliados.

No momento de conclusão deste trabalho, Abraham Weintraub não é mais o ministro da educação do governo Bolsonaro, tendo saído após uma série de declarações contra as instituições democráticas do país. Bolsonaro continua presidente e o Ministério da Educação, na prática, está sem ministro há um mês e dez dias. O governo Bolsonaro não apresentou ainda nenhum projeto claro para a educação que não envolvesse ataques aos profissionais do magistério ou as incipientes escolas cívico-militares, que não saíram do papel, e mesmo que saíssem, atingiriam uma parcela ínfima do número de escolas do país e seriam um retrocesso na educação devido aos traços autoritários e pedagogicamente ultrapassados que apresentam.

Dessa forma, algumas perguntas (algumas delas bem antigas), já formuladas por Paulo Freire e por Darcy Ribeiro e em parte respondidas pelos dois, devem ser discutidas: a quem interessa o projeto de culpar os professores por um suposto fracasso na educação brasileira? A quem interessa inculcar na sociedade que os professores são doutrinadores comunistas e até imorais? A quem interessa uma sociedade que não tenha consciência crítica das opressões que sofre, sejam estas de classe, de gênero ou de quaisquer espécies? A quem interessa uma sociedade em que essas mesmas exclusões sejam apagadas artificialmente, ou seja, sendo excluídas do debate público, mas sem deixarem de existir?

Todas essas perguntas encontram uma mesma resposta, que pode ser genericamente respondida ao se dizer: “as elites”. Elites estas econômicas, ou mesmo as privilegiadas em questões de raça, de gênero ou de orientação sexual. Bertold Brecht, em sua frase “Não há nada mais parecido com um fascista do que um burguês com medo”, expõe bem esse medo dos privilegiados quando os oprimidos questionam seus privilégios. No entanto, para que haja esse questionamento, a educação é a chave; desse modo, o afeto autoritário tem como propulsor o medo de uma consciência, que não seria somente mais de classe, mas de todas as situações de opressão que produzem os “esfarrapados do mundo”, como disse Paulo Freire na dedicatória de seu livro *Pedagogia do Oprimido* (2016), que é a mesma deste trabalho, já prenunciando o motivo do medo e da reação aos professores: “Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e assim, descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam”.

5. BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor W; FRENKEL-BRUNSWIK, Else; LEVINSON, Daniel J.; SANFORD, Nevitt R. **The Authoritarian Personality**. Nova York: Harper, 1950.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

AMARAL, Adriana; FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

AMARAL, Adriana; RECUERO, Raquel; MONTARDO, Sandra Portella. Blogs: mapeando um objeto. In: AMARAL, Adriana; RECUERDO, Raquel; MONTARDO, Sandra (Orgs). **Blogs.com: estudos sobre blogs e comunicação**. São Paulo: Momento Editorial, 2009.

ARENDT, Hannah. [1968]. **Homens em Tempos Sombrios**. Trad. Ana Luisa Faria. Lisboa: Ed. Relógio d'Água, 1991.

ARENDT, Hannah. [1964]. **Eichmann em Jerusalém**. Trad. José R. Siqueira. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

ARENDT, Hannah. [1958]. **A Condição Humana**. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 10 ed., 2005.

ARISTÓTELES. **The Rhetoric and the Poetics of Aristotle**. New York: Random House, 1984.

ASSIS, Machado de. Conto de escola. In: **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol, 02, 1994.

BAKHTIN-VOLOSHINOV. (1929). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo, Hucitec, 1999.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. 5a ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 3. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, Ecléa. **Memória da cidade: lembranças paulistanas**. Estudos avançados, São Paulo, v. 17, n. 47, 2003.

BOTELHO, André; HOELS Maurício. Do Reflexo à Reflexividade. In: **Sociologias da Literatura**. São Paulo: Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 28, n. 3, 2016.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, Pierre, CHAMBOREDON Jean-Claude, PASSERON, Jean-Claude. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma Sociologia Reflexiva. In: BOURDIEU, Pierre. **Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Ofício de Sociólogo – Metodologia da Pesquisa na Sociologia**. Trad. De Guilherme João de Freitas Teixeira. 7ª ed. Petrópolis, Vozes, 2010.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 11 jul. 2019.

BRUNAGNO, Fabrício; CHAIA, Vera. **A Nova Polarização Política nas Eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook.** In: **Aurora: revista de arte, mídia e política.** São Paulo, v.7, n. 21, p. 99-129, 2014.

CAMPOS, F. **O Estado nacional.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A Nova Direita – Aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo.** 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COHN, Gabriel. Introdução. In: COHN, Gabriel. (Org.). WEBER, Max. **Sociologia.** São Paulo: Ática, 2004. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

COMPARATO, F. **Educação, estado e poder.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

DE CARVALHO, Olavo. **O Imbecil Coletivo - V1 - atualidades inculturais brasileiras.** Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade, 1996.

DEBRUN, M. **A Conciliação e Outras Estratégias.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

DIAS, Vanina C. **“Morando na Rede”:** novos modos de constituição de subjetividades de adolescentes nas redes sociais. Curitiba: CRV, 2016.

DUARTE, Fábio; QUANDT, Carlos; SOUZA, Queila (Orgs.). **O tempo das redes.** São Paulo: Perspectiva, 2008.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa.** São Paulo, Martins Fontes, 2000.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico.** São Paulo, Martins Fontes, 2007.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: Uma Introdução**. Trad. Silvana Vieira; Luís Carlos Borges – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analyzing Discourse. Textual Analysis for Social Research**. Londres: 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Izabel Magalhães, coordenadora da tradução, revisão técnica e prefácio – Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2001, 2008 (reimpressão).

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. SP: Difusão européia, 1974.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERNANDES, H. Prefácio. In: FLORESTAN, F. **Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1979.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Tradução: Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Ma-chado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad. de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo, Editora Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Nietzsche, Freud e Marx**. São Paulo: Princípio Editora, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GATTI, Bernardete Angelina. **Formação de professores no Brasil: características e problemas**. In: 1355Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out.-dez. 2010. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989, p. 13-41.

GENTILE, Fabio. **Fascismo, corporativismo e "autoritarismo instrumental" no pensamento de Oliveira Vianna**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA: MEMÓRIA E FUTURO, 10., 30 de agosto a 02 set. 2016. Belo Horizonte (MG). Anais... Belo Horizonte (MG), 2016.

GIDDENS, Anthony. **As Conseqüências da Modernidade**. Trad. de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOFFMAN, Erwin. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1975.

GONÇALVES FILHO, J. M; BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**. Turim: Einaudi, 1975.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GROS, Denise Barbosa. **Institutos Liberais e Neoliberalismo no Brasil da Nova República**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2003. (Teses FEE n.6).

HABERMAS, J. **A Nova Intransparência: A Crise do Estado de Bem-Estar Social e o Esgotamento das Energias Utópicas**. Novos Estudos CEBRAP, (18):103-14, 1987.

HABERMAS, J. **Soberania Popular como Procedimento: Um Conceito Normativo de Espaço Público**. Novos Estudos CEBRAP, (26):100-13, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

IBOPE INTELIGÊNCIA. **Redes sociais e mídias tradicionais são as fontes de informação com mais influência na escolha do presidente em 2018**. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/nyXd7b>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A “ideologia de gênero” existe, mas não é aquilo que você pensa que é**. In: CÁSSIO, Fernando (org). **Educação Contra a Barbárie. Por Escolas Democráticas e pela Liberdade de Ensinar**. São Paulo: Boitempo, 2019.

KRUPPA, Sonia M. P. A Educação em Disputa. Dossiê **A Educação diante da Catástrofe**. Revista Cult. São Paulo, ed. Bregantini, ano 22, nº 246, jun. 2019.

LAMOUNIER, B. Formação de um Pensamento Político Autoritário na Primeira República. Uma Interpretação. In: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Republicano. Vol. 9. 3a ed. Rio de Janeiro: Difel, 1985.

LEMONS, A. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2002.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** 2a ed., Rio de Janeiro: Editora 34, 1998.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LOPES, Sônia de Castro; MARTINEZ, Sílvia. **A emergência de escolas normais no Rio de Janeiro do século XIX: Escola Normal do Município da Corte e Escola Normal de Campos**. *Revista Brasileira de História da Educação*. Maringá: SBHE, n. 15, p. 53-77, 2007.

LOUZANO, Paula; MORICONI, Gabriela. Uma Guinada Equivocada na Agenda da Educação. In: **Democracia em Risco? 22 Ensaio sobre o Brasil de hoje**. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos Discursos**. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba, Criar Edições, 2015.

MIGUEL, Luis Felipe. A Reemergência da direita Brasileira. In: **O Ódio como Política – A reinvenção das direitas no Brasil**. 1 ed., São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

MILLS, Wright C. **A imaginação sociológica**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

MOREIRA, Marco Antônio. **Teorias de Aprendizagens**. São Paulo: EPU, 1995.

OLIVEIRA VIANNA, F. J. **Instituições Políticas Brasileiras**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Esther. Nova Direita Nas Ruas? Uma Análise Do Descompasso entre Manifestantes os Convocantes dos Protestos Antigoverno de 2015. IN: **Dossiê – As Direitas no Brasil**. *Revista Perseu – História, memória e política*. São Paulo, 2016, p.169-178.

PAIVA, Luiz Fábio Silva. **O Fenômeno Bolsonaro: Breves Notas sobre as Difíceis Lições de uma Democracia Em Movimento**. Fortaleza, 2018.

PEIRANO, Mariza. **A Favor da Etnografia**. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 1995

PELED-ELHANAN, Nurit. **Ideologia e Propaganda na Educação – A Palestina nos Livros Didáticos Israelenses**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo; Editora Unifesp, 2019.

PENNA, Fernando de Araujo e SALES, Diogo da Costa. **A Dupla Certidão de Nascimento do Escola Sem Partido: analisando as referências intelectuais de uma retórica reacionária**. In: **Arquivos, Documentos e Ensino de História: Desafios Contemporâneos**. Fortaleza: Editora da Universidade Estadual do Ceará, 2017.

PERELMAN, C. e OLBRECHTS-TYTECA, L. **O Império da Retórica**. Porto: Edições Asa, 1993.

PERELMAN, C. e OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado de Argumentação**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PLATÃO e FIORIN. **Lições de texto: leitura e redação**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1998.

POMPÉIA, Raul. **O Ateneu**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

RATIER, Rodrigo. **Precisamos saber o que a Base não é**. Nova Escola, São Paulo, 2018.

RAVITCH, Diane. **Vida e Morte do Grande Sistema Escolar Americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

RIBEIRO, D. **Sobre o óbvio**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ROCHA, Camila. *O Boom das Novas Direitas Brasileiras: financiamento ou militância?* In: **O Ódio como Política – A reinvenção das direitas no Brasil**. 1 ed., São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

RODRIGUES, Lea Carvalho. **Banco do Brasil: Crise de uma Empresa Estatal no Contexto de Reformulação do Estado Brasileiro**./Lea Carvalho Rodrigues. Campinas, SP: [s.n.], 2001.

SANTOS, Rubens Ribeiro dos. **Compêndio de Educação Moral e Cívica Problemas brasileiros**. Rio de Janeiro: Símbolo, 1973.

SANTOS, W. G. **Ordem Burguesa e Liberalismo Político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SANTOS, W. G. **Razões da Desordem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SCHWARZ, R. (org.). 1992. **Ao Vencedor as Batatas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SEMERARO, Giovanni. **Intelectuais “Orgânicos” em Tempos de Pós-Modernidade**. In: Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea**. In: Revista Brasileira de Educação, Nº 20, São Paulo, USP, 2002.

SILVA, Benedicto. (org). **Dicionário de Ciências Sociais**. Editora FGV, Rio de Janeiro, 1986.

SILVA, Cristiane Rubim Manzina, TESSAROLO, Felipe Maciel. **Influenciadores Digitais e as Redes Sociais Enquanto Plataformas de Mídia**. Trabalho apresentado no GP Conteúdos Digitais e Convergências Tecnológicas do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2016.

SILVA, R. **A Ideologia do Estado Autoritário no Brasil**. Campinas, UNICAMP, Tese de Doutorado em Ciências Sociais, 1998.

SILVA, R. **A Ideologia do Estado Autoritário Contra a Democracia**. Paper apresentado no II Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. São Paulo: PUC, nov. 2000.

SIMMEL, Georg. A Metrópole e a Vida Mental, In: VELHO, Otávio Guilherme (org), **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.

SIMMEL, Georg. **A natureza sociológica do conflito**, In: Moraes Filho, Evaristo (org.), Simmel, São Paulo, Ática, 1983.

Solano, Esther. **“A bolsonarização do Brasil”** In: Vários Autores (org.) **Democracia em crise? 22 ensaios sobre o Brasil Hoje**. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso: da Escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro, Leya, 2017.

SOUZA, Queila R. & QUANDT, Carlos O. Metodologia de Análise de Redes Sociais. In: F. Duarte; C. Quandt; Q. Souza. (Org.). **O Tempo das Redes**. São Paulo: Perspectiva, 2008, p. 31-63.

THERBORN, Goran. The Ideological Formation of Human Subjects. In: THERBORN, Goran. **The Ideology of Power and the Power of Ideology**. London: Verso, 1980. Cap. 1, p. 15-27.1980.

TORRES, A. **A Organização Nacional**. Brasília: Ed. UNB, 1982.

VAN LEEUWEN, Theo. **Introducing Social Semiotics**. Nova York/Londres, Routledge, 2005.

VEIGA, José J. **O Professor Burrim e as Quatro Calamidades**. São Paulo: Gobar Editora, 2008.

VIANNA, C.P. e UNBENHAUM, S. **O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988 – 2002**. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, p. 77-104, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a05n121.pdf>

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**, Parte 2. Trad. Augustin Wernet; Introdução à edição brasileira por Maurício Tragtenberg. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, Gabriel. (Org.). WEBER, Max. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 2004. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica Gabriel Cohn. Brasília, DF: UnB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WELLMAN, BARRY. “**Physical Place and Cyberplace: The Rise of Networked Individualism**”. In: International Journal of Urban and Regional Research, 1 (edição especial sobre redes, classe e lugar), 2001.

ZIZEK, Slavoj. **O Ano em que Sonhamos Perigosamente**. Trad.: Rogério Bettoni, 1ª ed., São Paulo, Boitempo, 2012.

6. ANEXOS

Anexo 1: Modelo de Notificação Extrajudicial do Escola Sem Partido

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Ao Sr. Fulano de Tal

Endereço (profissional)

CEP

Prezado Professor,

1. Na condição de pai de um dos seus alunos, dirijo-me a Vossa Senhoria para comunicar-lhe formalmente, em caráter premonitório, algumas de minhas apreensões e exigências relativamente à educação do meu filho. Faço-o de forma anônima para que ele não venha a sofrer nenhum tipo de represália.
2. Como sabe Vossa Senhoria, muitos professores se aproveitam da função docente e da audiência cativa dos alunos, para promover suas próprias concepções, opiniões e preferências políticas e ideológicas. Segundo pesquisa realizada em 2008 pelo Instituto Sensus, 80% dos professores reconhecem que seu discurso em sala de aula é “politicamente engajado”.
3. Utilizando como desculpa o argumento da inexistência da neutralidade na ciência, esses professores sentem-se desobrigados, profissional e eticamente, de fazer qualquer esforço para conhecer o outro lado de questões controversas existentes no campo da sua disciplina; e, como resultado, acabam aprisionando seus inexperientes alunos nas mesmas gaiolas ideológicas em que foram encerrados por seus professores.
4. A pretexto de incentivar o exercício da cidadania por parte dos estudantes, não são poucos os seus colegas de magistério que abusam da sua autoridade e ascendência sobre eles para incitá-los a participar de campanhas salariais (“em defesa da educação”), greves, passeatas, invasões e manifestações, transformando-os em massa de manobra a serviço dos seus próprios interesses corporativos ou políticos.

5. Há, ainda, os professores que, instigados pela burocracia do MEC e das secretarias de educação, se intrometem ilegalmente na formação moral dos alunos, com o alegado objetivo de combater o preconceito, a discriminação, a homofobia, a AIDS etc.

6. Esses abusos, infelizmente, vêm ocorrendo em todo o país, tanto nas escolas públicas, como nas particulares, sejam leigas ou confessionais, e não há razão para supor que não possam estar ocorrendo também em nossa escola.

7. Além de covardes e antiéticas, as condutas descritas constituem atos ilícitos, na medida em que violam a liberdade de consciência e de crença dos estudantes; contrariam os princípios constitucionais do pluralismo de ideias e da neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado; e ofendem o art. 12, item 4, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH), segundo o qual “os pais têm direito a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”.

8. A propósito, a Lei 4.898/65 considera crime de abuso de autoridade “qualquer atentado à liberdade de consciência e de crença”. Assim, o professor que se aproveita da presença obrigatória dos alunos para tentar impingir-lhes suas próprias ideias ou preferências ideológicas, políticas, religiosas ou morais pode ser processado e condenado a até 6 meses de detenção, além de perder o cargo e ficar impedido de exercer qualquer outra função pública pelo prazo de até três anos.

9. Junto com a liberdade e o cargo ou emprego, esses abusadores de crianças e adolescentes podem perder ainda o seu patrimônio, caso os pais dos seus alunos – que são muitos – decidam processá-los por danos morais. De acordo com o art. 206, § 3º, do Código Civil, eles têm até três anos para tomar essa decisão.

10. A Lei 9.099/95, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, facilita bastante o ajuizamento dessas ações. Dependendo do valor da causa, os pais sequer precisam estar representados por advogado: basta redigir uma petição demonstrando ao juiz a ocorrência do dano – que resulta, no caso, da mera violação à liberdade de consciência e de crença do estudante e/ou da

usurpação do direito assegurado aos pais pelo art. 12, item 4, da CADH – e pedir a condenação dos réus (o professor e/ou a escola) a repará-lo mediante o pagamento de determinada soma em dinheiro. E é de graça.

11. Por desconhecerem a Constituição Federal, muitos professores imaginam que o exercício da atividade docente está acobertado pela liberdade de expressão. Nada mais equivocado. Liberdade de expressão significa o direito de dizer qualquer coisa sobre qualquer assunto. É evidente que, se os professores desfrutassem desse direito em sala de aula, eles sequer poderiam ser obrigados (como são) a transmitir aos alunos o conteúdo da sua disciplina. A simples existência dessa obrigação já demonstra que o exercício da atividade docente é incompatível com a liberdade de expressão. Mas há mais: se o professor pudesse dizer em suas aulas qualquer coisa sobre qualquer assunto, a liberdade de consciência e de crença dos alunos – cuja presença em sala de aula é obrigatória – seria letra morta. Por essa razão, o que a Constituição assegura ao professor é a liberdade de ensinar, não a liberdade de expressão.

12. Não existe na legislação brasileira nenhuma lei válida que permita aos professores usar suas aulas para tentar “fazer a cabeça” dos alunos a respeito de questões políticas ou ideológicas, religiosas ou morais.

13. Ao contrário do que muitas vezes se pensa, o princípio constitucional da laicidade do Estado não só não autoriza, como impede que o sistema de ensino seja usado para depreciar, de forma direta ou indireta, os valores e os sentimentos morais associados a determinada tradição religiosa, por mais que eles se choquem com as convicções dos governantes ou dos professores. É que as religiões, como se sabe, têm a sua moralidade, e se o Estado deve ser neutro em relação a todas as religiões – como exige o princípio da laicidade –, ele não pode usar a sua máquina (funcionários, equipamentos, instalações etc.) para promover valores, comportamentos e atitudes que sejam hostis à moralidade dessa ou daquela religião. Por isso, com muito mais razão, não podem os professores se aproveitar dos seus cargos para tentar inculcar nos alunos os seus próprios valores morais, sejam eles quais forem.

14. Isto se aplica de modo especial ao campo da sexualidade humana, onde praticamente tudo é objeto de regulação estrita por parte da moral. Tome-se, por exemplo, a relação de temas cuja abordagem é sugerida ilegalmente pelo MEC, no caderno de orientação sexual dos Parâmetros Curriculares Nacionais: masturbação, homossexualidade, hermafroditismo, transexualismo, aborto, prostituição, erotismo, pornografia, desempenho sexual, disfunções sexuais, parafilias, gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis e questões de gênero. Ora, é praticamente impossível a um professor discorrer sobre esses assuntos em sala de aula, sem acabar afrontando, de uma só vez, o princípio da laicidade do Estado, a liberdade de consciência e de crença dos alunos e o direito dos seus pais a que eles recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

15. Nesse domínio, ademais, a linha que separa a ciência da moral, além de não ser muito nítida, pode variar de indivíduo para indivíduo, conforme o estágio de amadurecimento, a sensibilidade e a formação de cada um. Portanto, até mesmo para fazer uma abordagem estritamente científica, o professor deverá atuar com o máximo de cuidado, sob pena de desrespeitar o direito dos estudantes e o de seus pais.

16. É certo que Vossa Senhoria encontrará, em documentos e diretrizes curriculares do MEC e da secretaria de educação, fundamento para introduzir esses temas em suas aulas. Asseguro-lhe, no entanto, que nada disso tem valor diante do princípio constitucional da laicidade do Estado, da liberdade de consciência e de crença dos alunos e do direito dos pais a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções (CADH, art. 12, item 4), de modo que Vossa Senhoria não está obrigado a seguir essas determinações ou recomendações, em razão da sua manifesta ilegalidade.

17. Embora alguns pais não se importem que os professores dos seus filhos lhes transmitam seus próprios valores morais – pois, no fundo, não se importam com seus filhos –, quero adverti-lo formalmente de que este não é o meu caso.

18. Sirvo-me, pois, da presente para NOTIFICÁ-LO a abster-se de praticar, no exercício de suas funções, pessoalmente ou por intermédio de material didático ou paradidático cuja utilização seja imposta aos estudantes, as condutas abaixo, **sob pena de responder judicialmente pelos danos que vier a causar:**

a) abusar da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias;

b) favorecer, prejudicar ou constranger os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas;

c) fazer propaganda político-partidária em sala de aula;

d) sob qualquer pretexto, incitar os alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas;

e) manipular o conteúdo da sua disciplina, selecionando, omitindo, exagerando, minimizando ou distorcendo informações, com o objetivo de obter a adesão dos alunos a determinada causa ou corrente política ou ideológica;

f) sob qualquer pretexto, veicular conteúdos ou realizar atividades que possam violar o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções;

g) sob qualquer pretexto, imiscuir-se, direta ou indiretamente, no processo de amadurecimento sexual dos alunos;

h) adotar, promover, aplicar ou, de qualquer forma, submeter os alunos aos postulados da teoria ou ideologia de gênero;

i) utilizar qualquer técnica de manipulação psicológica com o objetivo de obter a adesão dos alunos a determinada causa.

19. Cabe, ainda, a Vossa Senhoria, impedir que os direitos dos alunos e seus pais sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula.

20. Insisto em que as condutas referidas no item 18 são ilícitas, seja em face da Constituição Federal – princípio da neutralidade política, ideológica e religiosa

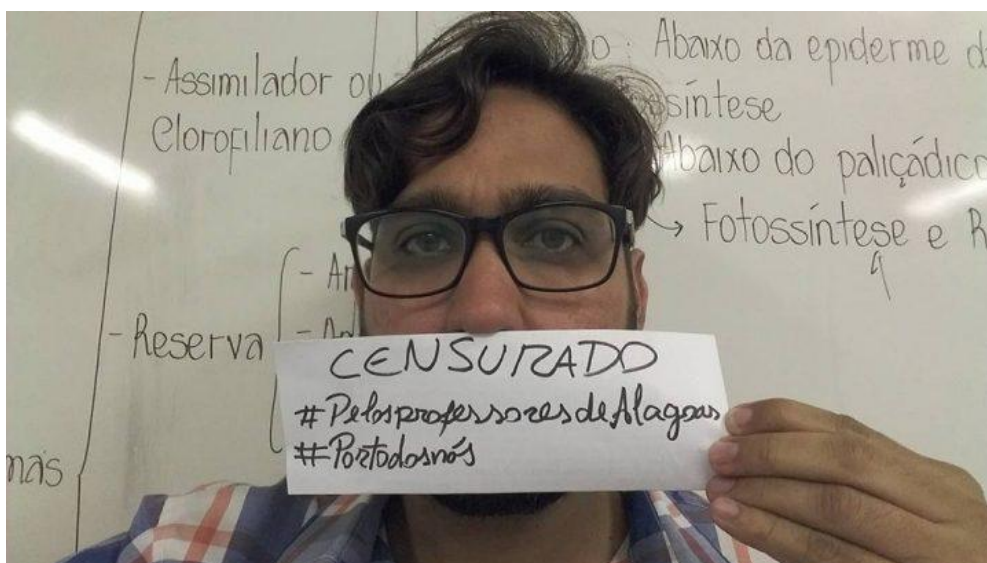
do Estado (CF, arts. 1º, V; 5º, *caput*, 19, I; 34, VII, 'a'; e 37, *caput*); liberdade de consciência e de crença (art. 5º, VI e VIII); liberdade de ensinar (que não se confunde, como visto, com liberdade de expressão) e de aprender (art. 206, II); pluralismo de ideias (art. 206, III), dignidade da pessoa humana (CF, art. 1º, III) e direito à intimidade (CF, art. 5º, X) –, seja em face da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (art. 12, 4) e do ECA (arts. 15, 17 e 22, par. único).

21. Informo que meu filho tem ciência da presente notificação e está orientado a reportar-me de forma detalhada as possíveis transgressões ao seu direito à intimidade, à sua liberdade de consciência e de crença e ao meu direito a que ele receba a educação religiosa e moral que esteja de acordo com minhas convicções. *

22. Uma cópia desta notificação está sendo encaminhada à direção do (nome da instituição de ensino), que responderá solidariamente pela reparação dos danos que Vossa Senhoria porventura vier a causar, no exercício de suas funções. **

Local e data.

Anexo 2: Foto veiculada na Revista Pragmatismo Político e posteriormente, na página de Facebook do Revoltados *Online*

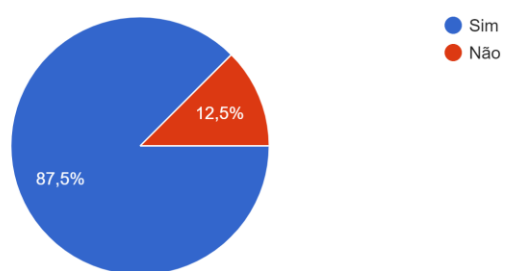


Anexo 3: Gráficos da pesquisa Ser Professor em Tempos de Escola Sem Partido - LEPEC-UFC

GRÁFICOS DA PESQUISA DO LEPEC-UFC *SER PROFESSOR EM TEMPOS DE ESCOLA SEM PARTIDO*, COM OS PROFESSORES CEARENSES DA ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS

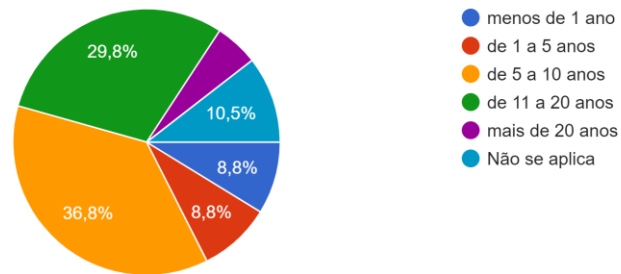
Você é professor da educação básica?

56 respostas



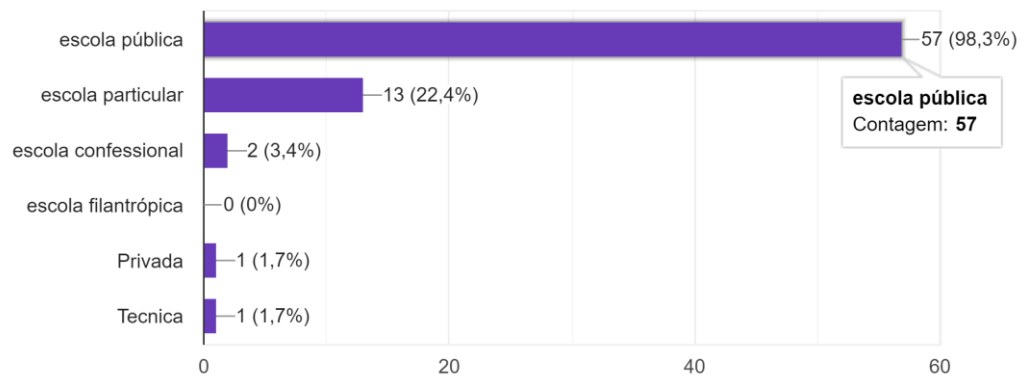
Há quanto tempo é professor da educação básica?

57 respostas



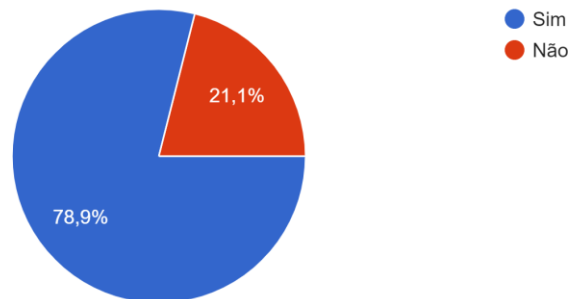
Em que tipo de escola atuou ou atua?

58 respostas



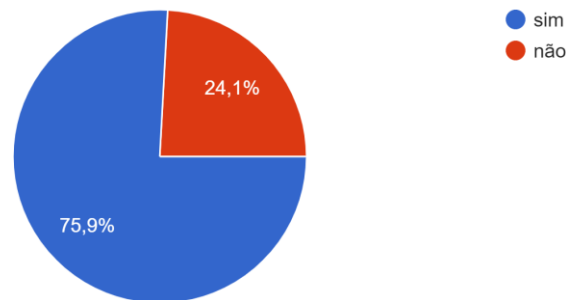
Ao longo da sua trajetória profissional, você percebe alguma diferença na imagem do professor?

57 respostas



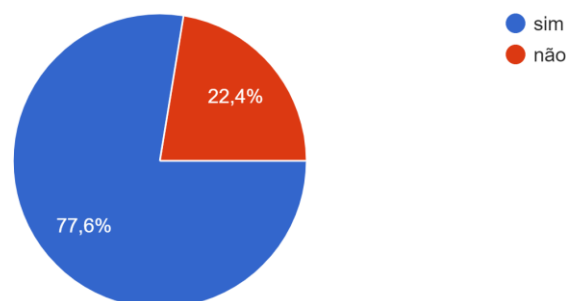
Você considera que sua atuação vem sendo censurada nos últimos anos?

58 respostas



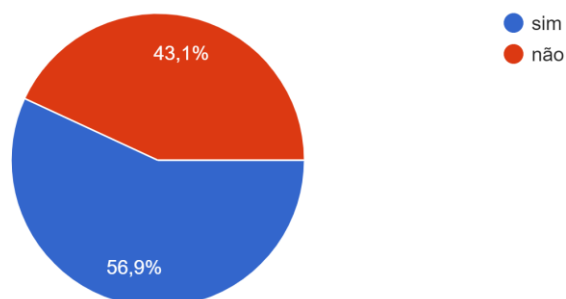
Você considera que atuação do Escola Sem partido influencia a dinâmica da escola na qual você atua?

58 respostas



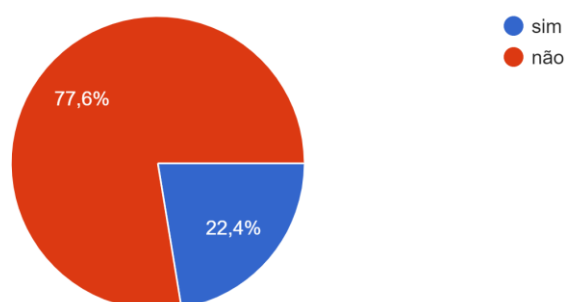
Você já presenciou alguma tentativa de intimidação do trabalho de um colega?

58 respostas



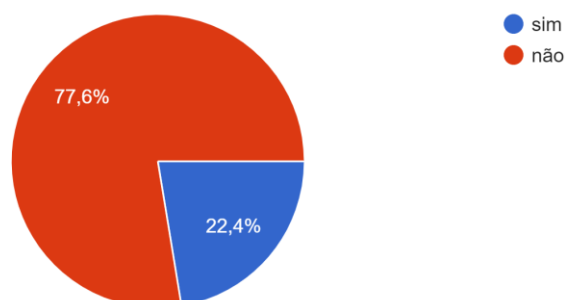
Você já vivenciou alguma tentativa de intimidação de seu trabalho por parte do núcleo gestor?

58 respostas



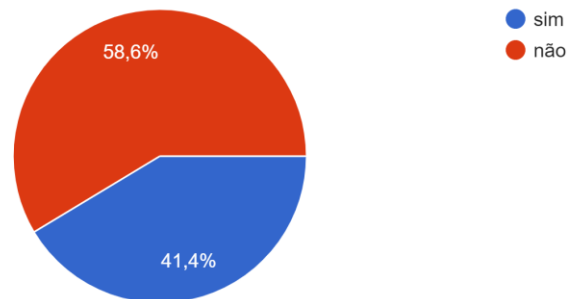
Você já vivenciou alguma tentativa de intimidação de seu trabalho por parte de outros professores?

58 respostas



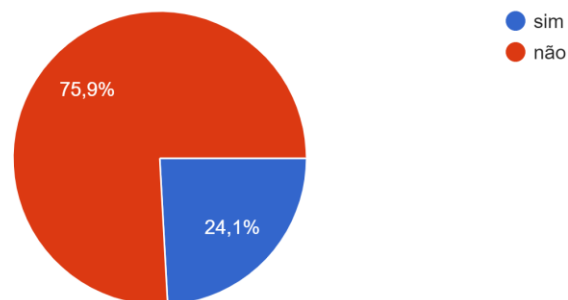
Você já vivenciou alguma tentativa de intimidação de seu trabalho por parte dos alunos?

58 respostas



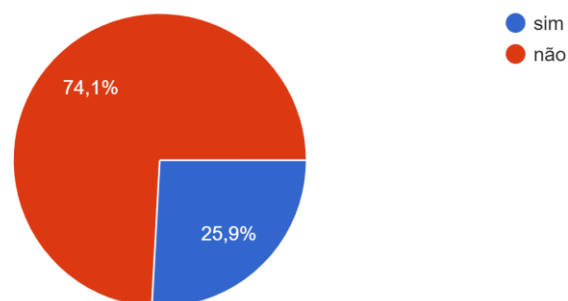
Você já vivenciou alguma tentativa de intimidação de seu trabalho por parte dos pais?

58 respostas



Você já vivenciou alguma tentativa de intimidação de seu trabalho por parte de pessoas estranhas à escola?

58 respostas



Você considera que a atual conjuntura afeta negativamente a sua relação com a profissão docente?

58 respostas

